



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Educação e Humanidades

Faculdade de Educação

Rafael Borges de Oliveira

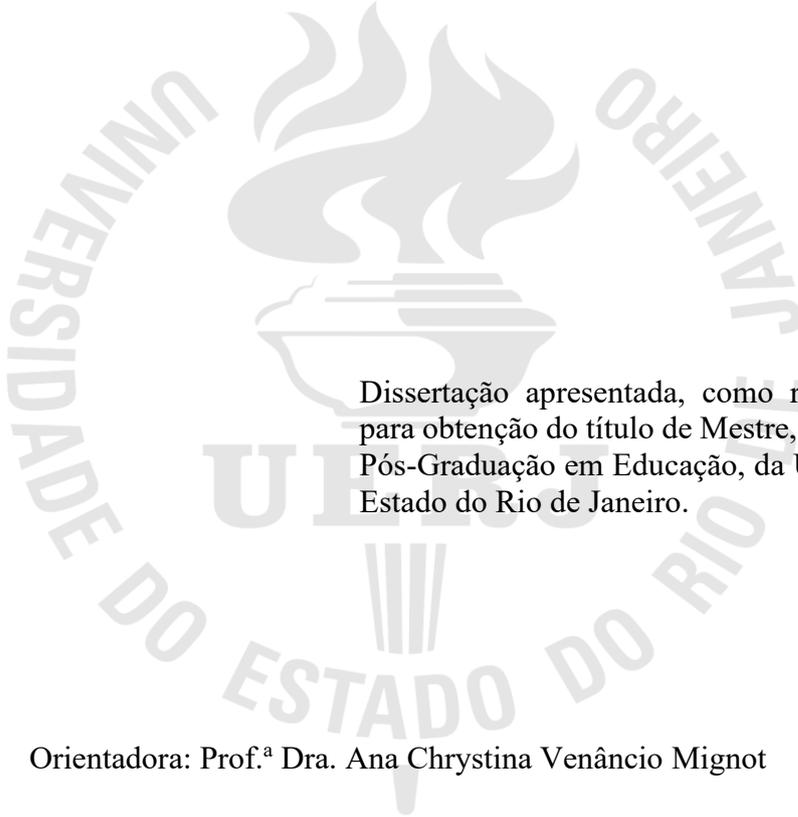
**“Ide ao Brasil Imenso, ao Brasil Católico”: Evangelizar e Educar na
Missão Barnabítica no Novo Mundo (1903-1908)**

Rio de Janeiro

2024

Rafael Borges de Oliveira

**“Ide ao Brasil Imenso, ao Brasil Católico”: Evangelizar e Educar na Missão
Barnabítica no Novo Mundo (1903-1908)**



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientadora: Prof.^a Dra. Ana Chrystina Venâncio Mignot

Rio de Janeiro

2024

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CEH/A

O48 Oliveira, Rafael Borges de
“Ide ao Brasil Imenso, ao Brasil Católico”: Evangelizar e Educar na Missão
Barnabítica no Novo Mundo (1903-1908) / Rafael Borges de Oliveira. – 2024.
135 f.

Orientadora: Ana Chrystina Venâncio Mignot.
Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
Faculdade de Educação.

1. Educação – Teses. 2. Viagens – Teses. 3. Clero – Teses. I. Mignot, Ana
Chrystina Venâncio. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de
Educação. III. Título.

br

CDU 37

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta
dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Rafael Borges de Oliveira

**“Ide ao Brasil Imenso, ao Brasil Católico”: Evangelizar e Educar na Missão
Barnabítica no Novo Mundo (1903-1908)**

Dissertação apresentada, como requisito parcial
para obtenção do título de Mestre, ao Programa de
Pós-Graduação em Educação, da Universidade do
Estado do Rio de Janeiro.

Aprovada em 12 de agosto de 2024.

Banca Examinadora:

Prof.^a Dr.^a. Ana Chrystina Venâncio Mignot (Orientadora)
Faculdade de Educação - UERJ

Prof.^a Dr.^a. Paula Leonardi
Faculdade de Educação - UERJ

Prof.^a Dr.^a. Agueda Bernardete Bittencourt
Universidade Estadual de Campinas

Rio de Janeiro

2024

A Deus!

AGRADECIMENTOS

A palavra gratidão se torna tão pequena diante da imensidão dos sentimentos que transbordam em meu coração, que se torna quase impossível condensá-la em palavras. Com profunda emoção, expresso meu agradecimento a Deus, o alicerce de tudo em minha vida. É por sua graça e incondicional amor que sou capaz de alcançar cada conquista e superar cada obstáculo.

Aos meus amados e incansáveis pais, Joaquim e Adercília, dedico palavras de amor e gratidão que não podem ser contidas. Vocês são os pilares que sustentam minha existência e os maiores responsáveis pela pessoa que me tornei. Não tenho dúvida que o amor, a sabedoria e dedicação foram as bússolas que guiaram meus passos no caminho da vida.

As minhas queridas e amadas irmãs, Kleidiane e Andreia, impossível não agradecer a cumplicidade e por compartilhar momentos maravilhosos ao lado de vocês. Meus cunhados Rômulo e Jeilton, que se tornaram parte essencial da minha família. E aos meus queridos sobrinhos, Gabriel Jhordan, Maria Eduarda, Victor, Alice e Emanuele, vocês são a alegria que ilumina meus dias. Cada risada, cada abraço e cada momento dividido com vocês são verdadeiro tesouro em minha existência.

À minha Congregação dos Clérigos Regulares de São Paulo, Barnabitas, minha mais profunda gratidão. Desde o momento em que ingresse na caminhada espiritual, encontrei apoio, orientação e uma comunidade que me acolheu de braços abertos. Obrigado por me ajudarem a fortalecer a fé e encontrar propósito em minha vida.

Aos professores que cruzaram meu caminho ao longo da minha jornada, expresso minha sincera gratidão. Cada um de vocês contribuiu para a minha formação, compartilhando conhecimentos desafiando-me a crescer e inspirando-me a buscar sempre a excelência. Porém, nesta etapa, gostaria de dedicar minha menção especial à minha orientadora, Ana Chrystina Venâncio Mignot. Sua confiança em mim, mesmo quando eu duvidava de minhas próprias habilidades, foi um presente inestimável. Sua dedicação incansável, paciência e sabedoria guiaram-me por este caminho acadêmico com segurança e determinação.

Impossível mencionar a todos nessas poucas páginas. Mas você que esteve comigo nessa jornada, minha eterna gratidão!

O homem indeciso perde o entusiasmo e se torna medíocre.

Santo Antônio Maria Zaccaria

RESUMO

OLIVEIRA, Rafael Borges de. *“Ide ao Brasil Imenso, ao Brasil Católico”*: Evangelizar e Educar na Missão Barnabítica no Novo Mundo (1903-1908). 2024. 135 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2024.

Este trabalho tem por objetivo interpretar a missão barnabítica no Brasil, de modo a visibilizar no campo da história da educação a atuação dos Barnabitas no Brasil por meio dos estudos de viagens. Por meio da documentação – cartas, atas, livros de *chronicas*, relatórios - espalhada e encontrada nos diversos arquivos da ordem - Belém, Rio de Janeiro, Roma e Bélgica - busco apresentar a situação social e política francesa do final do século XIX e início do século XX, que levou os religiosos a optarem pelo Brasil como lugar de missão. Mas antes, devido a ausência de produções acadêmicas sobre a ordem, primeiramente ofereço ao leitor, alguns elementos que ajudarão a melhor conhecer a vida e os contextos nos quais estes primeiros missionários/viajantes estavam inseridos. Em seguida por meio dos diários de bordo, analiso o desenrolar da viagem, isso significa interpretar a travessia, a chegada ao Brasil e as impressões e denúncias realizadas pelos religiosos em suas escritas. Por fim, busco discutir e interpretar a atuação dos religiosos na formação do clero do Pará, além das disputas de poder ocorridas na diocese de Belém. A fim de melhor definir a pesquisa, o recorte temporal escolhido situa-se entre os anos de 1901 (ano em que a França cria a Lei Anticlerical, dando início à perseguição e culminando com a expulsão das ordens religiosas) e se amplia até 1908 (ano em que, após terem cumprido um excelente trabalho no Seminário de Belém com a chegada no novo Arcebispo do Pará, Dom Santino, os religiosos rescindem o contrato, pondo fim a sua atuação na formação do clero de Belém).

Palavras-chave: Barnabitas. Viagens. Romanização. Formação do Clero.

ABSTRACT

OLIVEIRA, Rafael Borges de. "Go to Immense Brazil, to Catholic Brazil": Evangelizing and Educating in the Barnabite Mission in the New World (1903-1908). 2024. 135 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2024.

The aim of this work is to interpret the Barnabite mission in Brazil, in order to make the work of the Barnabites in Brazil visible in the field of education history through travel studies. Through the documentation - letters, minutes, books of chronicles, reports - scattered and found in the various archives of the order - Belém, Rio de Janeiro, Rome and Belgium - I seek to present the French social and political situation of the late 19th and early 20th centuries, which led the religious to opt for Brazil as a place of mission. But first, due to the lack of academic work on the order, I first offer the reader some elements that will help to better understand the life and contexts in which these first missionaries/travelers were inserted. Then, through the documentation - letters, minutes, books of chronicles, reports - scattered and found in the various archives of the order - Belém, Rio de Janeiro, Rome and Belgium - I try to present the French social and political situation of the late 19th and early 20th centuries, which led the religious to choose Brazil as a place of mission. But first, due to the lack of academic work on the order, I first offer the reader some elements that will help to better understand the life and contexts in which these first missionaries/travelers were inserted. Then, through the logbooks, I analyze the course of the journey, which means interpreting the crossing, the arrival in Brazil and the impressions and denunciations made by the religious in their writings. Finally, I try to discuss and interpret the role of the religious in the formation of the clergy of Pará, as well as the power struggles that took place in the diocese of Belém. In order to better define the research, the time frame chosen is between 1901 (the year in which France created the Anti-Clerical Law, starting the persecution and culminating in the expulsion of religious orders) and 1908 (the year in which, after having done an excellent job at the Belém Seminary with the arrival of the new Archbishop of Pará, Dom Santino, the religious terminated their contract, putting an end to their work in the formation of the Belém clergy).

Keywords: Barnabites. Journeys. Romanization. Formation of the clergy.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1 É CHEGADA A HORA DE CRUZAR OS MARES.....	24
1.1 Vestígios biográficos dos religiosos em escritas necrológicas.....	33
1.2 Viajantes em meio a conflitos entre Igreja e Estado.....	42
1.3. A opção pelo Brasil: a conquista de novos territórios.....	48
2 A CHEGADA DOS BARNABITAS NO BRASIL.....	63
2.1 A Travessia: um olhar sobre os diários de bordo.....	66
2.2 Relatos, impressões e denúncias: a efêmera missão no sertão pernambucano.....	75
3 NO NORTE DO BRASIL: ATUAÇÃO DOS BARNABITAS NA FORMAÇÃO DO CLERO DE BELÉM.....	88
3.1 “Não queremos estrangeiros”: disputas na diocese de Belém.....	96
3.2 Mudança de rotas: Os Barnabitas no seminário de Belém.....	100
3.3 A chegada de Dom Santino e o fim da missão no seminário de Belém.....	115
CONCLUSÃO.....	122
REFERÊNCIAS.....	126
ANEXO.....	135

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Momento de Aprovação da Ordem.....	26
Figura 2 – Santo Antônio Maria Zaccaria.....	29
Figura 3 – Capa do Livro do Pe. Colombo.....	37
Figura 4 – Capa do Livro Barnabitas no Brasil 100 anos.....	57
Figura 5 – Navio Amazone.....	63
Figura 6 – Diário de Bordo.....	71
Figura 7 – Religiosos reunidos em Mouscron antes da partida.....	72
Figura 8 – Mapa das regiões do Pernambuco.....	79
Figura 9 – A Igreja e o largo do Carmo no Século XIX – retratado pelo Italiano Righini.....	90
Figura 10 – Contrato do seminário de Belém.....	107
Figura 11– Breve Monografia sobre o seminário Arquiepiscopal de N. S. da Conceição de Belém.....	109
Figura 12 – Dom Santino – Arcebispo de Belém.....	119

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Rotina do Seminário.....	111
Quadro 1 - Levantamento de dissertações e teses na área da presente pesquisa.....	135

INTRODUÇÃO

Oh, o mar! O mar!
 Que maravilha, meu Deus, que imensidão.
 No toldo do navio nota-se uma alegria incomum.
 Um pequeno grupo de batinas pretas parece ser a alma.
 São meus irmãos em Cristo, cantando alegremente por essa nova missão.
 Na polpa, lá ao longe, nota-se uma família a contemplar o mar.
 Que Maravilha!

A curiosidade me vence e pouco a pouco, com um ar de indiferença, ora olhando para o céu, ora para o mar e as vezes para os viajantes, me aproximo de um pequeno grupo para ao menos perguntar a sua nacionalidade.
 Aquele senhor alto, robusto que está no meio da polpa.
 Que elegância!
 Creio que seja poliglota.
 Fala maravilhosamente bem o francês, o português e o italiano.
 É difícil até mesmo saber qual é a sua pátria.
 No fundo, um grupo de quatro amigos, dois deles falam muito bem o português, ainda que uma vez ou outra, falem italiano e por sinal, muito bem.
 Os outros dois estão mais calados, as vezes tentam imitar os companheiros, mas aquele que aparenta ser o mais jovem, não se sai muito bem, quando fala, todos se põem a sorrir.

Trecho do diário de bordo, s/d. 1903

Não ousaria negar certo encantamento ao ler e traduzir o relato da viagem em epígrafe no qual o missionário descreve de modo apaixonado momentos de sua travessia pelo Atlântico. E, ao me debruçar posteriormente sobre outras fontes que descrevem a chegada dos primeiros missionários Barnabitas no Brasil, segui curioso. Afinal, rememorar a história de uma instituição religiosa e seus sujeitos – por meio de cartas, atas, fotografias, impressos e pequenos fragmentos de papéis espalhados e descobertos em “caixas” metálicas, dispersos e quase que adormecidas em arquivos e porões das comunidades religiosas por onde passaram – produziu em mim um misto de emoções, que creio, relato algum seria capaz de expressar.

Essa viagem, ainda que em meio a tribulações, foi também, para os religiosos, uma resposta às sábias palavras do Papa Leão XIII, nonagésimo pontífice que, mesmo em tão avançada idade, vivia atento e vigilante pelas suas ovelhas, ameaçadas pelo governo a qual chamava de lobos famulentos. Dirigindo-se aos filhos de Santo Antônio Maria Zaccaria, na pessoa do padre Geral da Ordem, lhe fez o convite: “Ide ao Brasil imenso, ao Brasil católico, onde um novo e generoso povo se desenvolve à luz do sol e à luz do olhar de Jesus Cristo e de Maria o seu progresso e as suas energias” (Papa Leão XIII, s/d, 1903).

Nessas condições, dois grupos de Barnabitas partiram da França com destino ao Brasil. O nome Barnabitas se refere a **Ordem dos Clérigos Regulares de São Paulo. Clérigos** porque como sacerdotes fazem parte do clero; **Regulares** porque vivem em comunidade sob a mesma regra de vida com os propósitos da castidade, pobreza e obediência; **de São Paulo** porque tem ao apóstolo Paulo como patrono, sendo a primeira congregação de espiritualidade Paulina na história da Igreja. Os Barnabitas constituem uma família religiosa, de Sacerdotes e Irmãos, fundada na Itália, na metade do século XVI por Santo Antônio Maria Zaccaria. Pelo fato de a Casa Mãe estar localizada na Igreja de São Barnabé, na cidade de Milão, Itália, muitos leigos, devido a dificuldade em pronunciar um nome tão grande, os apelidaram carinhosamente de *Padres Barnabitas*, vindo mais tarde a ser adotado como um codinome da ordem.

O primeiro grupo – composto pelos padres Emilio Richert (superior), Paulo Lecourieux, Pedro Charvy, Júlio Vanbeceloere e o irmão Vito di Cecca – chegou em Belém do Pará em 21 de agosto de 1903. O segundo, vindo com o Bispo de Olinda, D. Luiz Raimundo da Silva Brito, chegou no mesmo dia ao Recife; era constituído pelos padres Francisco Richard (superior), Afonso Di Giorgio, Norberto Phalempin, Florêncio Dubois e o irmão Fernando Warnez. Diferente do grupo que chegou no Pará, este, ao desembarcar, começou imediatamente a trabalhar no interior pernambucano, em Cabrobó, Boa Vista e Petrolina, de onde, adentrando-se ainda mais pelo sertão, Juazeiro e Alagoinhas, embarcaram na Bahia, e daí depois de pouco mais de um ano inseridos no sertão pernambucano, seguiram para Belém, a reunir-se aos demais companheiros formando uma única comunidade, dando fim a missão no Pernambuco.

Ao entrar em contato com esses documentos, não seria justo colocar em esquecimento sujeitos que lançaram a primeira semente da Congregação no Brasil, além de outros que posteriormente desembarcaram no Novo Mundo. Esses pioneiros segundo Colombo (1978), foram representados como heróis impávidos. Seguindo os passos do fundador da ordem, Santo Antônio Maria Zaccaria e dos apóstolos, enfrentando na viagem perigos de delinquentes, de rios, de feras, de intempéries, de epidemias e de morte, ocasionadas inicialmente pela epidemia de febre amarela, hoje extinta na Amazônia, que levou dois religiosos no início da missão ao “encontro do senhor”. Tais adversidades levaram os religiosos, na condição de viajantes, a escreverem com suas próprias vidas páginas na história da congregação, especialmente nesta pátria por eles e tantos outros chamada de “Terra de Santa Cruz”.

No caminho percorrido na tentativa de encontrar fontes que me auxiliassem a escolher e definir meu objeto de estudo, realizei minha primeira visita, sem sucesso, ao arquivo da gigantesca biblioteca do Colégio Zaccaria, localizado no bairro do Catete, na cidade do Rio de Janeiro. Este foi o ponto de partida, pois inicialmente a pesquisa tinha como objetivo reconstruir como uma espécie de mosaico as memórias do Externato Santo Antônio Maria Zaccaria. Colégio confessional católico, pertencente aos Barnabitas, a escola forma há mais de 100 anos grande parte da elite carioca e figuras públicas, como Chagas Freitas (jornalista e político), Chico Anísio (humorista e ator), Lulu Santos (cantor e compositor), Oscar Niemeyer (arquiteto), entre outras personalidades.

Sendo as obras educacionais um dos campos de atuação dos religiosos, por meio do externato, os Barnabitas buscam ainda exercer na formação da elite carioca a mesma excelência acadêmica desenvolvida nos países do continente europeu, principalmente na Itália, lugar de fundação da ordem, e na França, que no final do século XIX e início do século XX, apesar de terem sido palco de perseguição e supressão por parte do estado às congregações e ordens religiosas, foram também um campo fértil para as vocações barnabíticas até o seu total fechamento no início do século XX.

Apesar de ter conseguido reunir algumas informações, essas ainda eram incipientes. Retornei outra vez ao arquivo e, desta vez, contei com auxílio da bibliotecária escolar, a Sra. Carminha, que há mais de 30 anos atua junto à instituição e, durante a primeira visita, se encontrava de licença médica. Ao falar sobre minha proposta de pesquisa, generosamente, ela me fez localizar em um gigantesco e belo armário de madeira dois livros que imediatamente me chamaram a atenção, especialmente pela sua materialidade, que, segundo Chartier (1988), se torna fundamental para compreender a relação entre o texto e o contexto em que foi produzido, considerando não somente o conteúdo das fontes históricas, mas também, “a forma como foram transmitidos e recebidos e os usos sociais que foram feitos deles” (p. 14).

O primeiro livro que tomei em mãos era um álbum fotográfico: capa dura, cor vermelha, etiquetado como “álbum 01” e datado entre os anos de 1909-1940. Segundo consta no sistema da própria biblioteca, trata-se de um álbum elaborado no ano de 2002, pelo seu Reitor, padre Roberto Lobo da Rocha. Carioca, filho único, ex-aluno do externato, formado em Filosofia e Teologia pela Universidade Gregoriana de Roma e História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Exerceu muitos cargos na província

Barnabita Brasil Centro-Sul¹ e esteve à frente por anos a fio do arquivo provincial, que o permitiu selecionar e organizar de forma cronológica e descritiva as fotografias até então dispersas, criando uma espécie de memória imagética da instituição a partir do que selecionou para construí-la. Na construção desse lugar de memória, é possível que muitas fotografias tenham sido descartadas, pois, segundo Nora (1993), sendo a memória um fenômeno seletivo, ela elege e interpreta o passado de acordo com os interesses, visto que ela é construída socialmente e está sujeita a mudanças.

O segundo livro encontrado contém capa dura, cor verde, páginas enumeradas e envelhecidas. Em sua contracapa, traz o seguinte dizer: “*Notícias da imprensa referentes ao Externato Santo Antônio Maria Zaccaria*”. A escrita chama atenção pela elegância da caligrafia. Nas páginas seguintes, encontram-se recortes de jornais e revistas datados entre os anos de 1911 e 1920, com especial destaque para o *Jornal do Brasil* e a *Revista da Semana*. Nota-se nestes pequenos recortes que, a cada notícia, os jornais e revistas não se cansavam de exaltar as aptidões e os dotes intelectuais presentes em cada um dos religiosos que compunha aquela comunidade escolar. Assim como na Itália, os Barnabitas que aqui chegaram eram conhecidos pela imprensa e sociedade como intelectuais, escritores, físicos, cientistas e homens das letras para sua época. Por isso, como relatado pelos próprios padres no livro de *Chronicas* (07/06/1911), “os superiores não se esmeravam em destinar a esta obra homens em que se casassem com a ciência e piedade” elementos que, de acordo o pensamento do fundador Santo Antônio Maria Zaccaria, são indispensáveis para a formação de caráter e da inteligência dos jovens.

Ainda na procura por definir meu objeto de estudo, ao cursar a disciplina “*Educação, viagem e viajantes*”, ministrada pela professora Ana Chrystina Mignot, do mestrado da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) no segundo semestre do ano de 2022, entrei em contato com um universo de leituras ao qual não possuía nenhuma familiaridade. Apesar de ter estudado Filosofia, Teologia e Letras Espanhol, meu espaço de atuação de formação, sempre esteve voltado para a gestão escolar e avaliação institucional, especialmente por ter assumido a reitoria de algumas obras educacionais na cidade do Rio de Janeiro. Portanto, as leituras e discussões realizadas durante as aulas

¹ A palavra **província** aqui é entendida como a divisão territorial que as congregações e ordens religiosas utilizam para delimitar a atuação pastoral, tendo assim melhor gestão sobre as obras (casas de ministérios, colégios e paróquias) e sobre os religiosos, que estão sob o comando do padre superior, conhecido como provincial. Os Barnabitas no Brasil, possuíam até novembro de 2022, duas províncias: **Província Brasil Centro-Sul** e **Província Brasil Norte**. Por um ato e decreto da casa geral de Roma, as duas províncias se unificaram, em novembro de 2022, formando a atual **Província Brasileira**.

foram essenciais para pensar e levantar questionamentos que me auxiliassem na reelaboração do meu objeto.

Dentre uma ampla bibliografia apresentada, dois livros foram fundamentais nesse primeiro momento. O primeiro: *Viagens Pedagógicas* (2007), organizado por Ana Chrystina Mignot e José Gondra que traz a circulação de ideias voltadas para o intercâmbio pedagógico utilizando as “viagens de caráter oficial ou particular realizadas por educadores com a intenção de se aproximar de políticas educacionais e práticas pedagógicas inovadoras” (Mignot; Gondra, 2007, p. 9). O segundo: *Livros de Viagem 1803/1900* (1997), escrito por Miriam Leite, traz a discussão no âmbito da historiografia nacional sobre viajantes que vieram para o Rio de Janeiro durante o século XIX e que nessas viagens, produziram registros sobre mulheres, com intenção de publicar ou não. A obra tendo como fontes “correspondência dirigida à família ou aos amigos; outros, diários de viagem, [...] guias comerciais e turísticos, relatórios científicos e mesmo alguns álbuns de desenho” (Leite, 1997, p. 11).

Ao pensar sobre a vinda dos Barnabitas para o Brasil, voltei-me a procurar por trabalhos acadêmicos sobre congregações e ordens religiosas católicas que vieram para o Brasil no final do século XIX e início do século XX. Entre os estudos encontrados, destaco as produções (Azzi, 1997; Bittencourt, 2017; Leonardi, 2002, 2008, 2017; Colombo, 2017, 2018; Giuslane 2022) que apontam as motivações, sejam elas políticas, religiosas e sociais que fizeram com que religiosos e religiosas migrassem, da Europa para ao Brasil atuando nos mais diversos campos como educação, assistência social, imprensa e saúde. A aproximação com pesquisas desenvolvidas no âmbito da História da Cultura Escrita, que dão vida e se preocupam com histórias do cotidiano, mudou a minha perspectiva.

Durante o desenvolvimento da coleta de fontes, apresentei ao meu grupo de pesquisa, vinculado à linha Instituições, Práticas Educativas e História, alguns avanços. As observações sugeridas pelo grupo e, especialmente, o olhar atento e os questionamentos levantados por parte de minha orientadora me levaram a questionar: Quem são os Barnabitas? De onde vieram? Por que vieram? Por onde passaram? Que formação possuíam? Por que escolheram o Brasil? Ao chegar ao Brasil, que impressões tiveram? Quais foram os espaços de atuação? Estas e outras perguntas fizeram por instantes parte do meu imaginário. Ainda que responder a todas não seja minha pretensão, não posso negar que, em parte, foram fundamentais para me deslocar a outros lugares e repensar meu próprio objeto. Compreendi que, assim como pensar o viajante, poderia

refletir sobre os missionários que imigraram para o Brasil. Isto envolve refletir sobre aquele que viaja, mas não viaja só. Ao se deslocar, leva consigo suas histórias, saberes e emoções. “Leva consigo implicações inesperadas e surpreendentes” (Ianni, 2000, p. 13).

Com um novo olhar e direcionamento, compreendi que era necessário seguir garimpando pelos arquivos das instituições de guarda a fim de encontrar novas fontes que me auxiliassem na construção da escrita e melhor definição do meu objeto, compreendendo o contexto histórico de onde partiram os religiosos, as implicações, a travessia, a chegada e a atuação em terras brasileiras. Nesta operação, apoiando-me em Certeau (1982) entendi que os arquivos são lugares privilegiados que contém múltiplas vozes e informações, e o meu ofício enquanto historiador está em selecionar e interpretar as fontes disponíveis de forma crítica e reflexiva, uma vez que “a opção quanto ao tipo de história que produzimos são feitas de início com as fontes que selecionamos e com o que escolhemos para nelas pesquisar” (Certeau, 1982, p. 115).

Apesar de ter conseguido reunir fontes que inicialmente me ajudassem a compreender e criar uma narrativa sobre a viagem empreendida pelos religiosos, o contato com a Tese *"Além dos espelhos: Memórias, imagens e trabalhos de duas congregações católicas francesas no Brasil"*, de Paula Leonardi, defendida no ano de 2008, na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, me estimulou a estudar elementos internos do funcionamento da ordem antes das viagens. Na obra, a autora procura compreender o funcionamento interno e suas estruturas por meio das memórias coletivas construídas por duas congregações femininas francesas. Com isso, busco, diante da ausência acadêmica, ajudar o leitor a entender quem são os Barnabitas, como foram fundados, quem foi o fundador, o que estava em jogo naquele instante. Assim me voltei para novas pistas no arquivo que, naquele instante, estava sob guarda da antiga província Barnabita – Brasil Centro Sul.

O arquivo principal está localizado no sétimo andar do colégio Zaccaria, no bairro do Catete, na cidade do Rio de Janeiro (RJ). Ali organizado em grandes estantes rolantes de ferro, estão objetos, cartas, contratos, livros e outros tipo de documentos, catalogados e divididos por nome dos religiosos, que até o momento alguns religiosos têm acesso limitado. Imprescindível destacar que a facilidade a qual tive para acessá-lo não se deu simplesmente pelo fato de pertencer a ordem, como sacerdote e religioso, mas sim, por atuar como reitor do colégio, ocupar a função de vice provincial e ser o atual responsável pelo arquivo do Rio de Janeiro. Mesmo tendo liberdade para acessá-lo, por questões éticas entre os membros da ordem, comuniquei por e-mail ao conselho provincial, ao qual faço

parte, composto por cinco membros, que atua como uma espécie de colegiado, deliberando sobre questões da província. Obtendo o parecer favorável, segui com as buscas sem nenhuma restrição.

Ainda sobre o acesso a arquivos internos da igreja, das congregações e ordens religiosas, é importante ressaltar que – apesar da Igreja, especialmente no pontificado de Joao Paulo II, ter reelaborado normativas acerca dos arquivos e, no atual pontificado do Papa Francisco, ter ressaltado a importância dos arquivos da Igreja que devem contribuir para a história social – algumas restrições impostas para os pesquisadores externos e até mesmo para os próprios religiosos têm dificultado a tarefa dos historiadores em dar vida às instituições e seus sujeitos. Além disso, a falta de conscientização sobre a importância dos arquivos tem levado muitos religiosos especialmente os mais jovens, a negligenciar a preservação de documentos que são fundamentais para a compreensão da história da instituição e da sua própria trajetória enquanto membro.

Em relação aos arquivos que estão sob a guarda de congregações e ordens religiosas, importante destacar que estes fazem parte do que a igreja chama de arquivos eclesiais. Embora de natureza privada, constituem para a igreja e para a sociedade um valioso acervo de registros: “nestes espaços, não se encontra somente preservadas informações que relatam a memória da Igreja enquanto instituição, mas também há conservadas passagens da vida do povo brasileiro” (Silva; Borges, 2009, p.38). Por isso, preocupado com a preservação e transmissão deste patrimônio cultural escrito, que em certa maneira transmite a história de um povo de fé, o Papa João Paulo II criou no ano de 1997 a Pontificia Comissão para os Bens Culturais da Igreja², com objetivo de que estes arquivos como lugares de memórias, sejam catalogados, cuidados e preservados, seguindo as diretrizes do Código de Direito Canônico (CDC) de 1983³.

Considerando o pensamento de Mignot (2007, p. 247), de que “as viagens geralmente são acompanhadas de recordações e registros escritos, como diários, agendas, cartas e postais, que detalham experiências ou apenas flagram instantes”, pude entender que a história dos Barnabitas no Brasil pode ser interpretada e visibilizada por meio dos registros produzidos pelos viajantes. Registros estes que constituem um riquíssimo e importante patrimônio cultural para a ordem, para a igreja e para a sociedade.

² O Papa Joao Paulo II publica o documento: **A função pastoral dos arquivos eclesiais**. Disponível em: <http://icm.ft.lisboa.ucp.pt/resources/Documentos/CEHR/Gru/arquiv/CartaCircular.pdf>. Acesso em: 19/05/2023

³ Cânones 486-491 (dirigido as dioceses); Cânone 535 (dirigido as paróquias); e Cânones 1306 (dirigido as fundações).

A partir da documentação consultada, a presente pesquisa tem por objetivo interpretar a missão barnabítica no Brasil, de modo a visibilizar no campo da história cultural a atuação dos Barnabitas no Brasil por meio do estudo das viagens. Porém, não com a criação de uma história linear, no sentido cartesiano, mas “entendendo que existem múltiplas memórias inter-relacionadas às práticas cotidianas e que a historicidade do objeto não pode ser reduzida ao conceito de linearidade” (Garcez, 2017, p. 15).

Quando penso acerca da produção de conhecimento humano, observo que ela se dá de várias formas, múltiplos olhares e principalmente por muitas indagações. Dentro do âmbito acadêmico, as perguntas são geradoras de conhecimento, pois são elas que impulsionam o pesquisador a vislumbrar um universo adormecido, esquecido ou silenciado em algum lugar e até mesmo debaixo de seus próprios olhos. Por isso, segundo Bloch (2008), “mesmo o mais claro e complacente documento não fala senão quando se sabe interrogá-lo” (p. 08), sendo assim a pergunta empreendida sobre os documentos encontrados se torna fundamental no processo de análise. Para interpretar o evento histórico e a vida de pessoas envolvidas, foi necessário considerar o contexto em que foram produzidos, bem como a intenção por trás da sua produção, a fim de se obter uma compreensão acerca dos eventos passados pelos religiosos. Aplicando este exercício a partir das fontes encontradas, pude compreender que “se por um lado, há uma vasta bibliografia produzida pelas próprias ordens e congregações católicas a respeito de sua história e memória, a produção acadêmica sobre essas instituições é incipiente” (Leonardi, 2008, p. 13).

Neste sentido, a presente pesquisa se justifica considerando que os Barnabitas, desde a fundação até o momento presente, contribuíram para a formação e expansão da fé da Igreja Católica e produziram muitos documentos – em sua grande maioria de circulação interna –, que têm se tornado fontes e objeto de estudo no âmbito da teologia, arquitetura, história e ciências naturais — especialmente nas universidades italianas, local de fundação da ordem, gerando uma significativa produção acadêmica. No Brasil, no entanto, os estudos acadêmicos desenvolvidos acerca da presença e contribuição dos religiosos no território brasileiro ainda são incipientes. Na tentativa de discutir, visibilizar e justificar a relevância deste estudo sobre a atuação dos Barnabitas no Brasil a partir da chegada dos primeiros religiosos que viajaram no início do século XX, fiz um levantamento das últimas pesquisas realizadas e publicadas no banco de teses e

dissertações da CAPES⁴. Utilizando como descritivo as palavras chaves: “Barnabitas” e “Antônio Maria Zaccaria”, seis foram as pesquisas encontradas, conforme o quadro em anexo no final da pesquisa.

Dentre as seis pesquisas elencadas, apenas duas dialogam com o meu objeto de pesquisa, seja pelo recorte temporal, seja pelos assuntos desenvolvidos. A primeira se refere a tese de doutorado “*A Palavra que vivifica e salva contra o mal da palavra que mata*”: *imprensa católica - Belém (1910-1930)*, de Liliane Goudinho, defendida no ano de 2015, no Programa de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Nela, a autora discute a compreensão da boa imprensa logo após a separação entre Igreja e Estado, seus reflexos no campo social, econômico, político e religioso brasileiro e, principalmente, paraense e a influência dos religiosos estrangeiros nesta disputa intelectual. Aponta as disputas de poder entre o clero local e os Barnabitas no início do século XX. Destaca a importância deles no fortalecimento da imprensa local e na criação de jornais católicos. Goudinho (2015), ainda no segundo capítulo, intitulado “*A imprensa católica e a Ordem Barnabita*”, ressalta no campo intelectual a presença dos religiosos na “*boa imprensa*” paraense, com especial destaque para a figura do Padre Florence Dubois (teólogo, filósofo e jornalista), um dos principais protagonistas dos debates e polêmicas envolvendo vários atores e na sua grande maioria de outras denominações religiosas. Por fim, enfatiza que os dotes intelectuais do Padre Florence Dubois “fortalece a criação de uma memória sobre a história da congregação e de seus pioneiros em terras brasileiras, reforçando seu papel como iniciadores de uma grande obra de evangelização” (Goudinho, 2015, p. 60).

A segunda pesquisa que se aproxima à temática é mais recente. Trata-se da dissertação de mestrado de Daniel Longhini *Espiritualidade e educação nos escritos de Santo Antônio Maria Zaccaria (1502-15039)*, defendida no ano de 2021, no programa de Educação da Universidade Estadual de Maringá (UEM). Ainda que o pesquisador busque analisar a questão da espiritualidade e educação nos escritos de Santo Antônio Maria Zaccaria, ele não deixa de explorar no último capítulo da dissertação a historiografia sobre os Barnabitas no Brasil e as primeiras atividades missionárias e educativas com certo destaque para a formação do clero no seminário de Belém (1903-1908) e o espaço intelectual na Basílica de Nossa Senhora de Nazaré.

⁴ Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>. Acesso em: 08/01/2023

Após o levantamento e leitura, observei que, mesmo os dois estudos trazendo elementos que serão abordados na dissertação e de certa maneira respondendo algumas das questões levantadas na elaboração do objeto, eles não abordam as viagens empreendidas pelos religiosos e tampouco exploram as cartas, relatórios, livros de *Chronicas* e livro de Tombo, que são fontes inéditas desta pesquisa. Sendo assim, a pesquisa pretende contribuir para fortalecer e ampliar as discussões iniciadas nas pesquisas anteriores, mas perscrutando novos caminhos a partir da análise dos escritos de viagens. A fim de melhor delimitar a pesquisa, o recorte temporal situa-se entre os anos de 1901 (ano em que a França cria a Lei Anticlerical, dando início à perseguição e culminando com a expulsão das ordens religiosas) e 1908 (ano em que, após terem cumprido um excelente trabalho no Seminário de Belém com a chegada do novo Arcebispo do Pará, Dom Santino, os religiosos rescindem o contrato, pondo fim a sua atuação na formação do clero de Belém).

Quando cursei meu primeiro ano de Pedagogia, que não completei, no ano de 2010, na Universidade São Judas Tadeu, unidade Mooca, na cidade de São Paulo, minha professora de Fundamentos da Educação Infantil, Cecília Carvalho, recordava da importância da educação do olhar. Segundo a pesquisadora Ana Mae Barbosa (2009), educar o olhar envolve não apenas uma habilidade de ver, mas também uma postura ativa na busca por compreender o que está sendo observado, exigindo uma atenção cuidadosa aos detalhes e um constante aprimoramento técnico.

Com o olhar um pouco mais direcionado e sensível, segui buscando por novas fontes que me auxiliassem na construção do objeto. Neste caminho, Chartier (1996) ajudou-me a entender que a operação de seleção de fontes nos arquivos é uma etapa fundamental na produção da história, pois exige uma atenção cuidadosa aos textos e conteúdos que foram produzidos e preservados. A partir dessa perspectiva, retornei ao arquivo da antiga província Barnabita Brasil Centro-Sul. Ao adentrá-lo, explorei os documentos com maior atenção. Próximo à prateleira onde se encontram os arquivos pessoais dos religiosos falecidos, me deparei com um livro intitulado *Os XXV anos dos Barnabitas no Brasil, 21 de agosto de 1903 – 21 de agosto 1928*, publicado no ano de 1928 pela livraria Carioca e tendo o padre Guerino Fraccalvieri como autor. Naquele instante da escrita, ele ocupava o cargo de Geral da ordem e vivia na sede da cúria generalícia, localizada na via Pietro Roselli, 1532, Gianicolo, na cidade de Roma, Itália. Com intuito de complementar e ampliar a história da ordem no Brasil, os padres me entregaram outros dois livros de circulação interna, sobre a vida dos Barnabitas no Brasil.

O primeiro chamado *Sob o signo do cruzeiro*, foi publicado em 1956 por padre Giancarlo Colombo por ocasião da celebração dos 50 anos da presença dos Barnabitas em terras brasileiras. O segundo e mais recente *Barnabitas no Brasil – 100 anos*, foi publicado em 2013 pelo padre José Ramos Mercês, que tem se tornado atualmente referência quando se fala dos Barnabitas no Brasil.

Ainda que os livros apontassem caminhos e revelassem parte da história, as fontes eram incipientes. Segui em busca das primeiras *chronicas* que descrevem a chegada dos religiosos e sua ação missionária. Viajei à cidade de Belém e visitei o arquivo da antiga província Brasil-Norte, localizada ao lado da Basílica de N. Senhora de Nazaré. Anexa à Basílica, a comunidade religiosa dos Barnabitas em Belém, possui uma sala dedicada exclusivamente a arquivar e conservar os documentos históricos. Durante a visita, contei com o apoio da arquivista que vem cuidando da catalogação e reorganização dos materiais que por algum tempo, estiveram praticamente abandonados em uma sala que hoje passa por reformas para melhor conservação destes materiais. Recebida as devidas orientações sobre o correto manuseio dos documentos, com luvas apropriadas e máscara, acessei o primeiro *Livro de Crônicas* dos religiosos no Pará. Não posso negar que, mais uma vez, senti um misto de emoções, como se estivesse revivendo as histórias dos religiosos que hoje fazem parte da minha própria história de vida como membro da ordem.

Ainda na busca por outras fontes, conheci Sobral Pinto por meio de discussões realizadas no grupo de pesquisa acerca das correspondências do intelectual católico. Ele deu nome à tese *Lições de democracia e fé: dimensões pedagógicas das correspondências de Sobral Pinto*, de Eveline Viterbo Gomes, defendida em junho do ano de 2024, no ProPEd/UERJ. Recordei-me que, assim como Sobral se utilizou das correspondências para dialogar, criticar e expor suas ideias e opiniões com os mais diferentes grupos. Ao se comunicar com o “velho mundo”, as cartas também eram o dispositivo presente naquele instante na vida dos religiosos. Ao mesmo tempo em que rompiam a distâncias com os seus, elas serviam para comunicar aos superiores situações vividas, pedir ajuda quando necessário ou até mesmo avisar sobre o abandono da missão, transferências e demissões. Por meio das correspondências, os religiosos produziram um vasto arquivo que hoje se torna fonte indispensável nesta pesquisa. Importante destacar que estas correspondências estiveram até pouco tempo espalhadas e negligenciadas por várias comunidades no Brasil e agora estão sob a guarda do arquivo provincial do Rio de Janeiro e de Belém. Um dos trabalhos mais difíceis neste caminho foi traduzir grande parte deste material, escrito em francês, italiano e latim, catalogar, identificar os remetentes,

destinatários, assuntos dentre outros que me auxiliam na escrita dessas memórias. Afinal, “o ritual epistolar é um exercício que tem suas regras, seus códigos, suas condições de produção [...]” (Mignot, 2002, p. 119).

Segundo Orlando e Amâncio (2018, p. 59), “as cartas, um meio de comunicação tão utilizado por séculos, constroem amizades, confiança, intimidades e relacionamentos. Em algumas situações, elas podem sair do privado e transitar para o público (...)”. Além disso, os temas que são tratados nas cartas variam dependendo do sujeito que escreve, das suas motivações e intenções. Bastos, Cunha e Mignot, que servirão de referenciais para análise dessas cartas, apontam que “escrever cartas exige reflexão e disciplina, pois é uma forma de compartilhar vivências mais pessoais, íntimas e até mundanas” (Bastos; Cunha; Mignot, 2002, p. 05). Sendo assim, ao tomar as cartas como fontes de pesquisa, ainda que não seja objetivo fazer um estudo sobre as correspondências, interpreto levando em consideração não somente as dimensões linguísticas, mas também os aspectos sociais, históricos e culturais envolvidos em sua produção.

Com as fontes em mãos, posso dizer que, as narrativas que construí tiveram seu início nas primeiras inserções pelos arquivos em busca de vestígios da chegada dos Barnabitas ao Brasil. É neste deslocamento realizado pelos arquivos principalmente do Brasil (APB – Arquivo Província Brasileira) e de Roma (ARG – Arquivo Geral de Roma) que me deparei com diversos documentos institucionais: livros de memória, livro de tomo, *chronicas*, atas e documentos pessoais como cartas, fragmentos de diários de viagens, álbuns fotográficos. Ou seja, uma série de fontes que foram manuseadas, reorganizadas, confrontadas e interpretadas constituem-se como ponto de partida desta operação historiografia da qual nos fala Certeau:

O estabelecimento das fontes solicita, também, hoje, um gesto fundador, representado, como ontem, pela combinação de um lugar, de um aparelho e de técnicas. Primeiro indício deste deslocamento: não há trabalho que não tenha que utilizar de outra maneira os recursos conhecidos e, por exemplo, mudar o funcionamento de arquivos definidos, até agora, por um uso religioso ou "familiar". Da mesma forma, a título de novas pertinências, constitui como documentos utensílios, composições culinárias, cantos, imagens populares, uma disposição dos terrenos, uma topografia urbana, etc. Não se trata apenas de fazer falar estes "imensos setores adormecidos da documentação" e dar voz a um silêncio, ou efetividade a um possível. Significa transformar alguma coisa, que tinha sua posição e seu papel, em alguma outra coisa que funciona diferentemente. (2002, p. 81-82)

Na tentativa de produzir conhecimentos históricos sobre a Ordem dos Barnabitas no Brasil, a presente pesquisa se situa no âmbito da História da Educação em diálogo com a História Cultural e com a História da Igreja. Pretende-se, assim, interpretar a história

desta ordem religiosa e seus sujeitos a partir das viagens empreendidas no início do século XX por meio das *chronicas*, cartas, livro de tombo e diários já mencionados. Tais fontes se configuram muitas vezes como ego documentos, escritas de si, que revelam parte dos pensamentos e intenções destes religiosos. Sobre a importância de elencar e interpretar estes documentos em estudos sobre viagens e viajantes, Silva (2012) salienta:

Em notas e demais relatos de viagem, a narrativa e a memória são elementos constituintes da prática de registrar, em que o fio condutor é a própria travessia. Agrega-se a isto, o “viajante”, ora o próprio autor, ora o leitor do relato, que ao adentrar na leitura, se converte em um descobridor de paisagens, culturas, e da própria figura do narrador, desnudado em sua escrita sobre o outro, que também, revela sobre si. (p. 42)

Este trabalho se desenvolve em três capítulos: no primeiro, pretendo abordar a saída dos Barnabitas da França, no início do século XX, mediante o conflito que ocorria entre igreja e Estado. Mas antes de apresentar tais discursões, e ante da falta de estudos sobre a ordem e o fundador, algumas questões são suscitadas, como: Quem são os Barnabitas? Como nasceram? Quem é o fundador? Por que escolheram o Brasil como lugar de missão? Neste capítulo é possível perceber o contexto social, político e religiosos em que ocasionou a vinda dos religiosos para o Brasil.

Para pensar a vinda dos religiosos para o Brasil, por meio dos documentos dispersos e encontrados em várias comunidades religiosas do Brasil e do mundo. Trago neste segundo capítulo o desenrolar da viagem, isso significa interpretar os diários de bordo, onde encontro elementos da travessia realizada pelos religiosos, além dos livros de *Chronicas* e cartas que apresentam traços íntimos dos viajantes e, permitem compreender o contexto social do sertão pernambucano a missão e desafios enfrentados pelos religiosos.

No último capítulo, como desdobramento da missão dos religiosos no Norte do Brasil, buscarei discutir e interpretar a atuação dos Barnabitas na formação do clero do Pará, as disputas de poder na diocese de Belém e por fim, com a chegada do novo Arcebispo de Belém, apresentar os motivos que levaram os religiosos a rescindirem o contrato e colocarem fim na missão de formar sacerdotes para a Igreja de Belém.

CAPÍTULO 1: É CHEGADA A HORA DE CRUZAR OS MARES

Chegou a hora da tristeza, ocasionada pelo ato de um governo maçônico e ingrato, que lançava ao desterro os operários do Cristo. Mas tudo é providencial, mesmo o desterro.⁵

Carta do Padre Paulo Lecouvieux, s/d, 1903

Na introdução da carta de despedida que o padre Paulo Lecouvieux, um dos dez primeiros missionários Barnabitas enviado ao Brasil, endereçou ao padre geral da ordem, horas antes de sua partida da França, é possível observar que, apesar da angústia expressa na escrita, nota-se uma clara profissão de fé, de confiança em Deus e na missão da congregação dentro da Igreja Católica. Afinal, se é verdade que na história da Igreja Católica o ardor é um dos substantivos que melhor caracteriza o espírito apostólico dos Barnabitas, é também exato que, na corrida diária, a malícia dos tempos e dos homens pode representar amiúde papel decisivo na missão destes religiosos, que, nascidos às portas da contrarreforma⁶, estiveram na vanguarda da igreja, sempre buscando o novo, para se colocar à disposição das instâncias temporais, geográficas e, principalmente, humano-cultural.

Tomando como ponto de partida a epígrafe que abre o capítulo: ao despertar o imaginário, ela me possibilita pensar que o “desterro” mencionado pelo padre Lecouvieux, que impulsionou os operários do Senhor atravessar o Atlântico rumo ao novo mundo, ainda que tenha vindo satisfazer um desejo antigo dos Superiores da ordem de “retornar” as gloriosas missões que haviam sido realizadas na Birmânia⁷ no século XVIII

⁵ Carta do Pe. Paulo Lecouvieux, enviada ao Pe. Geral.

⁶ Se, por um lado, a Reforma Protestante (1517) desestabilizou a Igreja Católica, por outro, a contrarreforma, ocorrida a partir do Concílio de Trento (1545 - 1563), contribuiu a dar vida e espiritualidade a Igreja Católica. Na busca por garantir a unidade da fé cristã, que séculos mais tarde impulsionará o processo de Romanização e Ultramontaníssimo da América Latina, favoreceu também o surgimento de ordens religiosas que se dedicaram a lutar contra a doutrina protestante, como o caso dos Clérigos Regulares de São Paulo – Barnabitas, dentre outras.

⁷ Para os Barnabitas, o século XVIII foi um momento importante na história da expansão da congregação. Segundo aponta o Padre Antonio Maria Gentili, no livro: *LOS BARNABITAS. Manual de história y Espiritualidade de la Orden de los Clérigos Regulares de San Pablo Degollado*. Publicado em língua italiana no ano 1967, revisado e ampliado em 2012 e hoje, traduzido em língua espanhola. “En el siglo XVIII se abre para nuestra congregación una nueva perspectiva, esa misionera, preparada y en los siglos precedentes por el impulso apostólico de nuestros cohermanos en las regiones que había abrasado la

“nos antigos reinos de Ava e Pegu, é considerado entre os religiosos o mais expendido capítulo de vida e história da Congregação” (Mercês, 2013, p. 23). É imperativo ressaltar que de início a vinda para o Brasil não foi a princípio uma ação voluntária idealizada pelos religiosos. Resultou de lutas travadas entre o governo francês e a Igreja Católica que, de acordo com Leonardi (2008), obrigou muitas congregações e ordens religiosas, entre elas os Barnabitas que residiam na França, a buscarem exílio pelo mundo, como alternativa de manutenção e sobrevivência. Viagem essa que acabou por flagrar instantes e gerar registros (Mignot, 2007), possibilitando estudar os Barnabitas, aqui compreendidos como viajantes.

Antes de adentrar-me na vasta documentação produzida por estes religiosos durante a sua viagem ao Novo Mundo, que hoje se encontra dispersa por vários arquivos, casas religiosas espalhadas pelo Brasil (Pará e Rio de Janeiro) e pelo mundo (Bélgica, Itália e França), vou discorrer sobre a viagem e os viajantes em meio aos conflitos entre Igreja e Estado no final do século XIX e princípio do século XX. Por fim, vou discutir as motivações que os levaram a optarem pelo Brasil como terra de missão. É importante advertir que, devido à ausência de produções acadêmicas sobre a ordem e o fundador, trago ao leitor, neste primeiro momento, alguns elementos que ajudarão a melhor conhecer a vida e os contextos nos quais estes primeiros missionários /viajantes estavam inseridos, pois ao assumirem, por meio dos votos religiosos (pobreza, castidade e obediência), o compromisso com a ordem, suas histórias de vida estão interligadas com ela.

Partindo em busca de vestígios, ainda que previamente mencionado na introdução dessa dissertação, a primeira curiosidade que pode surgir ao leitor é: Quem são os Barnabitas? Não é difícil encontrar nos sites religiosos e especialmente nos manuais produzidos por historiadores da ordem como Michelini (1983) e Gentili (2012) que o nome Barnabitas é um título popular a qual os leigos que frequentavam a Igreja de São Barnabé, na cidade de Milão ao norte da Itália, batizaram de maneira “carinhosa” os Clérigos Regulares de São Paulo. Uma ordem religiosa masculina, fundada em 1530 pelo padre Antônio Maria Zaccaria⁸, sacerdote e médico, e seus companheiros Bartolomeu

reforma. En realidad, no fueron nuestros padres en escoger el nuevo campo de apostolado- inicialmente la China y la Birmania después -, fueron más bien un conjunto de circunstancias y sobre todo la voluntad del pontífice Clemente XI (1700-1721). De todos modos, la empresa de Birmania fue conducida por los barnabitas con tanto compromiso y amor por más de un siglo, que queda en nuestra historia el ejemplo más luminoso en campo misionero” (Gentili, 2012, n. 219).

⁸ Segundo Gentili (2012), Antônio Maria Zaccaria é considerado o fundador, devido seu espírito vivo, pelas iniciativas e firmeza nas atitudes tomadas em seu tempo.

Ferrari (1493 - 1544), tabelião e sacerdote, e Tiago Antônio Morigia (1493 -1546), arquiteto e sacerdote.

Apesar do pouco tempo de existência, e não sendo uma práxis comum da Igreja, a ordem foi reconhecida de modo oficial no dia 18 de fevereiro de 1533, com menos de três anos de existência. Este fato se deu na ocasião em que durante sua passagem por Bologna, o Papa Clemente VII (figura 01), sentado à sede e tendo ao seu lado esquerdo o Imperador Carlos V, com quem se encontraria, entrega, nas mãos de Antônio Maria e seus companheiros, a breve apostólica⁹ que, selada e firmada por ele mesmo, dava aos religiosos a autorização para levarem adiante a missão e o carisma da ordem.

Figura 1 – Momento de Aprovação da Ordem



Fonte: Livro: *Barnabitas no Brasil 100 anos* - Pe. Ramos das Mercês - 2003

Sobre a breve, destaco que, sendo um documento oficial emitido pelo Papa e de curta extensão por sua natureza dispensa algumas formalidades em relação a outros

⁹ “Os breves pontificios foram introduzidos no século XV pelo Papa Eugênio IV. Escritos em pergaminho, geralmente dobrados, eram selados com cera vermelha utilizando o anel de pescador. O nome do papa aparecia na parte superior, normalmente escrito em letras maiúsculas, como por exemplo: PIUS PP III, em vez da saudação formal na terceira pessoa utilizada em bulas. Um breve pontificio adota uma forma direta de discurso e começa por meio de um preâmbulo com uma declaração do caso e a motivo do breve. É visto como menos formal e vinculante do que uma bula papal, embora as bulas continuaram sendo empregadas, por exemplo, em canonizações.” Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/noticias/528329-o-que-e-um-breve-pontificio>. Acesso em: 02/06/2023.

documentos pontifícios. Guardada¹⁰ “debaixo sete chaves” no arquivo Geral da Cúria Romana, com acesso restrito até mesmo para os religiosos¹¹ e quase que intocável pelo seu grau de importância para a história da ordem. A breve, redigida aos Barnabitas, está escrita em latim, língua oficial da Igreja Católica. Sendo um documento de inestimável valor, possui algumas características próprias expressas pela sua materialidade, que segundo Farge (1989) exige do pesquisador sensibilidade para compreender as nuances dos objetos e documentos, bem como habilidades em contextualizá-lo dentro do cenário histórico.

Lançando mão da “miopia”¹² e me apoiando em Arlette Farge (1989), me atrevo a ajustar as lentes e redirecionar o olhar de forma sensível e atenta. Por se tratar de um documento do século XVI, período em que a ordem carecia de meios para conservação e preservação, nota-se que o pergaminho a qual a breve foi redigida se deteriorou com o passar tempo, o que não impede sua leitura. Contudo, não deixa de ser um excelente documento para análise. Quanto à sua estrutura, segue todos os passos existentes em uma breve. No cabeçalho, encontra-se o nome do papa Clemente VII, responsável por expedir-la. Em seguida, se indica de forma clara o ideal que deveria animar a fundação da nova família religiosa “Despertar o espírito religioso no clero secular e no povo de Deus” (AGR, Breve Papal, 18/02/1533) e ao mesmo tempo apresenta as quatro características da estrutura dos novos Clérigos, finalizando com a benção Papal e o selo pontifício:

1. A profissão dos três votos solenes;
2. A dependência do Arcebispo de Milão
3. A faculdade de viver em comunidade

¹⁰ No artigo: **Razões para guardar: a escrita ordinária em arquivos de professores/as**, publicado na *Revista Educação em Questão*, as pesquisadoras Mignot e Cunha, apontam que “Guardar é diferente esconder. Guardar consiste em proteger um bem da corrosão temporal para melhor partilha; é preciso tornar vivo o que, pela passagem do tempo, devia ser consumido, esquecido, destruído, virado lixo” (Mignot e Cunha, 2006, p.41). **Revista Educação em Questão**, Natal, v.25, n.11, p 40-61, jan./abr. 2006. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/8286> . Acesso em: 08/09/2023.

¹¹ No mês de setembro do ano de 2023, durante uma rápida passagem por Roma. Solicitei ao responsável pelo arquivo geral, autorização para entrar na área restrita, onde se encontram, além de outros documentos de inestimável valor histórico para a ordem, a Breve Pontifícia, a qual pude realizar algumas anotações sobre a sua materialidade. No ano de 2015, enquanto vivia em Roma, pude acessá-la, porém o meu olhar ainda “miópe”, não foi capaz de flagrar tanta riqueza em um pequeno documento.

¹² Utilizo o termo “miopia”, para sinalizar a visão limitada em relação ao objeto. A incapacidade de um olhar panorâmico sobre a sua materialidade.

4. A possibilidade de estabelecer regras – “modificando segundo as exigências do tempo”¹³

Para a ordem, a aprovação representou um momento memorável, especialmente pela rapidez em que se sucedeu. Padre Giuseppe Cagni, historiador da ordem e da Igreja, escrevendo no *Quaderni di Vita Barnabítica* – nº 8, por ocasião do aniversário de 450 anos da morte de Santo Antônio Maria Zaccaria, assinala que “non esisteva ancora una comunità formata: tutto era allo stato di progetto e di Desiderio, di “vota” (secondo la parola iniziale del documento)”¹⁴ (Cagni, 1989, p. 37). Ainda que sem regra de vida comunitária e pobreza definida, uma vez que os religiosos eram sustentados pela condessa Torelli¹⁵, grande apoiadora da fundação e discípula de Fra Battista de Crema, os poucos escritos e estudos de Cagni (1989) sobre o fundador apontam que, após a aprovação, Zaccaria residiu de modo provisório por alguns meses na Basílica de Santo Ambrósio (Milão), até conseguir se transferir com alguns dos companheiros para a casa de Santa Caterina em Porta Ticinese. Uma porta medieval, que sendo considerada atualmente uma “zona bohemia”, foi no passado uma das principais entradas da antiga cidade milanesa, que para Zaccaria se tornou um ponto estratégico de missão. A partir dela, Milão havia sido invadida com doutrinas contrárias à fé cristã. Era necessário que Zaccaria e seus companheiros, tendo como carisma a Renovação do Fervor Cristão, pudessem combatê-la (Cagni, 1989), tornando-se assim, pioneiros da reforma católica que ocorreu anos mais tarde com o Concílio de Trento (1545-1563).

¹³ Breve Papal, 18/02/1533 – tradução feita pelo Padre Rodrigo Nilo, atual responsável pelo arquivo geral.

¹⁴ “Não existia ainda uma comunidade formada: tudo era um projeto e o desejo de vontade” (segundo a palavra inicial do documento). Tradução livre

¹⁵ A condessa Ludovica Torelli, única herdeira de Achille Torelli, Conde de Gustalla, que morreu em batalha em 1522, levando-a a assumir o título de condessa de Gustalla. Segundo Cagni (1989), após a morte de seu primeiro marido, Ludovico Stranghi, e do seu filho Achilli, ela se casou novamente em 1525 com Antônio Martinegro, que foi assassinado em 18 de abril de 1528 por um cunhado. Ludovica também sobreviveu a uma tentativa de assassinato por parentes interessados em seus bens. Devota, Ludovica foi orientada espiritualmente por Frei Batista de Crema e Antônio Maria Zaccaria. Ela financiou diversas obras de caridade em Milão e apoiou a nova ordem dos Barnabitas e mais tarde com Zaccaria funda as Irmãs Angélicas, um ramo feminino dos Padres Barnabitas.

Figura 2 – Santo Antônio Maria Zaccaria



Fonte: Foto do quadro da comunidade de Copacabana- RJ

Antes de prosseguir com elementos sobre a ordem, me desloco em direção à figura de Antônio Maria Zaccaria (Figura 02). Sobre o Fundador, a maioria das informações estão nos materiais e livros produzidos pela Igreja e pela ordem, conhecidos como escritos hagiográficos, que são fontes relevantes para a pesquisa acerca do biografado. Sendo a hagiografia a arte de escrever sobre a vida e ações de indivíduos santos, ela desempenha um papel fundamental na tradição religiosa de muitas culturas ao edificar e legitimar as crenças do grupo acerca do santo (Certeau, 2000). Através destes escritos, os religiosos buscam encontrar inspiração, orientação espiritual e uma conexão mais profunda com o divino, tendo como objetivo principal “a evangelização, utilizando uma figura como exemplo ímpar de entrega, santificação e, ao mesmo tempo, intercessor junto a Deus” (Silva, 2021 p. 29).

Por sua natureza, os escritos hagiográficos são caracterizados por uma tendência a enaltecer as virtudes e os milagres dos santos, retratando-os como figuras exemplares de piedade e moralidade, impedindo qualquer tipo de pensamento contrário à sua vida de santidade, inclusive desde o seu nascimento, pois “do santo adulto remonta-se à infância, na qual já se reconhece a epígrafe póstuma. O santo é aquele que não perde nada do que recebeu” (Certeau, 2000, p. 297). Para uma ordem ou congregação, essa imagem tecida sobre o biografado se torna fundamental, porquanto, depois da pessoa de Jesus Cristo, o fundador deve ser a figura de maior virtude e valor a ser seguido.

Importante destacar que, apesar do seu valor espiritual e cultural, a hagiografia possui algumas limitações. Sendo produtos de devoções, frequentemente retratam o santo de acordo com a teologia da religião em questão, o que pode torná-los incompatíveis com a abordagem histórica objetiva. Grande parte da hagiografia é baseada em “evidências

anedóticas”, com relatos de milagres ou experiências sobrenaturais, que, embora poderosas em termos de inspiração, são difíceis de serem verificadas empiricamente. Muitas vezes também carece de fontes secundárias que possam confirmar eventos descritos na hagiografia. Creio que são muitas limitações que encontramos neste campo. Por isso, sendo a escrita hagiográfica de uma tradição valiosa para muitas religiões e culturas, proporcionando inspiração espiritual e um registro histórico de figuras santas/sagradas. No entanto, é importante abordá-la com uma compreensão das suas limitações inerentes, reconhecendo seus vieses religiosos e a necessidade de uma análise crítica para uma compreensão completa das vidas dos santos e histórias que os cercam. Ainda sobre o este tema, Giuslane Silva aponta que: “toda documentação produzida pelas e para religiosas de uma determinada comunidade busca construir uma imagem positiva, coesa sem conflitos, acerca daquele/daquela responsável pela fundação” (Silva, p. 29, 2021)

Mas afinal, quem foi Antônio Maria Zaccaria? Alguns estudos hagiográficos nos apontam que Zaccaria nasceu no ano de 1502, na pequena cidade agrícola de Cremona, na região da Lombardia ao norte da Itália (Erba; Gentili, 2009). Filho único de Lazzaro e Antonietta Pescaroli, perde seu pai antes mesmo de completar um ano de idade. Sua mãe, com apenas 18 anos de idade, escolhe por renunciar a todos os pretendentes que lhe propuseram casamento para se dedicar exclusivamente ao cuidado da educação de seu filho. Sempre atento com sua vida de oração e cuidado ao próximo, Zaccaria cresce em ambiente familiar cristão e apaixonado pela devoção à Virgem Maria. No dia 18 de outubro, festa de São Lucas, inicia seus estudos em medicina na Universidade de Padova (Toia, 1983). Antes de sua partida, escreve seu testamento renunciando a todos seus bens pessoais em favor de sua mãe e reservando para si somente o essencial para os estudos.

Sobre sua estadia em Pádua, infelizmente, há poucas informações. No entanto, sabe-se que durante seus estudos Zaccaria estreitou uma sólida amizade com Serafino Aceti, também estudante de medicina, que mais tarde se torna Clérigo Lateranense e seu grande companheiro na luta pela tibieza espiritual que aforava na região da Lombardia. Os rascunhos que estão preservados na biblioteca Geral dos Barnabitas em Roma, na Igreja de San Carlo ai Cartinari, indicam apenas que, ao concluir a faculdade de medicina, Zaccaria retorna a Cremona “firme na fé e no costume, inteligente e maduro, sensível às exigências do tempo e aberto a toda boa iniciativa” (AGR, Epistolário SAMZ). Infelizmente, não há informações precisas se de fato, Zaccaria exerceu a medicina como profissão. Apesar do único registro encontrado revelar que no ano de 1525, cinco anos

antes da fundação da ordem, ele tenha se inscrito no registro dos médicos em Milão, e por lá permanecido até se encontrar com figuras importantes para o despertar e amadurecer da sua vocação sacerdotal, as fontes são incipientes para qualquer afirmação.

Destemido e apaixonado pela Eucaristia, Zaccaria é ordenado sacerdote no ano de 1529 e recebendo “*ad titulum patrimonii*”, lhe é permitido exercer o apostolado por todo o mundo, sem a necessidade de estar incardinado a uma igreja particular, como ocorreu com Ignácio de Loyola após a aprovação dos Jesuítas. Prezando sempre pela discrição e simplicidade, Zaccaria celebra sua primeira missa de maneira estritamente privada na Igreja de San Vital e contando com a presença de sua mãe e alguns familiares próximos (Toia, 1983). Daquele momento em diante, todos os seus documentos começam a ser assinados como Antônio Maria, padre de Paulo Apóstolo. E no mesmo ano fundou uma capela dedicada a São Paulo Convertido, colocando o seu sacerdócio e, posteriormente, a ordem sob o patrocínio do apóstolo dos gentios, se tornando na igreja, a primeira ordem de espiritualidade Paulina.

Seguindo as trilhas da história e a vida do fundador, não é difícil observar que o berço dos Barnabitas é Milão. Cidade que, depois de Veneza, se torna um dos centros mais importantes da reforma católica, especialmente por sua posição geopolítica. É nessa cidade que Antônio Maria Zaccaria, jovem sacerdote, cresce sob a guia espiritual de Brémond, que mais tarde se torna um Dominicano da Lombardia, ao norte da Itália, chamado de Fra Batista de Crema (1460 – 1534), que também foi diretor espiritual de outros santos reformadores deste mesmo período entre eles Caetano de Thiene, fundador dos padres Teatinos, que assim como Zaccaria, desenvolveu um rico projeto de renovação eclesial e vida fraterna. Por seu dinamismo e espiritualidade, Fra Batista foi capaz de mover Zaccaria na trilha da obediência ao estímulo do espírito para a Igreja do seu tempo “fazendo suas algumas demandas; sobretudo a vivacidade espiritual e o espírito que dá vida, a ser anunciado por toda parte, e constituem a essência da sua evangelização com referência à reforma” (*Ratio Barnabítica*, 36).

Estudiosos que se dedicam a pesquisar sobre a história da ordem, especialmente Gentili (2012), Erba (1981) e Nilo (2019)¹⁶, corroboram que os Barnabitas nascem a partir

¹⁶ Rodrigo Nilo (1979) - religioso e sacerdote Barnabita. Natural da comuna de Peumo, na Região de O'Higgins, Chile. Licenciado em Ciências Religiosas pela PUC – Chile (2004), educação pela Universidade Alberto Hurtado – Chile (2008), Bacharel em História e Bens culturais da Igreja (2011), licenciatura em História da Igreja (2013) e doutorando em história da Igreja, ambos pela Universidade Gregoriana de Roma. Atualmente reside na comunidade de São Biagio e São Carlo ai Catinari, na cidade de Roma, Itália e está responsável pelo arquivo histórico da congregação em Roma.

de um amplo movimento de reformas e renovação ao interior da Igreja Católica, graças a doutrina de Fra Batista de Crema,¹⁷ citado anteriormente, e dos intelectuais da *Devotio Moderna*¹⁸. Uma nova forma de religiosidade, que tendo seu berço nos Países Baixos e na Alemanha Ocidental na metade do século XIV e início do século XVI, possui em seu “código” espiritual a Imitação de Cristo de Tomas Kempis e busca, a partir de um novo ideal, responder ao ceticismo em relação a Igreja Católica de sua época por meio de uma austeridade típica do período medieval, com aspecto que relembra o espírito Franciscano pelo amor a pobreza absoluta, a prática da mortificação e a obediência.

Conhecida também como movimento reformador do laicato, a *Devotio Moderna*¹⁹ se espalhou através de comunidades religiosas, cenáculos²⁰ e especialmente círculos de intelectuais que buscavam por meio de uma vida espiritual centrada em Cristo desenvolver práticas devocionais e uma vida religiosa mais autêntica, através da reforma dos costumes. Deste modo, sua filosofia veio a contribuir para as mudanças que ocorreram no cenário religioso europeu nos séculos seguintes. Ainda, por decorrência, inspirou Zaccaria a imitar ao Cristo, desde a sua paixão e morte, difundindo uma grande devoção ao crucificado, como obediência ao Pai, representada como uma radical libertação ao egoísmo mundano e uma máxima abertura de apostolado na igreja universal, suscitando como carisma a Renovação do Fervor Cristão.

Ainda sobre os Barnabitas, Cambi (1999) define que:

Os barnabitas, fundados por Antônio Maria Zaccaria (1502-1539), constituem uma congregação religiosa cujos objetivos são a luta contra a heresia em expansão e a formação de jovens religiosos por meio de um rigoroso plano de estudo que conjuga a formação cristã às *humanae litterae* e à filosofia. No programa de instrução, é atribuído grande destaque à leitura e a um programa selecionado de estudos, onde há lugar para o latim e o grego, mas também para a história, a matemática, a metafísica e até mesmo para a dança, a música e a esgrima (Cambi, 1999, p. 259).

¹⁷ Sobre este, é importante destacar que além de desenvolver um papel importante na vida espiritual de Antônio Maria, também influenciou como conselheiro espiritual a Condessa de Guastalla. “La impresiona la palabra de Bautisma de Crema, en quien (1527) encuentra el consejero prudente, pero firme, que la llevará a abandonar la vida cortesana y libertina para empeñar todos sus bienes, todas sus energías en obras de bien”. (Gentili, 2012, nº 210).

¹⁸ A leitura da “Imitação de Cristo” de Tomás Kempis, publicado no século XVI, influenciou o pensamento de Antônio Maria Zaccaria (Fundador dos Barnabitas), Ignácio de Loyola (Fundador dos Jesuítas) e Caetano de Thiene (fundador dos Teatinos) – Ambos contemporâneos.

¹⁹ “E` questa l`espressione già in uso nel secolo XV per designare una particolare corrente di spiritualità Cristiana. “Devotio” è parola comune nella mística per indicar ela vita intima com Dio, mentre l`aggettivo “moderna” vuol presentarei l movimento in contrasto com il passato” (Michelini, 1982, p. 34).

²⁰ Foi através do cenáculo reformador da Eterna Sabedoria, criado por Antônio Maria Zaccaria, que muitos outros da nobreza, acabaram por aderir ao seu ideal de vida.

Fundados no período da contrarreforma, os Barnabitas sempre primaram pela cultura acadêmica, científica e literária. Possivelmente, seja este um dos motivos que Antônio Maria Zaccaria, desde os inícios, tenha demonstrado uma especial predileção pelo apóstolo Paulo como patrono da família religiosa. “Assim como as aves são de noite fascinadas pelo facho de luz dum farol, Santo Antônio Maria Zaccaria seria forçosamente atraído pelo brilho e vivacidade do grande apóstolo e reformador dos pagãos” (Sisnando, 1976, p. 19). Seu amor em busca do conhecimento e da verdade impulsionou muitos dos religiosos a estudarem outras ciências como modo de evangelização. Entre os vários, destaque: a) Pe. Luiz Ungarelli, que, como egiptólogo além de publicar gramática da língua copta, recebeu a incumbência de organizar e ilustrar o Museu Egípcio Vaticano; b) Pe. Luiz Bruzza, fundador e presidente da sociedade dos cultores cristãos; c) Pe. Francisco Maria Franceschinis, mestre e professor de metafísica no Arqueginásio Sapienza em Roma; d) Pe. Pedro Configliachi, físico e naturalista; e) Pe. Lourenço A. Ghisi, professor de física, história natural e inventor do telégrafo acústico; f) Pe. João Batista Spotorno, ilustrou-se como historiador, arqueólogo e professor de eloquência latina na Universidade de Gênova, onde se conserva até hoje seu busto em tamanho natural; e g) Pe. Francisco Denza, doutor em física e matemática, lecionou no colégio Real de Moncalieri, tendo por alunos os príncipes da casa de Aosta. Padre Denza fundou o observatório astronômico, geodinâmico e meteorológico. Seu amor pelas ciências fez com que o papa Leão XII, ao organizar o Observatório do Vaticano, lhe confiasse a direção, lhe concedendo um grande prestígio nos congressos internacionais de Astronomia. Estes são apenas alguns, dentre os diversos religiosos Barnabitas que se dedicaram a estudar outras ciências, além das sagradas.

Sendo assim, entender os conflitos históricos é também uma maneira de compreender e se perguntar neste primeiro capítulo: Como as supressões e perseguições por parte do governo francês levaram a igreja, os barnabitas e tantas congregações religiosas a buscarem por sobrevivência e manutenção, a empreenderem novos projetos e optarem pelo Brasil como lugar atuação? Dessa maneira, em busca de compreender melhor sobre o estabelecimento dos Barnabitas no Brasil, amparo-me nas cartas e especialmente nos livros produzidos por esses religiosos.

1.1. Vestígios biográficos dos religiosos em escritas necrológicas

Se as famílias cultuam a memória de seus antepassados, por que não guardaríamos com amor e carinho a memória destes que tombaram as trincheiras de Deus, deixando para nós que ficamos a herança de suas virtudes e aos jovens o exemplo de uma constância a ser seguida até o fim da vida? (...) Nem todos os que aqui registramos deixaram um nome glorioso para nossa história, nem todos permaneceram longo tempo em nossa terra; todos, porém, colaboraram conosco no advento do Reino de Deus. E todos, pois, são recordados como irmãos muito amados.

Colombo, 1978, p. 8

De acordo com Mignot e Cunha (2006), “assim como homens públicos que ocupam proeminentemente lugar na cena política do país, muitos/as educadores/as renomados/as preservam papéis” (p. 43). Não tão longe dessa realidade, os/as religiosos/as também escrevem e arquivam. Escrevem suas memórias e as memórias de suas ordens e congregações, que, em dados momentos, se entrelaçam em uma só. Arquivam cartas para entender os fatos e anotar suas dores, de forma a evitar a repetição da história.

Buscando por vestígios que me auxiliassem a descrever brevemente a biografia dos missionários que empreenderam longa jornada em direção a Terra de Santa Cruz, Kossoy (2020), ajudou-me a compreender que a primeira etapa do trabalho do historiador não consiste no levantamento bibliográfico acerca do objeto de pesquisa, mas sim na “localização e seleção das fontes” (p. 69). Sendo meios de conhecimento, fazem com que a descoberta dos documentos se torne uma verdadeira “arte”, pois “muitas vezes a existência da documentação só se revela no dia em que um historiador, o primeiro a interessar-se por esse problema, a reclama, a procura, a faça surgir mediante processos engenhosos, imaginados com essa finalidade” (Morrou, 1954, p. 71 apud Kossoy, 2020, p. 70).

Nesta busca, deparei-me com um emaranhado de documentação, ora organizada em arquivos, ora dispersa e praticamente esquecida nas comunidades religiosas espalhadas pelo Rio de Janeiro (Catete, Copacabana e Jacarepaguá) e no Pará (Belém e Bragança). Diante dos inúmeros documentos produzidos pelos religiosos, a minha preocupação já não era reclamar por eles e sim realizar um exercício de atenção, que

segundo Bloch (2001) requer da parte do historiador consciência das limitações das fontes e do contexto em que elas foram produzidas. Muitas delas, escritas pelos próprios religiosos, estão carregadas com suas próprias crenças, valores e interesses, que acabam por apresentar uma visão parcial ou tendenciosa dos acontecimentos, influenciada pela perspectiva e pelos objetivos da Igreja e da própria ordem.

Desde o anterior, é importante destacar que a Igreja, ao longo do tempo, se preocupou por conservar seus documentos históricos, de modo a manter viva a fé, a cultura e a tradição do povo de Deus. Desde modo, não é difícil inferir que, apesar de ser um movimento tardio, próximo à metade do século XIX, as congregações e ordens religiosas, sendo parte desta instituição milenar, também tenham se preocupado em organizar seus arquivos, seja para manter longe do alcance de alguns suas histórias, guardadas nos arquivos denominados “proibidos”, ou até mesmo para forjar uma memória, mantendo viva sua história, com o propósito de que no hoje, no amanhã e em tempos vindouros, os sujeitos que a constituem sejam capazes de fazer com que o carisma do fundador e sua história de vida, atravessando gerações, continuem a despertar, motivar e arrastar outros sujeitos a se apaixonarem pela proposta de vida.

Este movimento de conservar, segundo Nora (1993), tem se desenvolvido especialmente nos últimos tempos à medida em que as sociedades contemporâneas passando por um processo de fragmentação das identidades e memórias demandam que sejam criados “lugar de memórias”. Lugares que “nascem e vivem do sentido de que não existe memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter os aniversários, organizar as celebrações (...), porque estas operações não são naturais” (p. 13). São operações que exigem o auxílio de suportes de memória.

Em relação ao arquivo dos Barnabitas, ainda que o arquivo da antiga província Barnabita Centro-Sul estivesse bem-organizado, com pastas etiquetadas contendo além do nome dos religiosos (*in memória*) um catálogo com os conteúdos, infelizmente as informações encontradas não foram suficientes para escrever uma narrativa a respeito destes sujeitos. Me deslocando outra vez a buscar entre os diversos livros produzidos, aquele que pudesse conter vestígios de tais informações, acordei-me das aulas sobre a história da congregação que tive no ano de 2015 em Roma e segui buscando.

Para minha surpresa, as informações puderam ser obtidas, em maior parte, no livro *Ao Encontro do Senhor (1903- 1978)*, escrito pelo padre Giancarlo Colombo, composto e impresso nas oficinas da Cia. Editora Fon-Fon e Seleta, localizada na Rua Pedro Alves, 60, Centro, Rio de Janeiro, e publicado no ano de 1978, por ocasião do LXXV aniversário

da presença dos Barnabitas no Brasil. Ainda que o padre Colombo não tenha feito parte do grupo dos pioneiros, foi graças às suas habilidades intelectuais, diplomáticas e pastorais que ele acabou sendo conhecido e interpretado por muitos como um exímio orador, literato e apóstolo da caridade (Sisnando, 1982). Desenvolvendo projetos sociais com famílias e menores carentes do morro do Pavão Pavãozinho, Copacabana, acabou criando o Centro Juvenil São Carlos, uma casa para menores localizada na cidade de Miguel Pereira, no estado do Rio de Janeiro, que conseguiu reunir por colaboradores a elite carioca dos anos 1930 e até hoje é considerada um lugar de referência como espaço não-formal de educação no município.

Nas 198 páginas do livro de caráter comemorativo, padre Colombo mostrou por meio da escrita necrológica a biografia dos confrades falecidos que passaram por esta terra. Sobre a escrita necrológica, parece ter sido comum entre os religiosos como modo de preservar a memória dos seus, e partilhar às gerações futuras os feitos notáveis daqueles que um dia fizeram parte da província e hoje são lembrados por meio dessa escrita.

Consciente da importância do seu trabalho, das limitações das fontes e dada a dispersão e falta de organização dos arquivos naquele instante, padre Colombo procurou logo no início advertir ao seu leitor que “infelizmente não foi possível obter todas as datas que cuidadosamente procuramos nos arquivos do Rio e de Roma” (Colombo, 1978, p. 9). Contudo, mesmo ante as limitações, exorta os confrades que porventura venham a interessar-se pelas histórias dos seus predecessores a seguir as pistas da história, assumindo a missão de completar as lacunas por ele deixadas (Colombo, 1978).

Em meados de 2023, ao tomar contato com o texto *Por uma Penitenciária de Portas Abertas: produção, circulação e recepção do discurso humanizador de Victório Canepa na revista A Estrêla (1951-1955)*, tese defendida no ProPEd/UERJ. Observei que Tavares (2017) discute no primeiro capítulo sobre as temáticas da revista *A Estrêla* a partir das capas. Esta discussão voltou-me a despertar o olhar para pensar a análise do livro *Ao Encontro do Senhor* para além da interpretação textual. Detive-me, ainda que brevemente, na materialidade do impresso. Passei a entender que a capa pode oferecer uma rica fonte de informações e pistas sobre o conteúdo de uma obra, já que “as imagens incluem inúmeras possibilidades de narrar e compreender (...)” (p. 21), pois “la imagen, siempre que sea bien elegida, tiene el poder de mostrar lo que la palabra no puede enunciar” (Sierra Blas, 2003, p. 83).

O próprio título do livro evoca um grande significado: *Ao encontro do Senhor*. Um caminho construído em curvas sobre a montanha conduz ao cume, representado por um círculo branco com o seguinte dizer “*Lux Aeterna*”, que para os religiosos e para a igreja representa o caminho que todo homem deve seguir.

Figura 3 – Capa do Livro do Pe. Colombo



Fonte: Livro *Ao encontro do Senhor*

A respeito da escrita necrológica, para além de meras palavras impressas no papel, representa um exercício de reverência e rememoração. Por seu meio, os homens são capazes de honrar aqueles que já partiram, encapsulando suas vidas em palavras que visam eternizar suas experiências. Sobre este tema, Heloisa Helena Meirelles dos Santos, em sua tese de doutoramento, intitulada: *Esther Pedreira de Mello: múltiplas faces de uma mulher (in)visível (1880-1923)*, defendida em 2014 no ProPED/UERJ, aponta que: “lembrar o morto faz parte do discurso a ele porque apresenta e enaltece as qualidades do falecido” (Santos, 2014, p. 38). Neste sentido, a autora opta, entre os diversos campos de análise, utilizar-se do necrológico como um modo de lembrar aquele que já não mais está fisicamente, “aquele que não mais pode receber esta homenagem” (p. 38), porém eternizado através do tributo a ele dirigido e muitas das vezes de modo laudatório.

Não distante de outras escritas e mesmo sujeita a limites, como da própria “ilusão biográfica²¹”, me volto para a escrita necrológica de religiosos, especialmente aqueles pertencentes a congregações e ordens. Ao recordar figuras muitas vezes extraordinárias, a bíblia recomenda: “elogiemos os homens ilustres que são nossos antepassados” (Eclo 44, 1). Este tipo de escrita, exige dos historiadores observar as intencionalidades de quem o escreveu, na medida em que desempenha um papel significativo no registro e na preservação da memória das comunidades e das instituições. Por seu meio, as vidas e realizações dos religiosos (*in memoria*) são honradas e celebradas, proporcionando, para além de testemunhos, um legado espiritual a ser transmitido a gerações futuras e eternizando sua existência por meio de narrativas de outros que muitas vezes influenciados pelo tempo, medo, tristeza e melancolia diante da morte que “fazem emergir um mundo de coisas não ditas habitualmente em outras circunstâncias, mas que, agora, o pudor permite que sejam reveladas” (Anjos, 2017, p. 86).

Padre José Meireles Sisnando, religioso, teólogo e poeta, ao escrever um opúsculo sobre a vida do padre Bissagio, seu companheiro de missão, adverte ao seu leitor que “íngrata é a missão do necrologista, empenhando em renovar o passado feliz dum confrade amigo: lembrança dolorosa, renovação impossível. Entristece-me revolver dias venturosos, sepultados debaixo do peso de dezenas de anos que jamais voltarão” (Sisnando, 1984, p. 1). Essa forma de expressão literária possui algumas limitações, pois se torna quase impossível condensar em poucas linhas a vida do biografado que, em sua existência, pode ter deixado um legado inigualável e/ou cheio de contradições que precisem ser silenciadas.

A escrita necrológica também exige uma análise minuciosa. Cada palavra, cada detalhe, pode oferecer ao historiador vestígios sobre a vida e os feitos do homenageado²². Os textos, como veremos a seguir, geralmente incluem informações básicas sobre a vida do religioso, como nome, data e local de nascimento, filiação, data de entrada na ordem que apontam seu processo formativo, lugares de missão e morte. Para além das datas, em

²¹ Tomando o termo de Bourdieu – de Ilusão Biográfica” é imprescindível destacar que: A Escrita Necrológica, que é um obituário ou texto que descreve a vida de alguém após a sua morte, pode estar sujeita à ilusão biográfica. Isso se dá pelo fato de que, ao escrever sobre a vida de alguém, as pessoas podem inadvertidamente incluir detalhes *imprecisos* ou distorcidos, acreditando que sejam lembrados com precisão. A ilusão biográfica pode influenciar a forma como os eventos são lembrados e relatados, mesmo em contextos como obituário.

²² Segundo Giuslani: “O historiador já não espera do material e das evidências que chegam até ele mediante pesquisas que sejam uma prova incontestável de algum acontecimento. Pelo contrário, deve encarar as fontes como discursos a serem analisados ou redes de práticas e representações a serem compreendidas” (BARROS, 2012, p. 132 apud GIUSLANE, 2022, p. 16).

seu escrito, o padre Colombo flagra instantes e compartilha detalhes das contribuições e realizações do religioso na comunidade e nas missões, como meio de cultivar memórias.

Ao analisar o conteúdo do livro, observei que a escrita necrológica sobre a memória dos religiosos se aproxima melhor do gênero biográfico, pois, “tentando retratar o que teria sido a trajetória do morto desde o berço até o túmulo” (Anjos, 2017, p. 85), padre Colombo acaba por destacar os momentos mais significativos da atuação social e religiosa dos seus confrades sem perder de vista suas histórias de vida.

Diante disso, me questiono: O que os religiosos querem preservar? Qual a finalidade dessa escrita para os religiosos? É possível deduzir que a finalidade do necrológico para os Barnabitas e para a Igreja é igualmente a edificação daqueles que contribuíram para a sua história. Ainda que cheia de imperfeições por ocultar detalhes íntimos, guardados em caixas e arquivos da própria ordem, denominados “proibidos” e fora do alcance até mesmo de alguns religiosos com justificativa de preservar a “boa memória”, como vimos a respeito da escrita hagiográfica. A escrita necrológica se torna uma forma de expressar gratidão e reconhecimento pela dedicação e serviço prestados por estes religiosos falecidos. Não apenas para honrar a memória, mas também serve de exemplo inspirador para os membros atuais e futuras gerações, reforçando os ideais e a identidade espiritual da ordem e da Igreja. Ela permite que, para além das histórias individuais, estas sejam entrelaçadas com a história mais ampla que é a história da Igreja e da própria ordem.

Neste caminhar, convido você leitor a conhecer, sob o olhar do Padre Colombo, estes missionários/viajantes que aqui estiveram.

Padre Emilio Richert foi uma das figuras mais marcantes na fundação da Província Brasileira. Nascido no dia 02 de fevereiro do ano de 1886 na cidade de Mulhouse, França, filho de berço profundamente católico, ingressou aos 20 anos na Escola Apostólica de Gien e mais tarde no noviciado da Província Franco-Belga, que ele próprio inaugurava juntamente com o Pe. Berthet. Em 21 de novembro de 1891, professou os primeiros votos (pobreza, castidade e obediência) na família religiosa dos Clérigos Regulares de São Paulo – Barnabitas, seguindo para Roma, onde cursou Teologia. Seguindo a tradição antiga da Igreja, após dois anos de estudos foi ordenado subdiácono. Retornando a Paris, no dia 8 de dezembro de 1893, professou solenemente no dia 17 de fevereiro de 1894 foi ordenado sacerdote na igreja das Missões Estrangeiras. Em Paris, como bom operário e obediente aos superiores, residiu por anos no Colégio de Gien, onde ensinou inglês e alemão, até o ano de 1903, momento em que as leis de Combes o obrigou a transferir-se

para Mouscron até a partida para o Brasil. Assumiu a direção do grupo de missionários que se dirigia para a cidade de Belém, capital do Grão Pará, onde exerceu o apostolado, tanto na direção do seminário de Belém, como na administração da paróquia de Nossa Senhora de Nazaré do Desterro. Padre Richert, sábio administrador e impávido empreendedor, apesar da pouca idade, tornou-se o elemento mais solicitado quando estava em jogo os interesses da Congregação. Nos anos de 1907, 1910, 1916 e 1922 participou dos Capítulos Gerais da Congregação. Eleito visitador da Província Franco-Belga, no ano de 1910, assumiu a função de Pro-Província da recém província Brasileira. No Colégio Zaccaria, exerceu o cargo de reitor e foi uma peça fundamental na expansão da missão em terras Brasileiras (Colombo, 1978).

Padre Paulo Lecourieux, nasceu aos 07 de junho de 1865 na Franca. Filho de pai iletrado, adversário da Igreja Católica e mãe extremamente religiosa, teve uma infância marcada por muitas aflições. Perde o pai aos 6 anos de idade, deixando a família desolada e sem recursos. Como o mesmo descreve nas pequenas páginas já amareladas de seu diário íntimo: “Deus que não abandona seus eleitos, providenciou a minha família um encontro com uma certa Dama da Caridade que me encaminhou à Escola Apostólica de Gien” (Diário íntimo, Paulo Lecourieux, 1897, folha 5). A Dama a qual ele se referia tratava-se de Santa Bernadette Soubirous, a vidente de Lourdes²³. Vítima das leis antirreligiosas de Jules Ferry, foi obrigado a deixar Gien e dirigir-se a San Felice a Cancellò (Itália), onde realizou a sua profissão simples, aos 09 de março de 1822. Após concluir os estudos Teológicos, foi ordenado sacerdote aos 25 de julho de 1888. No mesmo ano retornou para Gien, ministrou aulas de latim e filosofia no colégio e, frequentando Sorbonne, diplomou-se em Letras e Filosofia. Amante da política, ciências, filosofia e literatura, foi considerado um exímio pregador, porém muitas vezes exagerado em seus métodos de apostolado²⁴, lhe rendendo oportunas admoestações por parte dos superiores. Ensinou Filosofia, Sagrada Escritura e Teologia aos estudantes de Gien quando novas leis antirreligiosas expulsaram as ordens religiosas da França, ocasião em que Padre Paulo se uniu ao grupo que mais tarde desembarcaria em Belém do Pará. Depois da estadia no Pará, foi destinado à cidade do Rio de Janeiro. Exerceu o apostolado como Reitor do Colégio Zaccaria e nos anos seguintes foi nomeado o primeiro vigário da

²³ Que anos mais tarde, Padre Paulo recordava em seus escritos diários com uma satisfação inaudita

²⁴ Sobre este ponto, o livro de crônicas da comunidade de Belém apontam que: “Famoso em seu discurso da Quinta-Feira da Paixão. Levando ao Púlpito uma grande tela representando a Sagrada Face e mostrando as chagas, perguntava: “Quem foi que matou Nosso Senhor? Foram os judeus? – Não! Foi Pilatos? – Não! Então quem foi? – Foram os pecados dos Bragantinos.

paróquia de Nossa Senhora de Loreto, em Jacarepaguá, onde “ostentando uma disposição acima de sua idade, no exercício do seu apostolado para todos os centros daquela imensa paróquia, onde os erros do protestantismo e espiritismo grassavam por toda parte, devido a escassez de sacerdote.” (Carta do Cardeal Leme ao Padre Geral). Para a congregação, “apesar do caráter bizarro que muitas vezes prejudicava suas realizações pastorais” (I Livro de *Chronicas* de Belém, f. 32), padre Paulo era chamado de biblioteca ambulante e considerado um verdadeiro amante da vida religiosa, pois guardava a fiel observância das regras (Colombo, 1978).

Sobre o Irmão Victor de Cecca, as informações são incipientes, pois nem todas as datas e informações foram possíveis de encontrar nos arquivos. Sabe-se que era proveniente de uma humilde família do sul da Itália, próximo a Bari. Tendo ingressado na ordem no ano de 1892, viveu um curto período de experiência em Roma, sendo enviado posteriormente a Monza para realizar o noviciado. Professou no dia 21 de agosto de 1902 e no ano seguinte integra-se ao grupo chefiado pelo padre Richert que desembarcaria em Belém. Sua vida decorreu praticamente entre as panelas, tarefa que desempenhava na Itália e continuou no Brasil, por todas as comunidades que passou em Bragança, Belém, Valença, Santa Cruz, Jacarepaguá e no Colégio Zaccaria (Colombo 1978).

O padre Francisco Richard nasceu no dia 06 de maio de 1874 na cidade de Genebra. De família humilde, ficou órfão de pai ainda na infância. Recebeu educação em um orfanato e aos 12 anos de idade ingressou na Escola Apostólica dos Barnabitas na cidade de Gien. No ano de 1891, ingressa no noviciado em Mouscron (Bélgica) e, a 24 de outubro de 1892, professou os primeiros votos religiosos (pobreza, castidade e obediência) na família religiosa dos barnabitas. No mesmo ano, retornou a Sorbonne, para finalizar o Bacharelado em Letras e Filosofia que havia iniciado anos antes do noviciado e, no ano de 1895, professou os votos solenes. Dado sua capacidade intelectual, Padre Richard cursou dois anos de Teologia em Roma e os outros dois em Paris. Foi ordenado sacerdote no dia 17 de dezembro de 1898 em Bruges (Bélgica), e enviado posteriormente ao colégio de Gien, onde ensinou até 1902, momento em que as leis de Combes iniciaram as perseguições religiosas. No Brasil, foi destinado como superior de um dos grupos que se dirigia a Pernambuco. Pelos seus dotes intelectuais e carisma, esteve à frente de várias missões no Brasil, exercendo na Congregação os mais altos cargos da Província Brasileira. Participou em diversos capítulos Gerais da ordem nos anos de 1910, 1922,

1925, 1928, 1934, 1937. Eleito para o capítulo de 1939, infelizmente não pôde participar pois não havia condução para a Europa em guerra. (Colombo, 1978).

Padre Afonso Di Giorgio nasceu aos 25 de julho de 1875 ao sul da Itália. Pela ausência de documentação, não é possível precisar a cidade de nascimento. O pouco que pude obter são algumas datas religiosas. Aos 25 dias do mês de dezembro do ano 1892, na cidade de São Felice a Cancellò (sul da Itália), faz a sua primeira profissão religiosa e em janeiro de 1896 a Profissão Solene, em Roma, na mesma cidade onde era ordenado sacerdote, aos 14 de agosto de 1898.

1.2. Viajantes em meio a conflitos entre Igreja e Estado

Entre o final do século XIX e início do XX, o mundo passava por grandes transformações sociais, políticas e religiosas que obrigaram a sociedade e, por decorrência, a Igreja Católica a repensar o seu *modus vivendi e modus operandi*. Sendo uma instituição milenar, Silva (2021) destaca que é impossível não pensar que, ao largo da história, a igreja tenha atravessado “períodos de conquistas, enriquecimento e poder, todavia experimentou momentos de tensões e crises” (p. 19) ocasionados em parte pela corrupção e escândalos internos entre seus membros e líderes religiosos que acabaram por abalar a confiança dos fiéis e um declínio na sua reputação.

Como modo de entender a crise da Igreja, especialmente nos últimos tempos, o historiador italiano Andrea Ricardi publicou no ano de 2021 um livro intitulado *La Chiesa Brucia: crisi e futuro del cristianesimo*. Utilizando como plano de fundo simbólico incêndio ocorrido na catedral de Notre Dame no ano de 2019, o autor aventura-se a analisar a crise enfrentada pela Igreja Católica não como o seu fim, mas a entende como momento de transformação e renovação (Ricardi, 2021), pois assim como o incêndio que destruiu parte da icônica catedral representou um duro golpe para a Igreja, ele também se tornou uma oportunidade de repensar suas estruturas e valores.

Ao traçar o panorama histórico europeu, Ricardi (2021) discute como as práticas religiosas e as vocações perderam suas forças dentro da instituição em diferentes momentos ao longo da história. Neste sentido, é possível pensar que apesar da exaustão do cristianismo histórico, ocasionado em partes pela crise interna de seus membros, como escândalos, corrupção, pedofilia e heresias que surgiram ao largo do tempo, é possível também olhar que, assim como a catedral de Notre Dame após o incêndio sofrido, renascerá das cinzas. Graças à compreensão de si, que a Igreja Católica desenvolveu ao

largo da história, mas principalmente por meio da compreensão de sua missão desenvolvida a partir do Concílio Vaticano II²⁵, que permitiu, ainda que em partes, que a Igreja se abrisse para dialogar com o mundo e com o homem moderno, a cada crise ela ressurgirá como “fênix”, sendo capaz de sobreviver e prosperar por meio de uma espiritualidade fecunda, baseada nos princípios evangélicos (Ricardi, 2021).

Em relação ao contexto histórico que se insere a vinda dos Barnabitas para o Brasil, é imprescindível um olhar atento e crítico para a realidade do velho como do novo mundo, especialmente entre os séculos XIX e XX. Porquanto resguarda analisar que, se por um lado o estado toma novos rumos em relação a religião, por outro a Igreja Católica Apostólica Romana, mesmo resistindo por algum tempo as pressões e perseguições, procurou buscar novas formas de se inserir no meio social sem perder a sua identidade.

No século XIX, iniciava no continente europeu um processo de laicização, provocando um anticlericalismo social, que se espalha posteriormente por toda América Latina, tornando-se segundo Hobsbawn (1992) um grande problema para a Igreja Católica, pois:

O anticlericalismo se tornou um problema central da política dos países católicos por duas razões principais: porque a Igreja Católica Romana optava por uma rejeição total da ideologia da razão e do progresso, só podendo, portanto, ser identificada à direita política, e porque a luta contra a superstição e o obscurantismo, mais que dividir capitalistas e proletários, uniu a burguesia liberal e a classe trabalhadora” (p. 36).

O anticlericalismo que ficou definido como uma postura de oposição à Igreja Católica se tornou relevante, segundo Hobsbawn (1992), por dois motivos. O primeiro é que a Igreja rejeitava completamente o progresso, associando-se assim à direita política. Isso significa que a Igreja não aceitava as ideias de avanço da sociedade baseada na razão e no conhecimento científico, o que gerava uma oposição por parte daqueles que defendiam essas ideias progressistas. O segundo é que a luta contra a superstição e o obscurantismo, que é a falta de conhecimento e a disseminação de ideias obscuras, não se tornou um fator de divisão entre diferentes classes sociais, como capitalistas e proletários. Pelo contrário, tanto a burguesia liberal (classe social ligada ao capitalismo e à defesa das liberdades individuais) quanto a classe trabalhadora (proletários) se uniram

²⁵ O Concílio Vaticano II representa um marco para a história do cristianismo. A partir de um olhar de fé e apreço, ele inaugura uma nova era do Espírito no interior da Igreja e de toda humanidade. A Igreja buscou uma nova compreensão sobre sua natureza e missão no mundo, assim como diálogo e abertura para novas tendências da vida do homem moderno. Revista Eletrônica Espaço Teológico ISSN 2177-952x Vol. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/reveleiteo/article/view/62659>. Acesso em 10/11/2023.

nessa luta contra a superstição e o obscurantismo. Essa união entre diferentes grupos sociais fortaleceu o anticlericalismo dos países católicos. Ainda que dentre suas políticas estava a crítica ao caráter moral do clero e a defesa de sua limitação em relação a atuação política, o anticlericalismo não deve ser confundido e muito menos inserido no campo do ateísmo, anticristaníssimo e anticatolicismo (Pinheiro, 2001), pois o fim das religiões não era o seu objetivo, e sim a regulamentação para que as instituições religiosas pudessem atuar somente no âmbito da consciência.

Segundo o padre Paulo Lecourieux, em seu diário íntimo, possuía um caráter diabólico das tempestades no terreno da fé, provocando em muitos religiosos e nele próprio assaltos pavorosos nos campos das ideias, pois “o evolucionismo, o subjetivismo Kantiano, o liberalismo, o modernismo se ergueram contra mim como feras prestes a me devorar” (AGR, diário íntimo, Lecourieux, s/d). Este momento se deu especialmente quando aos 25 anos, nomeado professor de filosofia profana na Universidade de Sorbonne, seguindo os passos de alguns de seus companheiros, se lançou a estudar o evolucionismo que segundo ele “apareceu como uma tentação, como um abismo aberto debaixo dos pés de um saltimbanco caminhando a grande altura sobre uma corda entrelaçada, exposta a perigosas vertigens” (AGR, diário íntimo, Lecourieux, s/d). Ainda que os escritos não apontem o pensamento do padre sobre o evolucionismo, é possível encontrar nos seus relatos que, como ato de obediência aos superiores, deixou a vida acadêmica e se dirigiu à comunidade do noviciado, onde recebeu uma áspera repreensão da parte do superior por causa das suas ideias evolucionistas e na carta de admoestação que deveria passar alguns meses na comunidade de Mouscron, na Bélgica, acompanhando os jovens noviços.

O momento provocou muita tensão entre a Igreja e seus membros, levando o Papa Pio IX a considerar a “tempestade do liberalismo” como a grande heresia do século XIX e expressar fortemente sua oposição, especialmente aos princípios e valores do liberalismo como a separação da Igreja e o Estado, a liberdade religiosa e as reformas políticas e sociais emergentes. Pio IX defendia a ideia de que a Igreja Católica deveria ter um papel central no governo e na influência moral, sustentado pela convicção de que a secularização da sociedade era inadequada. Por isso, rejeitava a separação entre religião e política, considerando-a uma negação da autoridade e da responsabilidade espiritual da Igreja na sociedade como modo de alertar e formar a consciência social, moral e religiosa dos fiéis e clérigos sobre o momento vivido. Pio IX publica no ano de 1864 a carta encíclica “*Syllabus*”. Nela, o sumo pontífice aborda a liberdade de

consciência, liberdade religiosa, separação entre Igreja e Estado, secularismo, relativismo religioso, materialismo, entre outros temas considerados problemáticos ou incompatíveis com a doutrina e a fé católica.

A França do século XX estava marcada por uma violenta política inimiga da Igreja Católica. Política que havia iniciado praticamente em 1901, no ministério de Waldeck Rousseau, e tomou extraordinário incremento a partir de 1902, com o Sr. Justin Lous Émile Combes na chefia do ministério, um homem que “havia sido estudante pobre e, por isso, fora educado gratuitamente pelos Jesuítas” (ARG, Epistolário Pe. Richard, 1903). No ano de 1885, ao assumir a carreira política como deputado, Combes se destaca como um ferrenho defensor do laicismo e da separação entre Igreja e Estado. Porém, o ápice da sua vida política se deu no ano de 1902, quando chega ao cargo de primeiro-ministro da França, período conhecido como Terceira República (1870 – 1940) e ao criar políticas anticlericais, ocasiona a expulsão e o exílio de muitas congregações e ordens religiosas, “o qual, entre outras iniciativas, fechou milhares de escolas e, só nos anos de 1903-1904, expulsou cerca de 20 mil religiosos da França” (Mercês, 2003, p. 23), o que ocorreu também entre 1901 e 1914, quando o governo rejeitou todas as autorizações para o funcionamento das Congregações. Nessa ocasião, imóveis foram liquidados, jovens reenviados para suas famílias, o recrutamento estancou e alguns religiosos optaram pela secularização.

Além da supressão de institutos religiosos que recebiam financiamento público, sua postura levou, segundo padre Richard em relatório oficial enviado ao superior geral da ordem, até mesmo o seu antecessor Waldeck, político francês, a expressar publicamente uma forte crítica ao uso excessivo da lei sobre associações por parte do seu sucessor:

Tão longe foi a perseguição deste último que o próprio Waldeck Rousseau, falando ao Senado Francês em junho de 1903, protestou de maneira enérgica contra o uso excessivo que seu sucessor estava fazendo da lei sobre associações, de sua autoria em 1901. (ARG - Epistolário Lecourieux, s/d)

As políticas anticlericais de Émile Combes foram altamente controversas na época e provocaram reações tanto de apoio quanto de oposição. Muitos consideravam suas ações como uma tentativa de modernizar e secularizar a França, enquanto outros viam como uma violação da liberdade religiosa.

Para os Barnabitas, o momento era bastante precário. Além das dificuldades econômicas enfrentadas, a província Franco-belga não contava com muitos dos religiosos

que, diante da situação política, haviam solicitado retorno ao país de origem e outros ainda, diante da tensão, acabaram por deixar a congregação e até mesmo abandonar o ministério sacerdotal. Ainda que esse fenômeno não fosse um privilégio exclusivo dos Barnabitas, preocupava os superiores das comunidades franceses e as próprias autoridades eclesiásticas, como pude notar nos relatos do livro de *Chronicas* da comunidade de Paris: “várias ordens grandes gemiam como nós diante de quedas terríveis e perda de seus membros” (*Acta Collegiorum*, 25, f. 570 v).

Um outro fator que afligia os religiosos estava ligados a situação econômica, como podemos observar no Epistolário do Pe. Montigny:

Acabo este momento fazendo observar que em Mouscron – como em Paris, em Bruxelas e brevemente em Gien – estamos em penúria que haveria de amedrontar quem não confiasse em Deus. Há alguns dias, o padre Procurador²⁶ daquela casa pediam-me 2.000 liras para as despesas ordinárias... Onde posso eu achar... Como posso manter estes jovens (os estudantes). Cada província tem patrimônio administrado pelo Provincial. Aqui, as coisas caminham diversamente... Mouscron tem dívidas; Bruxelas vive apenas de esmolas. Paris tem determinado patrimônio, cujos rendimentos servem, unicamente para pagar dois terços das taxas anuais. A escola Apostólica tem patrimônio, cujos frutos dão para manter 7 a 8 alunos no máximo e 10 com acréscimo fornecido pela caridade. No momento, o Colégio de Gien não possui capital. (Carta Pe. Montigny, 13 de abril de 1902).

Ao que parece, o próprio padre Barnabita Alfonso Mattioli, que na província Franco-belga principiou o transtorno do século XIX e que devia aumentar nos anos seguintes, já pressentia os efeitos daquela agitação política. Escrevendo no 11 de julho de 1901 ao superior geral da ordem Pe. Luigi Ferrari, declara que: “estamos em alto mar, com danificadas cartas de navegação, e a única bússola para orientar-nos será a *Stella Maris*²⁷, que se mostra no meio de nuvens carregadas” (AGR, Epistolário Ferrari, 144, fasc. V).

Os conflitos, os medos, as perseguições e as esperanças, expressos na escrita do padre Mattioli e do padre Lecouvieux, levam a refletir que a situação vivida pela Igreja e a ordem, no final do século XIX e início do século XX, caracterizada por tensões e constante mudanças, não foi privilégio de um único período histórico. Ao considerar que “não há povo sem história ou que possa ser compreendido sem ela” (Hobsbawm, 2021, p. 241), os acontecimentos e as narrativas históricas, enquanto função simbolizadora²⁸

²⁶ Padre procurador se refere ao ecônomo da comunidade.

²⁷ O itálico é meu. *Stella Marias* se refere a estrela do mar, Nossa Senhora.

²⁸ "tem uma função simbolizadora, permite a uma sociedade situar-se, dando-lhe na linguagem um passado e abrindo um espaço próprio para o presente: marcar um passado é dar lugar à morte, mas também redistribuir o espaço das possibilidades, determinar negativamente aquilo que está por fazer e,

(Certeau, 1982), permitem observar que as perseguições, em maior ou menor intensidade, estiveram presentes desde o início do cristianismo e nem por isso foram obstáculos para eficácia e expansão das missões.

Segundo Brandão (2013), os séculos I e III d.C, que ficaram conhecidos como era dos mártires, “delineia o ponto crítico e latente da Igreja. Até o terceiro século da era cristã, as perseguições pautaram a atuação da igreja” (Brandão, 2013, p. 268).²⁹ Nos primeiros séculos, ser cristão era estar “fora da lei” e, portanto, ser considerado inimigo do Estado. Contudo, apesar dos percalços, sem recursos financeiros e apoio por parte do Império Romano, os primeiros cristãos foram capazes de se expandir de maneira surpreendente como se pode observar no relato do apologista Tertuliano³⁰, ao afirmar que: “mais numerosos nos tornamos todas as vezes que somos por vós ceifados; o sangue dos cristãos é semente” (Apologeticum, 50).

Anterior a Tertuliano, o próprio apóstolo Paulo, que durante suas viagens missionárias pela Galícia, Macedônia, Acácia, Ásia e Roma, foi perseguido e preso relata que, mesmo sofrendo, jamais deixou de anunciar aos seus seguidores e às novas comunidades cristãs a mensagem evangélica a qual ele afirma ter recebido do próprio Cristo como memorial da salvação: “eu recebi do Senhor aquilo que vos transmiti. Isto é, que o Senhor Jesus, na noite em que foi entregue, tomou o pão, deu graças a Deus, partiu-o e disse: Isso é meu corpo, entregue por vós. Façam isto, em memória de mim” (1 Coríntios 11, 24-24).

A respeito da memória, “faça isto em memória de mim” (1 Coríntios 11, 24) e memorial da Salvação³¹ (CIC, cân 611), importante destacar ao leitor que, compreendida

consequentemente, utilizar a narratividade que enterra os mortos como meio de estabelecer um lugar para os vivos” (Certeau, 1982, p. 107).

²⁹ “De certa forma, com o advento do avanço dessa nova religião (cristã), inicia-se os tormentos aos seus seguidores, isto é, a religião cristã foi declarada como: *strana et illicita*: ilícita e estranha (decreto senatorial de 35), *exitialis*: pernicioso (Tácito), prova et imódica: malvada e desenfreada (Plínio), *nova et malefica*: nova e maléfica (Suetônio), *tenebrosa et lucífuga*: obscura e inimiga da luz (Octavius de Minucio, *detestabilis*: detestável (Tácito)”.(Brandão, 2013, p. 269).

³⁰ “*Plures effimur quoties metimur a vobis, semen est sanguis christianorum*” (Apologeticum, 50). Tertuliano nasceu por volta do ano 160, em Cartago. Seu pai era um alto funcionário romano. Tertuliano recebeu sólida formação intelectual e moral. Especializou-se em direito e retórica. Embora sua língua mãe fosse o latim, fala fluentemente o grego. Morou em Roma, onde exerceu a jurisprudência. Em torno de 195 o encontramos de volta a Cartago, já como cristão. Em sua cidade se entregou a uma intensa atividade literária a serviço da Igreja. De fato, terá a produção mais extensa entre os cristãos até o início do século IV. Disponível em: <http://diocesecampomourao.org.br/artigos/1303/tertuliano-e-o-tratado-sobre-o-batismo-26-11-2019>. Acesso em: 10/09/2023.

³¹ “A Eucaristia que instituiu naquele momento será o "memorial" de seu sacrifício. Jesus inclui os apóstolos em sua própria oferta e lhes pede que a perpetuem. Com isso, institui seus apóstolos sacerdotes da Nova Aliança: "Por eles, a mim mesmo me santifico, para que sejam santificados na verdade" (Jo 17,19). “(CIC, Cân. 611). Sobre o **memorial**, se pode encontrar referências nos Cânones 1167, 1330, 1358, 1362,

a partir de uma perspectiva teológica, que é a leitura oficial da igreja ao pensar sobre si, ela tem a função de evocar nos discípulos e na Igreja uma espécie de fusão entre o presente e o passado, porquanto recorda aquele que está ausente (Cristo), mas se faz presente por meio dos ritos e narrativas (celebração e palavras).

Mesmo constituída por grupos sociais e formada com apoio e memória de outros (Halbwacs, 2006), assume na Igreja a função de criar identidade e sentido de pertença em seus membros (aqueles que foram batizados). Impulsionando-os a levar adiante a missão aqui na terra até o dia em que, como Paulo, receberão no céu a coroa eterna, a salvação: “combati o bom combate, terminei a minha carreira, guardei a fé. Resta-me agora receber a coroa da justiça, que o Senhor, justo juiz, me dará naquele dia. E não somente a mim, mas a todos aqueles que guardam com amor sua aparição” (2 Timóteo 4, 7-8).

Portanto, através do testemunho dos apóstolos e hoje das congregações e ordens religiosas, a Igreja Católica Apostólica Romana, segundo o decreto *Ad Gentes*, um dos nove documentos do Concílio Ecumênico Vaticano II, que tem como finalidade fortalecer e renovar o compromisso da Igreja com a missão de evangelização e difusão da fé cristã em todo mundo, aponta em seu próêmio que:

A Igreja, enviada por Deus a todas as gentes para ser «sacramento universal de salvação», (1) por íntima exigência da própria catolicidade, obedecendo a um mandato do seu fundador (2), procura incansavelmente anunciar o Evangelho a todos os homens. Já os próprios Apóstolos em que a Igreja se alicerça, seguindo o exemplo de Cristo, «pregaram a palavra da verdade e geraram as igrejas» (3). Aos seus sucessores compete perpetuar esta obra, para que «a palavra de Deus se propague rapidamente e seja glorificada (2 Tess. 3,1), e o reino de Deus seja pregado e estabelecido em toda a terra. (AD GENTES, n 1).

1.3. A opção pelo Brasil: a conquista de novos territórios

“Ide ao Brasil imenso, ao Brasil católico, onde um novo e generoso povo desenvolve a luz do sol e a luz do olhar de Jesus e Maria o seu progresso e as suas emergências.”³²

(Papa Leão XIII)

1363-1372 e 1382 do Catecismo da Igreja Católica. Sobre o Catecismo, é importante pontuar que: sendo um compêndio oficial da Igreja católica, publicado no ano de 1992 sob a autoridade do Papa João Paulo II. É um dos documentos de referência para os religiosos, catequistas e fiéis católicos. Enquanto sua estrutura, ele se divide em quatro partes: 1- Profissão de Fé; 2- Celebração do Mistério Cristão; 3 – Vida em Cristo e 4 – A Oração Cristã.

³² Carta Convite do Papa Leão XIII, enviada ao Superior Geral da Ordem Pe. Luigi Ferrari, s/d)

Aos límpidos olhos de um leitor apaixonado e despercebido, a epígrafe pode sinalizar puramente o cuidado por meio do convite feito da parte do Papa Leão XIII aos Barnabitas e, provavelmente, a outras congregações e ordens religiosas masculinas e femininas presentes no território francês, especialmente no início do século XX. Ocasão, como vimos anteriormente, em que a situação política do país provocou um caos social, obrigou os/as religiosos/as a buscarem refúgio em outros países do continente europeu e/ou a cruzar os mares imediatamente rumo ao Novo Mundo como alternativa de sobrevivência diante das perseguições.

Sendo a viagem compreendida como “una condizione biologica e sociale dell’uomo” (Cambi, 2012, p. 152), pois ao seu entorno é que se constrói a história humana, “facendo uscire la specie *Homo sapiens* da quelle condizione di vita elementare, povere, arcaiche, e pertanto, estranee a ogni cultura e ideologia del viaggio” (Cambi, 2012, p.152). É possível pensar que, desde os primórdios da civilização, o homem tem se movido de um lugar para o outro, explorando novos territórios, buscando recursos e estabelecendo interação com diferentes comunidades. A viagem, portanto, representa um impulso natural do ser humano, uma necessidade intrínseca de explorar o desconhecido e ampliar seus horizontes, pois:

A história dos povos está atravessada pela viagem, como realidade ou metáfora. Todas as formas de sociedade, compreendendo tribos e clãs, nações e nacionalidades, colônias e impérios, trabalham e retrabalham a viagem, seja como modo de descobrir o “outro”, seja como modo de descobrir o “eu”. (Ianni, 1996, p. 3)

Ao longo dos séculos, a viagem desempenhou um papel fundamental no desenvolvimento da civilização. Através da expansão territorial e do estabelecimento de rotas comerciais, grandes impérios foram formados impulsionando o crescimento e a prosperidade de nações. A viagem possibilitou o intercâmbio cultural, a disseminação de conhecimento e a troca de ideias entre diferentes povos, enriquecendo a diversidade humana, além do impacto significativo que teve na evolução biológica do ser humano (Cambi, 2012). A migração de grupos humanos permitiu a adaptação a diferentes ambientes e condições climáticas, levando ao surgimento de características físicas distintas em diferentes regiões do mundo.

No entanto, apesar dos impactos positivos provocados pelas viagens, ela também trouxe desafios e consequências negativas. A colonização e a escravidão são exemplos de exploração e violação dos direitos humanos que ocorreram em viagens. A busca por riquezas e poder, muitas vezes, resultou em conflitos e destruição de culturas e sociedades

locais. Tanto no passado como no presente, a viagem desempenhou um papel importante na disseminação de doenças, como o caso recente da COVID-19, que, surgindo na cidade de Wuhan, província de Hubei, na República Popular da China, encontrou abrigo nos corpos dos viajantes, pôde se deslocar por todo o mundo, gerando uma epidemia global, que impactou o modo de viver dos diferentes povos e nações. Portanto, não se pode negar que “a viagem pode alterar o significado do tempo e do espaço, da história e da memória, do ser e do devir. Leva consigo implicações inesperadas e surpreendentes” (Ianni, 1996, p. 11).

Mesmo em certos casos, quando as motivações da viagem não significam “una elección voluntaria, sino que fue producto de los avatares políticos que obligaron al destierro a algunos viajeros” (Martínez, 2007, p. 117), pode tornar-se muitas das vezes, a única alternativa de sobrevivência diante de uma perseguição, como bem descreveu o padre Abbondati em carta sem data, enviada ao Pe. Assistente-Geral Ignazio Pica: “qualquer que fosse o destino, tal decisão seria um modo de enfrentar a adversidade e reanimar o moral perturbado da Província, receosa, até, pela própria sorte” (APB, Cartella L, Misiones Brasilienses: P. Abbondati ao Pe. Pica, s/d).

Ainda com relação ao convite do Papa Leão XIII, pelo fato do seu pontificado ter sido marcado pela diplomacia e reconciliação, é possível interpretá-lo como cuidado de um pastor. Afinal, o nonagésimo pontífice, mesmo em tão avançada idade, vivia sempre atento e vigilante as suas “ovelhas”, que, segundo o padre Paulo Lecourieux, referindo-se a relação da Igreja com o governo francês e suas novas políticas, “estavam ameaçados por lobos famulentos e ferozes” (AGR, diário íntimo, Lecourieux).

No convite, dirigindo-se aos filhos de Santo Antônio Maria Zaccaria, na pessoa do Padre-Geral da Ordem Luigi Ferrari, o papa exorta e encoraja os religiosos a lançarem mão da pátria e partirem imediatamente em missão à nova terra, fazendo explícito o mandato evangélico: “Ide pelo mundo inteiro e anunciai o Evangelho a toda criatura!” (Mateus 16,16) e, por consequência e objetivo da missão, que se torna também um movimento para conquistar adeptos e novos territórios: “Ide e ensinai todas as gentes, batizando-as em nome do Pai, e do Filho e do Espírito Santo, ensinando-as a observar as coisas que vos mandei; e eis que estou convosco todos os dias até a consumação dos séculos” (Mateus 28, 19-20).

Ainda que o convite aponte cuidado por parte da Igreja aos seus membros, como é de se esperar, especialmente da parte do sucessor de Pedro, o papa. Estudos como de Leonardi (2008) e Giuslane (2021), me levam a interpretá-lo e inseri-lo, como parte de

uma geopolítica da Igreja Católica, na busca por conquistar novos territórios e se reestabelecer diante da sociedade. Essa hipótese se fundamenta pelo fato de que com a unificação Italiana³³, ocorrida no século XIX, a Igreja Católica passou por mudanças significativas em sua estrutura temporal.

Anterior à unificação, o Papado detinha o controle direto sobre uma parte considerável do território italiano, conhecido como Estados Pontifícios. No entanto, com o processo de unificação liderado por Giuseppe Garibaldi e outros líderes políticos, esses territórios foram gradualmente incorporados ao novo Reino da Itália, gerando um impacto profundo na posição da Igreja católica, como o fim do controle direto do Papa sobre os Estados Pontifícios, que representou uma perda significativa de poder e influência política para a instituição.

Sob pressão e medidas adotadas pelo governo, “o clero viu suas forças serem sugadas e sua atuação limitada, além de sofrer outras sanções, como o confisco de bens, realidade muito parecida com aquela enfrentada pela Igreja na França” (Giuslane, 2021, p. 45), no mesmo período em que os Barnabitas que lá residiam vivenciaram tal ocasião, vendo seus bens serem confiscados e religiosos abandonando a congregação, como bem ressaltou o padre provincial da França, em carta resposta ao Padre-Geral da Ordem, enviada no dia 10 de fevereiro de 1902 : “Em Paris, em Bruxelas e brevemente em Gien – estamos em penúria que haveria de amedrontar quem não confiasse em Deus” (AGR, Epistolario Magnaghi, 149, fsc. III).

Além disso, o novo governo italiano ao promover políticas de secularização, como a Lei das Garantias de 1871³⁴, que acabou limitando o poder e a autonomia da Igreja,

³³ No artigo: **A imprensa Pedagógica e Escolar na Itália entre o século XIX e XX**, do professor emérito da Università di Torino (Unito), em Turim – Itália, Giorgio Chiosso, traduzido por Cláudia Vanessa de Jesus, aponta que: “A criação do Reino da Itália foi, de fato, o mais célere êxito da vontade há muito tempo incubada pela Inglaterra e França de redimensionar o poder dos Asburgo da Áustria e avançar, por consequência, um efetivo movimento popular. A história da Itália fora até àquele momento uma história regional e somente as elites culturais se reconheciam em uma pátria "italiana". A língua italiana, apesar de ter uma extraordinária história, era a língua da classe culta. Para a grande maioria das classes subalternas, ela era uma língua desconhecida e estranha à vida cotidiana. Prevaleciam os dialetos e as tradições populares locais e a única forma de unidade cultural era representada pela influência da Igreja e pela fé religiosa”. Ainda sobre o tema, Giuslane aponta que “a Itália enfrenta um período de muita tensão e turbulência, principalmente para os camponeses e trabalhadores pobres. Esse cenário caótico impulsiona a vinda de um elevado número de italianos para a América. E assim como no caso francês, centenas de congregações católicas também se estabeleceram no Novo Mundo, sobretudo com objetivo de continuarem suas atividades, haja visto que muitas delas corriam o risco de não conseguir se manter no País de origem” (Giuslane, 2021, p. 46).

³⁴ A “**Lei das garantias**” publicada no ano de 1871 pelo rei Vítor Emanuel. Teve como objetivo resolver as tensões entre o Estado italiano recém-formado e a Igreja Católica, após a perda do poder temporal do Papado. A lei reconheceu o Papa como líder supremo da Igreja Católica, garantindo-lhe imunidade diplomática e liberdade para nomear bispos e possibilidade de manter representações no exterior. Apesar

gerando por quase 60 anos um impasse entre a Igreja e o Reino da Itália, conhecido como “*Questão Romana*”, e que só pode ser solucionado de maneira definitiva no ano de 1929, quando Mussolini ao subir no poder, assina o documento conhecido como Tratado de Latrão, que, reconhecendo a absoluta soberania do papa sobre a pequena Cidade do Vaticano como um estado independente, permite que ele volte “a reunir em si o poder espiritual (líder religiosos) e o poder temporal (líder político e chefe de Estado)” (Sousa, 2009, p. 54).

Não obstante as pressões exercidas por meio das políticas desenvolvidas nos séculos XIX e XX no continente europeu, especialmente na França e Itália, provocaram desde o confisco de bens, até a migração e expulsão de muitas congregações e ordens religiosas de seus territórios. O continente Africano e as Américas tornaram-se, naquele instante, lugares privilegiados para as missões tanto católicas como evangélicas, (Giuslane, 2021), na medida em que os novos estados agora laicos, ao não patrocinar qualquer religião como oficial, permitia, mesmo com a abertura para outras religiões, maior autonomia de atuação, sem o perigo das perseguições vivenciadas na Europa.

Nesse sentido, dado a capacidade histórica da Igreja Católica em se adaptar aos novos cenários e tendo em vista seu projeto de expansão (romanização), era preciso aproveitar a ocasião, ampliando o envio de missionários para América Latina, especialmente na Terra de Santa Cruz, que, segundo o Papa Leão XIII, favorecia o novo apostolado, em que o “povo desenvolve a luz do sol e a luz do olhar de Jesus e Maria o seu progresso e as suas emergências” (AGR, Carta Convite do Papa Leão XIII, enviada ao Superior-Geral da Ordem Pe. Luigi Ferrari, s/d). Desenvolvimento este favorecido em partes pelas novas políticas adotadas pelo governo republicano, que depois de muitos embates e discussões na fase preparatória do decreto 119-A, quando a igreja, aproveitando-se da amizade entre Dom Antônio e Rui Barbosa – que havia sido seu aluno – procurou intervir na criação da lei, aceitando o fim do padroado, mas exigindo que mantivesse alguns privilégios da Igreja. Assim é que se chega a sua redação final, iniciando definitivamente no Brasil, o “divorcio” entre o Estado e Igreja Católica, marcando uma nova fase na história da Igreja no Brasil.

Mesmo repleta de desafios, conflitos, embates e descontentamentos por parte do clero e de leigos tidos por conservadores, a separação não foi de toda ruim. A Igreja não deixou de encontrar oportunidades para a sua renovação e crescimento que, segundo

de suas intenções conciliatórias, ela não conseguiu resolver completamente as tensões entre a Igreja e o Estado. Sobre o tema, pode-se consultar: <https://diocesedepiracicaba.org.br/capa.asp?p=439> .

Dilermano Ramos Vieira em seu livro *O Processo de Reforma e Reorganização da Igreja no Brasil (1844-1929)*, acabou por proporcionar que, enfim, ela pudesse “organizar-se, aumentando o quadro das jurisdições diocesanas, e renovando a vida religiosa e a piedade popular” (Vieira, 2007, p.9). Essa organização se deu na mesma medida em que os estados eram criados e se desenvolviam. A Igreja criava dioceses para atender a necessidade territorial e pastoral do extenso Brasil. Esse movimento favoreceu a vinda de muitas congregações religiosas masculinas, para cuidar das matérias sacramentais. Porém, o maior êxodo que se teve foram as congregações e ordens femininas, especialmente francesas e italianas, para suprir algumas lacunas como saúde, educação e assistência social que o estado não conseguiria desempenhar, tornando-se uma oportunidade para a Igreja atuar em diferentes frentes, além da paroquial, com apoio das elites e entidades internacionais.

Sobre o Decreto 119-A – assinado no dia 7 de janeiro de 1890, na sala das sessões do governo provisório, durante o mandato de Deodoro da Fonseca, primeiro presidente dos Estados Unidos do Brasil após a Proclamação da República —, ficou determinado que “declarava abolido o padroado com todas as suas instituições, recursos e prerrogativas” (DECRETO 119-A, 1980, art. 4). A Igreja Católica – o catolicismo até então considerada religião oficial nos territórios sob o domínio Lusitano – tinha o direito de nomear, indicar bispos e gerir negócios religiosos. Por meio do decreto, o catolicismo perde o caráter de religião oficial, e a Igreja, o financiamento estatal, o pagamento de salário aos clérigos, dentre outros privilégios.

Se por um lado com a Proclamação da República e a consumação do fim do padroado a Igreja Católica perdia certos espaços e privilégios, por outro, conforme comunicado de Dom Macedo, enviado a Rui Barbosa logo após a promulgação do decreto, ficava evidente que: “a Igreja do Brasil ganhou imenso, ganhou a liberdade que não tinha” (Lacombe, 1980, p. 49). Esse ganho se deu porque, diferentemente das políticas adotadas na Europa, especialmente na França no período da Terceira República (1870-1940), o artigo 3º do decreto 119-A³⁵ assegurava às igrejas liberdade de viver coletivamente, sem a intervenção do estado. Constituíam-se, assim, uma bela oportunidade para a presença da Sé Romana no Brasil, além de possibilitar o desenvolvimento de um projeto de renovação, através de um amplo movimento de envio de missionários:

³⁵ “A liberdade religiosa abrange não só os indivíduos nos atos individuais, senão também as igrejas, associações e institutos que se acharem agremiados, cabendo a te, segundo o seu credo e a sua disciplina, sem intervenção do poder público” (DECRETO 119-A, art. 3º)

A partir das últimas décadas do século XIX, o movimento missionário teve um forte incremento. As missões se tornaram uma parte importante e determinante da Igreja, fundamental para a sua participação na criação da sociedade brasileira, com uma grande influência nos âmbitos religioso e cultural. Às congregações historicamente presentes no Brasil (Benedictinos, Capuchinhos, Carmelitas, Dominicanos, Franciscanos, Jesuítas e Lazaristas) juntaram-se, a partir de 1880, outras numerosas congregações missionárias. Em 1883, chegaram os Salesianos que, com ideias renovadoras na área da educação, dedicavam-se aos jovens carentes, filhos de escravos beneficiados com a Lei do Ventre Livre e jovens imigrantes italianos que vinham tentar a sorte no Brasil. Em 1894, chegaram os Redentoristas, fundando vários estabelecimentos missionários nos principais lugares de peregrinação do país: Aparecida e Belo Horizonte, em 1900; Rio de Janeiro, em 1903; Campinas, em 1904; Penha, em 1905; Curvelo, em 1906; e Campos, em 1923. Os Missionários do Sagrado Coração de Steyl começaram a sua obra em 1895. Em 1896, chegaram, no Rio Grande do Sul, os Missionários de São Carlos/Scalabrinianos². Entre 1896 e 1899, começam as missões da ordem Premonstratense, dos Irmãos Maristas e dos Agostinianos. Este fluxo missionário se acentuou ainda nos primeiros decênios do século XX, com a chegada de numerosas congregações: em 1901, os Salvatorianos; em 1902, os Missionários de Notre-Dame de la Salette; em 1903, os padres do Sagrado Coração e os Barnabitas; em 1907, os Irmãos das Escolas Cristãs; em 1910, os Estigmatinos, os Missionários da Sagrada Família e a Congregação dos Espiritanos; em 1911, os Passionistas e os Missionários do Sagrado Coração; em 1912, os Missionários de Notre-Dame de Sion. O movimento se interrompe durante a Primeira Guerra Mundial, mas volta com outra vivacidade em 1919, com a chegada dos Servitas; depois com os Mercedários e os Camilianos, em 1922; com os Missionários de Picpus, em 1925; com os missionários de São Francisco de Salles e os Sacramentinos, em 1926; e com os Maronitas, em 1930 (Russo, 2011, p. 10).

Entre os diversos missionários que se instalaram no Brasil no início do século XX, estavam também os Barnabitas. Visto que, geograficamente, se expandir pelo próprio continente europeu era mais fácil e desoneraria. A pergunta que pode surgir ao leitor nessa viagem é: por que o Brasil? Como visto no decorrer do capítulo, a vinda dos Barnabitas para o Brasil não é um fato isolado na história da Igreja e tampouco na história social. Para os primeiros religiosos que se instalaram nessa terra, a existência de comunidades Barnabitas no Brasil não representa somente uma fundação a mais, mas, a manifestação da “particular ternura de Deus” para com os filhos de Santo Antônio Maria Zaccaria, que foram enviados a esta parte do mundo, para anunciar o evangelho e tornar vivo a carisma do fundador, desfraldando suas bandeiras, na medida em que o Cristo os envia “(...) para anunciarem, por toda parte, a vivacidade espiritual e o Espírito que dá vida a tudo”(Zaccaria, 1992, p. 23).

Para os historiadores da ordem, além de ser o ressurgimento das missões finalizadas na Birmânia no século anterior, representou “o recomeço das atividades missionárias dos Barnabitas, abertura de caminho novos a expansão da Ordem ao mesmo tempo que inaugurou a sua tardia introdução no Novo Mundo e, posteriormente, na

África” (Mercês, 2013, p. 23). É importante destacar que, além de sucessivas fundações nos vários estados brasileiros, ocorridas no início do século XX (Pará, Pernambuco, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul), foram realizadas novas fundações no Chile e nos Estados Unidos (1948), no Zaire – à época Congo-Belga (1950) e na Argentina (1974). Fundações estas, que, seguindo as normativas internas da ordem, só foram reconhecidas de modo oficial no ano de 1951, por meio do *decreta edita in Capitulo Generali*, proferido e expedido durante o Capítulo Geral da Ordem³⁶, realizado na cidade de Roma, na Itália.

Entre pesquisadores vinculados à história da religião e à história da Igreja (Azzi, 1983; Vieira, 2007; Maues, 1995; Russo, 2011), à história da educação e à história social (Leonardi, 2002, 2016, 2017; Bitencourt, 2017; Goudinho, 2014; Colombo, 2017, 2018; Giuslani, 2022), a vinda dos Barnabitas para o Brasil pode ser melhor entendida e interpretada, como parte de um amplo movimento de renovação pastoral da Igreja, especialmente a partir do processo de romanização, que teve início em 1848, durante o pontificado de Pio IX (1846-1878), momento em que a Europa, bombardeada pelos ideais do liberalismo e anticlericalismo, “obligó a la Santa Sede a reagrupar las fuerzas católicas en torno de un único centro de irradiación” (Roux, 2014, p. 37), mantendo viva, a identidade da Igreja Católica, estabelecida anteriormente no Concílio de Trento (1545-1564), no contexto da reforma protestante, e “reforçado pela mentalidade ultramontana” (Azzi, 1983, p. 506), que buscando conservar a ortodoxia, a autoridade papal e reforçar o poder da Igreja Católica, estabeleceu Roma como o único centro de disseminação de suas ideias e doutrinas.

Como resultado deste momento, vários movimentos foram realizados pela Sé Romana, com objetivo de manter viva a identidade da Igreja Católica e a sua hegemonia. Dos vários caminhos, dois concílios foram importantes para impulsionar a vida da Igreja no Brasil e por decorrência a vinda de congregações e ordens religiosas. O primeiro se refere ao Concílio Vaticano I³⁷. Convocado pelo Papa Pio IX, no ano de 1860, buscava definir a doutrina da primazia do Papa sobre toda a Igreja. Isso significa que o papa é

³⁶ O Capítulo-Geral é a maior instância de decisão da ordem. Somente ele pode aprovar a abertura de uma nova fundação ou suprimir uma existente.

³⁷ Durante o Concílio Vaticano I, os Barnabitas tiveram uma forte participação com a presença do cardeal Bilio, que tomando a presidência da delegação *De rebus ad fidem pertinentibus* (As coisas relativas a fé), composta por mais cinco cardeais conquistou a simpatia de todos ao afirmar com força sobre o magistério infalível do papa. Em um dos diários conciliares, guardados no arquivo secreto do Vaticano, lê-se: “O papa na Igreja não tem somente a parte principal, mas a plenitude da potestade e esta é imediata e ordinária sobre os pastores e seus fiéis” (ARCHIVO V I, diário capitular).

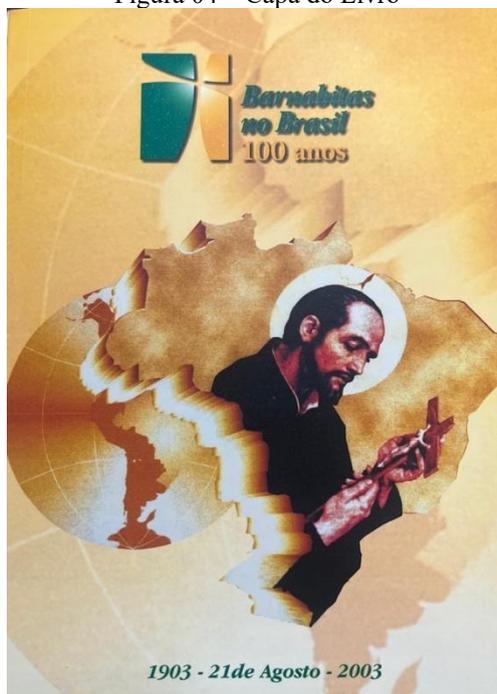
considerado como líder máximo da Igreja Católica Romana, tendo autoridade sobre todas as demais autoridades eclesásticas. Desta maneira, a Igreja não somente consolidou a centralização do poder na figura papal como reforçou a sua unidade.

O segundo foi o Concílio Plenário da América Latina. Convocado e celebrado no ano de 1899, na cidade de Roma, na sede do colégio Pio Latino-Americano e contando com a presença dos bispos de diferentes países da América Latina, foi considerado “un acontecimiento significativo en el proceso de romanización” (Roux, 2014, p. 38). Deste concílio, foram produzidos 998 decretos que, “normatizam as ações da Igreja no período e configurava-se como importante fonte para o historiador do tema” (Leonardi, 2016, p.12). Mesmo não tendo apresentado novidades teológicas, (Fonseca, 2009), o concílio procurou discutir e esboçar uma ação pastoral da Igreja na região, fortalecendo a fé católica, a formação do clero, a formação de lideranças religiosas e o engajamento em questões sociais relevantes.

Por meio da documentação analisada e discussões iniciadas, voltei-me em busca por compreender o conjunto de fatores que contribuíram para a tardia vinda dos Barnabitas ao Brasil. Folheando o livro *Barnabitas 100 anos no Brasil (1903-2003)* – de autoria do Padre José Ramos das Mercês³⁸, editado pela Ver Editora Ltda, publicado no ano de 2003, pela Sociedade Brasileira de Ação e Cultura – SOBRAC, ocasião em que se celebrava o centenário da chegada dos primeiros religiosos ao Brasil, é possível enfim entender que a partida, finalmente realizada no ano de 1903, não era a primeira ocasião que os religiosos tiveram para estabelecer-se no país. Em 1893, o ordinário de São Paulo já havia solicitado ao padre geral e sua consulta a possibilidade de a ordem assumir uma frente de missão em seu território (Mercês, 2003). Ainda que seja um livro comemorativo, o que nos faz analisá-lo com uma certa suspeita, é graças ao rigor teórico-metodológico utilizado pelo padre José Ramos, também pesquisador e professor de história da Igreja, que o livro tem se tornado referência quando se fala da presença dos Barnabitas no Brasil.

³⁸ Pe. José Ramos das Mercês, durante seus estudos teológicos na Itália nos anos 80, se dedicou a percorrer as comunidades da França e Bélgica com objetivo de coletar materiais que lhe possibilitasse pesquisar a história das origens da fundação da congregação no Brasil.

Figura 04 – Capa do Livro



Fonte: Foto da capa do Livro *Barnabitas no Brasil 100 anos- 2003*

Seguindo as pegadas da história deixadas pelo religioso, aproveitei durante uma rápida passagem por Roma para revisitar o arquivo geral da congregação. Ao examinar a pasta intitulada “Acta Generalis” encontrei-me com a *Acta Praepositi Generalis*, de 1894. Nela, a consulta generalícia reuniu-se para analisar, entre outros assuntos, o pedido do Ordinário de São Paulo que suplicava aos superiores a possibilidade de a ordem disponibilizar religiosos para assumirem a direção do seminário, que naquele instante era uma das maiores preocupações do prelado brasileiro na busca por consolidar o modelo eclesial tridentino (Azzi, 1983). E, para empreender essa missão, ofereciam como vantagens a fundação de um colégio na capital paulista com os custos arcados pela diocese:

No dia 15 de junho de 1894, os R. Padres Assistentes foram chamados para a consulta na qual (parte ilegível) o Revm. Superior Geral expõe o pedido que lhe fez nestes dias o Revm. Ordinário da cidade de São Paulo, no Brasil, rogando que alguns Membros da nossa Congregação assumam a direção do Seminário dele, disposto igualmente a fundar um Colégio para nossa Congregação. Os R. P. Assistentes apoiaram a sentença do Superior Geral: não ser propensão da Congregação aceitar aquela fundação” (AGR, *Acta Praepositi*, 23, pp. 99-100).

Infelizmente, mesmo com uma busca detalhada, não foi possível localizar no livro de Mercês (2003) e nem nos arquivos da ordem documentos que propunham o porquê do Pe. Geral e de seus consultores rejeitarem, mesmo com tantos privilégios, o convite feito da parte do Ordinário de São Paulo. Entretanto, entrecruzando informações e olhando a história por diferentes lentes (Ginzburg, 2007) — ainda que com algumas imprecisões — é bem provável que a decisão tenha sido tomada por um conjunto de fatores, como a insuficiência de religiosos para empreender uma nova fundação e especialmente porque durante muito tempo prevaleceu entre os religiosos a ideia de ir a Petrópolis. Alguns anos antes, a ex-Princesa Isabel frequentou a Igreja dos Barnabitas na Rua Legendre, em Paris, e teve os religiosos por confessores e, por isso, havia se proposto a ajudá-los, ainda que alguns religiosos acreditassem que uma princesa deposta não teria poder e muito menos prestígio:

[...] Entreguei essa carta à Senhora Brasileira que volta a Petrópolis. Confie-lhe, outrossim, carta de recomendação que Sua Alteza Imperial a Condessa D’Eu, filha do antigo Imperador do Brasil, escreveu ao referido Bispo, a fim de rogar-lhe que nos receba em sua Diocese. Enfim, escrevi ao Pe. Superior dos Padres Franciscano, que nos ofereceram a hospitalidade. Temos a garantia de receber o apoio de muitas famílias nobres e influentes (ARG, *Epistolario Magnaghi*, 149, fasc. IV, alla data).

Sobre as tratativas iniciais com Petrópolis, pouco se sabe. As cartas não deixam evidências deste caminho. No dia 22 de maio de 1902, após analisar o projeto que consistia em uma fundação experimental ou sondagem realizada por dois ou quatro religiosos, o Pe. Geral Magnaghi aprova, observando que em Roma fora aceito “com vivíssima satisfação e com ardente desejo que seja efetuado o mais cedo possível” (AGR, *Epistolario Magnaghi*, 149, fasc. P.249, lettera n. 41). Porém, o próprio Bispo de Petrópolis, em carta datada de 25 de março de 1903, alerta aos religiosos que mesmo as portas estando abertas “ser-lhes-á mais fácil estudar o terreno em que trabalharão e decidir quais os melhores meios para exercer o ministério sacro” (AGR, *Epistolario Magnaghi*, 149, fasc. III, Cartas do Pe. Abbondati de 23-2 e 9-6-1902). Este momento causou uma certa suspeita nos religiosos, que, procurando saber a situação econômica da diocese, lhes fora revelado que seria a diocese mais pobre, onde o último Bispo teve que deixar a sede para se instalar no Pará.

Pelo fato de os religiosos gozarem da boa reputação entre o clero, e tendo em vista o processo de reforma e reestruturação da Igreja na América Latina, Mercês (2003) aponta que desde outubro de 1901 havia chegado aos Barnabitas dois pedidos da América do Sul: um do Bispo de Olinda (PE) e o outro do Arcebispo de Sucre, na Bolívia. Embora o

pedido de Olinda oferecesse um vasto campo de ação territorial, não era muito claro quanto a necessidade pastoral e as vantagens oferecidas aos religiosos. O de Sucre, assim como o de São Paulo, tinha por intenção inicial de que ordens religiosas europeias pudessem estabelecer-se no país, assumindo a direção do Seminário Conciliar, formando o futuro clero a partir de modelos romanos.

Diferente do Bispo de Olinda, o Arcebispo de Sucre, como estratégia para captar a atenção dos religiosos de modo que pudessem aceitar a missão em seu território, solicitava a presença de sete religiosos e um irmão cozinheiro com a proposta de oferecer mensalmente “50 francos por cada religioso e 100 francos ao R. Pe. Reitor; Também a comida, a hospedagem e a lavagem de roupa” (AGR, Epistolario Generali, 1901). Não obstante a amabilidade do solicitante, as vantagens materiais oferecidas, o bem determinado trabalho a ser realizado e a referência a nomes da alta hierarquia de Roma por parte da Bolívia, foi necessário tempo para que os religiosos pudessem analisar e amadurecer as propostas, como aponta o Pe. Abbondati em carta de 10 de novembro de 1901:

Quanto ao projeto da Bolívia, direi apenas, hoje, que esperamos um pedido que nos deve ser apresentado por um Bispo do Brasil e dentre poucos dias. Será bom examinar os dois projetos conjuntamente e escolher aquele que nos convém (AGR, Epistolário Magnaghi, 149, fasc. III)

Mesmo com as dificuldades enfrentadas, os pedidos para que se instalassem em novos territórios e a crença de que o pedido de permanência na França lhes seria negado, os religiosos decidiram por aguardar que a lei de tolerância de Waldeck-Rousseau possibilitasse sua permanência, o que não ocorreu. Em carta datada no 1º de dezembro de 1902, lê-se: “[...] cinco, apenas, são as congregações atendidas pelo governo, dentre 61 congregações masculinas que pediram a autorização. Inútil declarar que fomos colocados na categoria dos condenados” (AGR, Epistolário Magnaghi, 149, fasc. III, alla data). Uma alternativa seria buscar refúgio na Bélgica. Inviável! A casa de Bruxelas que era alugada enquanto se construía o novo convento não suportava, pois o número de Barnabitas na França à época da Revolução Francesa era de aproximadamente uns 90 religiosos distribuídos em 10 casas.

Pensou-se novamente em uma fundação na Bélgica ou nos outros países vizinhos. Mas a própria comunidade de Paris percebeu que seria impossível porque “com o grande êxodo de congregações provocado pela França, os governos vizinhos tinham por norma

recusar o acolhimento de religiosos estrangeiros³⁹” (APB, *Acta Collegii Parisiensis S. Pauli*, 1892 – 1904). Na própria Bélgica, escrevia o superior de Bruxelas Pe. Montigny ao Pe. Geral sinalizando as dificuldades enfrentadas no país, “no centro da cidade, onde desde quinta-feira, todas as noites há revolução e o sangue corre ... Também ontem à noite, houve de novo muitos feridos e vários mortos” (AGR, Epistolário Montigny, 1902).

A cada instante que passava, a situação na França se alastrava. No dia 19 de abril de 1903, após o fechamento do colégio de Gien, chega a Paris o pedido do Bispo do Pará. Assim, após muitas tratativas, se decide por assinar o acordo que se estabelecera entre os Barnabitas e o Bispo do Pará, Dom Francisco do Rego, no dia 05 de julho de 1903, data importante para a ordem, pois neste dia se celebra a festa do fundador Santo Antônio Maria Zaccaria. Importante frisar que o mesmo conteúdo do contrato firmado com Dom Rego foi também firmado com dom Macedo, bispo do Recife:

Entre os Abaixo-assinados: sua excelência Dom Francisco do Rego e o Pe. Henri Abbondati, Provincial dos Barnabitas da França, agindo um como atual Bispo Diocesano de Belém do Pará, o outro como representante do Revmo. Pe. Felix Maria Fioretti, Superior Geral da Dita Congregação, foi concordado e estatuído quanto segue: 1. O Ordinário concede por este meio a Instituição canônica em sua Diocese os Barnabitas e reconhece-lhes todos os direitos e privilégios conferidos à Ordem deles pela Santa Sé. - 2. Os padres Barnabitas comprometem-se a enviar, primeiro, para a Diocese de Belém do Pará, sem prejuízo de outros estabelecimentos ulteriormente possíveis, quatro Padres aos quais há de reunir-se um Irmão logo que as circunstâncias o permitirem. Os Padres viverão em Comunidade a vida religiosa conforme as Regras deles. - 3. O Ordinário garante aos Padres Barnabitas a escolha duma Paróquia ou grupo de Paróquias, em zona salubre e cujas rendas serão suficientes para o sustento conveniente da Comunidade. - 4. O Padre Superior ou um dos Padres da sua Comunidade por ele apresentado ao Ordinário será investido de todos os direitos paroquiais, assim como dos poderes necessários para exercer o santo Ministério em toda a Diocese. Ademais, poderá conferir estes mesmos poderes a cada um dos seus Confrades. - 5. As despesas da viagem até Belém do Pará são por conta dos Padres Barnabitas. A partir desse ponto até a destinação das despesas serão custeadas pela Diocese. - 6. O Ordinário oferece aos Padres integrantes do primeiro grupo a hospedagem durante seis meses num estabelecimento diocesano, onde viverão juntos. - 7. De antemão o Ordinário determinará quem deve pagar as despesas necessárias aos missionários para cada missão pregada pelos Padres Barnabitas fora da Paróquia deles. - 8. O Ordinário faculta aos Padres Barnabitas estabelecer nos limites da Paróquia deles, após entendimento com a administração diocesana, as obras que julgarem necessárias, inclusive Escolas Primárias para ambos os sexos, e, se for o caso, uma Escola Apostólica para o recrutamento da Congregação. - 9. Se as condições climáticas da Diocese de Belém do Pará não permitirem aos Padres Barnabitas prolongar-lhes na mesma a estada, eles se reservam o direito de se estabelecerem alhures, depois de aviso prévio de seis meses, sem

³⁹ Não procuro discorrer detalhadamente sobre este tema que me interessa apenas como cenário. Mas, sendo este fato um dos mais clamorosos, extensos dados nosso encontra-se, principalmente, nestas fontes nos arquivos de Roma (ARG) e nos arquivos do Brasil (APB): APB, *Acta Collegii Parisiensis S. Pauli*, 1892 – 1904, especialmente nas crônicas do último ano; AGR, *Acta Collegiorum*, 25, ff. 570-573 e 643-664; Epistolario del P. Provinciale Abbondati com i Padri Generali (ARG, Epistolario Magnahi, 149, fsc. III).

indenização da parte deles nem da parte do Ordinário. - 10. O presente contrato empenha as partes para o presente e para o futuro e não poderia ser rompido senão após mútuo entendimento. - 11. Em caso de desacordo ou divergências na interpretação das cláusulas acima estipuladas, Sua Excelência o Sr. Núncio Apostólico do Brasil decidirá em última instância quanto às questões litigiosas. - Paris, 5 de julho de 1903. – Lido e aprovado: Henri M. Abbondati, Provincial dos Barnabitas; Lido e aprovado: + Francisco Bispo de Belém do Pará (AGR, BB 3, scatola 15, Cartella Contratti)

Esse é um documento histórico que descreve a formalização de contrato entre Dom Francisco do Rego, o Bispo Diocesano de Belém do Pará, e o Pe. Henri Abbondati, provincial dos Barnabitas da França, representando o Revmo. Pe. Felix Maria Fioretti, Superior Geral da Congregação Barnabita. Este acordo foi firmado em 5 de julho de 1903 e contém várias cláusulas que estabelecem os termos da relação entre a Diocese de Belém do Pará e os Padres Barnabitas. O Ordinário concede a instituição canônica dos Barnabitas em sua Diocese e reconhece todos os direitos e privilégios conferidos pela Santa Sé à Ordem deles. Ou seja, o Bispo Diocesano está formalmente reconhecendo e aprovando a presença dos Padres Barnabitas em sua diocese. Ainda conforme a leitura do contrato mostra, os Padres Barnabitas concordam em enviar quatro Padres e um Irmão para a Diocese de Belém do Pará onde viverão em comunidade e seguirão as regras de sua ordem. Nesse contexto, o Bispo Diocesano garante aos Padres Barnabitas a escolha de uma Paróquia ou grupo de Paróquias em uma área saudável e com renda suficiente para sustentar a comunidade.

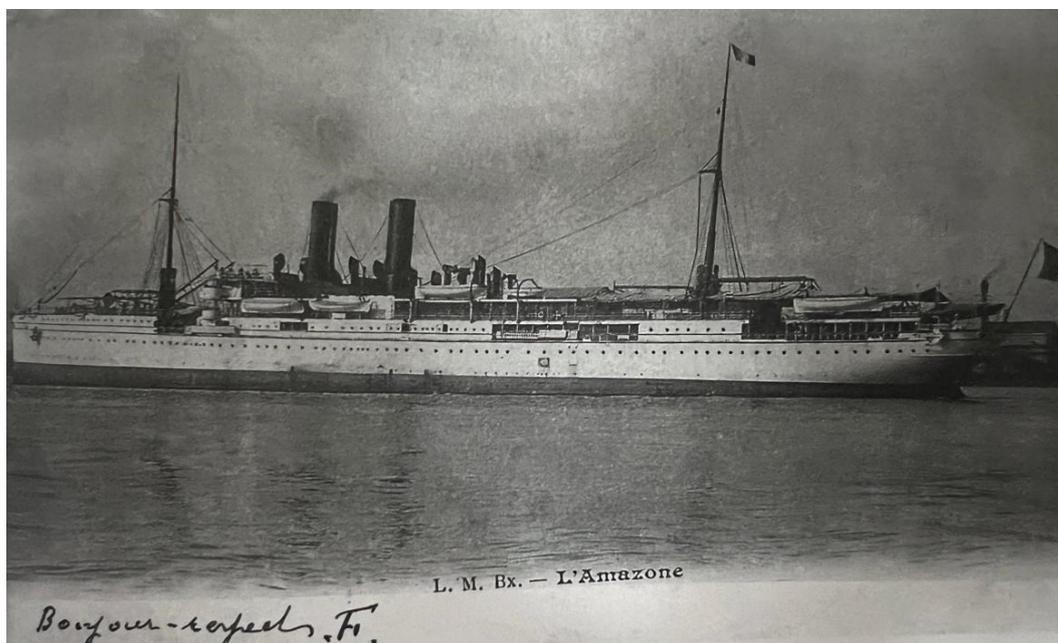
No que se refere às despesas da viagem até Belém do Pará, elas seriam pagas pelos Padres Barnabitas, enquanto as despesas a partir desse ponto até o local de destino seriam custeadas pela Diocese. Os Padres do primeiro grupo receberiam hospedagem em um estabelecimento diocesano por seis meses. O documento estabelece também que as despesas necessárias para missões realizadas pelos Padres Barnabitas fora de sua paróquia seriam determinadas previamente pelo Bispo Diocesano. A análise do documento também nos permite concluir que os Padres Barnabitas tinham a permissão de estabelecer obras, incluindo escolas primárias para ambos os sexos, dentro dos limites de sua paróquia após consulta à administração diocesana. Ainda, se as condições climáticas na Diocese de Belém do Pará se tornassem inadequadas para os Padres Barnabitas, eles teriam o direito de se estabelecerem em outro lugar após um aviso prévio de seis meses, sem indenização. Conforme pudemos analisar, o contrato é vinculativo só poderia ser rompido mediante acordo mútuo.

Isso nos faz observar como as limitações e as desordens podem provocar resultados saudáveis, pois as mesmas desventuras e aparentes fracassos levaram os

religiosos a resultados felizes e a contribuir na expansão da fé, da cultura e da educação. Nessas condições, dois grupos de Barnabitas partiram da França com destino ao Brasil. O primeiro grupo — composto pelos padres Emilio Richert (superior), Paulo Lecouriex, Pedro Charvy, Júlio Vanbeceloere e o irmão Vito di Cecca — embarcara no porto de *Le Havre* (França) com destino à cidade de Belém do Pará. O segundo — constituído pelos padres Francisco Richard (superior), Afonso Di Giorgio, Norberto Phalempin, Florêncio Dubois e o irmão Fernando Warnez, acompanhados pelo Bispo de Olinda D. Luiz Raimundo da Silva Brito — tomou o navio no porto de *Bordeux* (França) com destino ao Recife (Mercês, 2003).

CAPÍTULO 2: A CHEGADA DOS BARNABITAS NO BRASIL

Figura 05 – Navio Amazone



Fonte: Livro “100 anos dos Barnabitas no Brasil- 2003”

Aos límpidos olhos dos dois grupos de viajantes Barnabitas, que, em meio aos conflitos entre Igreja e Estado ocorridos no final do século XIX e início do século XX, deixavam pelo porto de *Havre* e *Bordeux*, ambos na França, o velho mundo. No dia 21 de agosto de 1903, a bordo do *Jerôme* e do *Amazone*, eles adentravam lentamente nos portos do Recife (PE) e de Belém (PA), sob os primeiros raios de sol que iluminavam a extensa e encantadora silhueta das cidades. Mesmo angustiados e temerosos com a partida, rumo ao Novo Mundo que os esperava, e tendo somente a certeza do contrato firmado com os bispos brasileiros, pareciam encantados com tudo que observavam. Afinal, “todos os que partiram mostram-se dignos da sua vocação ao deixar tudo por Cristo – família, amigos, pátria – e sem esperar alguma recompensa nesta vida” (Mercês, 2003, p. 26).

Os itinerários desses religiosos e a chegada deles ao Brasil se encontram relatados em documentos inéditos produzidos durante a viagem. Entre eles, estão cartas, relatórios, diários e *Chronicas*, que possibilitam “adentrar por uma escrita de si reveladora de processos de formação por olhares sobre o estranho, o novo, o inusitado” (Mignot, 2018a, p. 101), provocando tantas vezes estranhamento como identificação, uma vez que a interação entre culturas distintas se torna um campo fértil para reflexões e aprendizado.

Ao narrar sobre o visitado, os missionários, amparados por sua bagagem cultural⁴⁰, para qual tomo emprestado o conceito de capital cultural de Bourdieu (1999), descrevem aspectos que refletem e comparam o mundo social e a dinâmica cotidiana do grupo visitado (Leite, 1997) deixando ao mesmo tempo marcas de si. Essa condição ocorre em virtude de que ao registrar e falar sobre outro e o visitado, inevitavelmente, os religiosos e revelam aspectos de si mesmos, porquanto suas interpretações e representações são influenciadas por suas crenças, valores e experiências, que acabam por conferir a esses documentos um “tom autobiográfico” (Mignot e Silva, 2011).

Seguindo as rotas de navegação, como visto anteriormente, é possível perceber que a chegada dos Barnabitas ao Brasil desta vez não se tratava de um desvio de rota como sucedera em 1741, quando os viajantes ancoraram na baía do Rio de Janeiro durante a expedição que faziam à Birmânia (Gentili, 2012) e que, por motivos de ventos fortes, como bem descreveu em carta o padre Neri, desviaram-se da rota: “o *Júpiter* sobre o qual viajávamos o padre Mondelli e eu tocou as costas orientais do Brasil e de lá se dirigiu para o cabo da Boa Esperança. Igual desvio para o Brasil coube ao navio *Brillant* que conduzia Mons. Gallizia e companheiros” (AGR - Epistolário - Pe. Neri, s/d). As cartas e um pequeno diário de bordo revelam que, mesmo ante as perseguições e tendo o Brasil como única alternativa naquela ocasião, o ideal que impelia esses pioneiros que aqui chegaram em 1903 era o mesmo do grupo anterior, viajar para evangelizar. Mas parece que desta vez os “maus ventos” que os trouxeram não eram os mesmos do passado, pois estavam decididos a permanecer na Terra de Santa Cruz.

Ao se deslocarem de um lugar para outro, os missionários costumavam registrar suas impressões, espantos, angústias e alegrias por meio de cartas, diários íntimos, diários de viagens, *Chronicas* e nos próprios relatórios oficiais que deveriam ser enviados anualmente à casa geral de Roma para prestar conta da missão. Esses documentos também serviam como maneira de preservar uma espécie de unidade entre as comunidades e a Casa Mãe, a qual os religiosos denominam cúria geral ou cúria romana, rompendo barreiras geográficas, construindo memórias que possibilitam apreender sobretudo um contexto de vida e de missão para as gerações futuras, preservando nos diversos arquivos

⁴⁰ Tomo de Bourdieu o conceito de capital cultural: “conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento ou, em outros termos, à vinculação a um grupo, com conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns (passíveis de serem percebidas pelo observador, pelos outros ou por eles mesmos), mas também são unidos por ligações permanentes e úteis” (Bourdieu, 1998, p. 28)

a história da própria ordem e criando o que Nora (1993) define como “lugares de memória”:

Mesmo um lugar de aparência puramente material, como um depósito de arquivos, só é lugar de memória se a imaginação o investe de uma aura simbólica. Mesmo um lugar puramente funcional, como um manual de aula, um testamento, uma associação de antigos combatentes, só entra na categoria se for objeto de um ritual. [... Os três aspectos coexistem sempre. [...] É material por seu conteúdo demográfico; funcional por hipótese, pois garante, ao mesmo tempo, a cristalização da lembrança e sua transmissão; mas simbólica por definição, visto que caracteriza por um acontecimento ou uma experiência vivida por um pequeno número uma maioria que deles não participou. (p. 21-24)

A respeito da importância de preservar memórias das congregações e ordens religiosas, e mesmo sendo uma exigência da Santa Sé, Langlois (apud Leonardi 2022, p.107) aponta que somente “durante o século XIX as congregações tomaram progressivamente consciência da necessidade de conservar suas memórias já que, em momentos de mudança, o que retinham de suas histórias eram suas origens”.

Preservar as memórias permite àquele que deseja abraçar a vida religiosa tomar consciência sobre a natureza, o carisma, a missão e o espírito do instituto onde deverá passar toda a sua existência. Desse modo, “sentir-se-á impelido a amá-lo, a entusiasmar-se com as realizações dos antecessores, procurando imitá-los” (Sisnando, 1976, p.9).

Além de socializar as experiências pessoais, ao deixarem por escrito suas vivências, os religiosos comunicavam aos superiores maiores e seus amigos íntimos as dificuldades da vida comunitária, financeira e pastoral e, por fim, o que aparenta ser o mais importante, não permitia que a distância geográfica os afastasse do resto dos seus coirmãos que haviam ficado pela Europa.

Na escrita, em sua grande maioria seguem formalidades e ritmos como a saudação inicial “graça e paz”, própria da ordem. Esta, bebendo da espiritualidade do Apóstolo São Paulo, se apropria da expressão bíblica como fizeram os Franciscanos que utilizam “paz e bem” do seu fundador São Francisco de Assis. As cartas também são marcadas pelo uso frequente dos pronomes de tratamento de modo abreviado como: Senhor (Sr.), Vossa Excelência (V. Ex), Vossa Reverendíssima (V. Revma.), dentre outros. Os religiosos deixavam, ainda, escapar traços da sua personalidade, frustrações e suas histórias de vida (Lechner, 2017).

Na busca por visibilizar os religiosos Barnabitas, pouco estudados na historiografia da educação, os arquivos descobertos e consultados em várias comunidades espalhadas pelo Brasil, especialmente nas cidades do Rio de Janeiro (RJ) e de Belém

(PA), e na Itália possibilitam neste capítulo, por meio desses documentos inéditos, adentrar uma escrita de si, que revela muito mais do que traços da personalidade desses religiosos. Revelam angústias, dúvidas em relação à fé e missão como vontade de Deus, conflitos com a cultura local, com seus superiores e com a própria Igreja. São escritas que, mesmo cumprindo ritual e suas formalidades, permitem adentrar um universo muitas vezes mistificado pela própria cultura popular bem como os debates que estavam ocorrendo no Brasil naquele instante.

2.1. A Travessia: um olhar sobre os diários de bordo

“Ao pôr do sol, as terras do nosso continente desaparecem aos nossos olhos. Não podíamos evitar a sensação de íntimo sofrimento no coração. Mas, retivemos as lágrimas, esperançosos da grande messe que nos aguarda em terras americanas...”

Padre Richard, 1903, f.1

No pequeno fragmento de carta, um dos artefatos mais comuns para a comunicação de indivíduo a indivíduo (Bouzinac, 2016), no qual “se desenha o conjunto de práticas em uso, de automatismos e códigos que dependem estreitamente de fatores socioculturais e normas enraizadas na história” (p. 25). Pe. Richard, superior da missão no Pernambuco, descreve ao provincial o que os religiosos sentiam no íntimo ao longo do deslocamento para o novo continente.

A escrita íntima revela que, em suas bagagens, além dos pertences pessoais e livros que os acompanhavam, os religiosos carregavam também uma sensação de sofrimento ao verem ao pôr do sol desaparecer de seus olhos o continente europeu, pois a cada instante aumentava a saudade daqueles que ficaram, o medo do desconhecido e os anseios em relação ao que os esperava. Afinal, até aquele momento, os religiosos tinham apenas a certeza do contrato com os bispos brasileiros.

Esses aspectos que permeiam suas experiências deixam escapar a importância de compreendermos não apenas os aspectos materiais e logísticos dessa viagem, mas também as dimensões emocionais e psicológicas envolvidas. Afinal, os próprios religiosos, mesmo confiantes ao mencionarem a grande messe que os aguardava em terras américas, deixam escapar e imaginar em suas escritas alguns questionamentos: como

seria a vida no país? Quais seriam os desafios? Como seriam recebidos pelos bispos brasileiros e pelas comunidades locais? Esses anseios, provavelmente, refletem a busca por respostas e a necessidade de compreender o que os aguardava nesse novo itinerário de suas vidas. Os diários de bordo e as cartas produzidas pelos religiosos durante a viagem são preciosos registros históricos que permitem conhecer mais profundamente a experiência desses viajantes que corajosamente desbravaram terras desconhecidas.

Importante atentar na carta em epígrafe que, ao mesmo tempo que sentiam o sofrimento ao abandonar o lugar onde viviam, os religiosos enchiam-se de esperança pelo que os aguardava em terras americanas. O tom nostálgico e, ao mesmo tempo, entusiástico presente na escrita do Pe. Richard permite observar que havia um misto de emoções que os envolviam diariamente durante a travessia. Era como se as terras americanas os chamassem com suas promessas de uma vida repleta de desafios e conquistas, especialmente no início do século XX, que segundo Azzi (1977) e Leonardi (2008) foi o período em que muitas outras ordens e congregações religiosas, masculinas e especialmente femininas, se estabeleceram no território brasileiro como parte do projeto de romanização iniciado no século anterior pela Igreja Católica, além de contribuir com as autoridades públicas e assistir à população por meios das escolas, orfanatos e hospitais.

De acordo com Chamon (2005), sendo as viagens um movimento que atravessa a história, é possível pensar que “todos os povos conheceram alguma modalidade de deslocamento geográfico, seja em viagens turísticas, etnológicas, diplomáticas, missionárias, imaginárias, de negócios, de estudos e tantas outras” (Chamon; Faria. F, 2007, p. 39), que contribuíram para o enriquecimento pessoal e cultural dos indivíduos envolvidos. Ao se deslocar geograficamente, o viajante tem a oportunidade de ampliar seus horizontes, conhecendo novas realidades, estabelecendo conexões com pessoas de diferentes origens e ampliando o conhecimento. Além disso, as viagens também conferem um impacto significativo no desenvolvimento econômico, social e cultural das comunidades envolvidas, promovendo um intercâmbio de ideais e a valorização do patrimônio cultural.

A viagem em sua essência é uma tapeçaria tecida ao longo da história marcada por movimentos que não só exploram o físico, mas também buscam transcendências e entendimento. Quando penso nesse caso acerca da dimensão missionária das viagens empreendidas pelos religiosos, elas me remetem a uma jornada de fé e propósitos em que o deslocar-se vai além da busca pessoal por satisfazer a sua vontade. O religioso em sua essência encontra-se vinculado a uma instituição por meio dos votos de pobreza, castidade

e obediência. Votos que representam um compromisso fundamental no seu ser religioso, exigindo disponibilidade para cumprir a vontade de Deus – “ide por todo o mundo e pregai o evangelho a todas as criaturas” (Mc 16, 15) – expressa por meio da autoridade dos seus superiores.

No entanto, os relatos de viagens aqui utilizados permitem entender que a viagem empreendida pelos Barnabitas representa – além de um ato de fé e de amor e uma possível alternativa de sobrevivência diante das perseguições ocorridas na França, como visto no primeiro capítulo – um ato de obediência à Igreja, na pessoa do Santo Padre, o Papa Leão XIII, que sempre atento a suas ovelhas lhes havia feito o convite provavelmente no início do ano de 1903: “Ide ao Brasil imenso, ao Brasil Católico, onde um novo e generoso povo se desenvolve à luz do sol e à luz de Jesus Cristo e de Maria, o seu progresso e suas energias”.

Para interpretar essa travessia, tomo como fonte principal dois diários de viagens produzidos pelos religiosos. Estes diários estão sob a guarda do arquivo da antiga Província Brasil Centro-Sul, localizado no 7º andar do Colégio Zaccaria, no bairro do Catete, na cidade do Rio de Janeiro (RJ). Atualmente, é possível considerar como um dos maiores e mais bem organizado arquivos dos Barnabitas no Brasil.

É importante ressaltar previamente ao leitor que a minha facilidade para acessar e manusear as fontes presentes nesse arquivo se deve à minha posição atual como vigário provincial⁴¹ e reitor do colégio onde se encontra o arquivo da atual Província do Brasil. Essas responsabilidades conferiram-me uma certa liberdade em relação a outros pesquisadores, tanto no acesso ao arquivo como na seleção das fontes utilizadas, sem passar por censuras ou supervisão, como mencionado por Leonardi (2018) ao pesquisar nos arquivos da congregação das Irmãs de Nossa Senhora do Calvário, em Gramat, departamento de Lot, na Occitânia, França, e das Irmãs da Sagrada Família de Bordeaux, em Roma, Itália⁴², que quase sempre esteve acompanhada por alguma freira durante o

⁴¹ O vicário provincial seria a figura de um vice superior provincial. Na ausência do provincial, ou em casos previstos, é ele quem deve responder perante às autoridades eclesiais e civis. É válido ressaltar que a minha posição atual me permite ter acesso privilegiado às fontes presentes no arquivo, o que pode influenciar na seleção e interpretação dos materiais utilizados para a pesquisa. Desta forma, tenho buscado considerar a importância de uma abordagem acadêmica e muitas vezes “imparcial” ao analisar e interpretar os dados.

⁴² O texto intitulado: *Viagens e experiências: fragmentos de memórias e textos*, de Paula Leonardi, pode ser encontrado no livro: *Sujeitos em movimentos - Instituições, Circulação de Saberes, Práticas Educativas e Culturais*, organizado por Alexandra Lima. Segundo Leonardi (2018, p. 34), “este é um texto sobre mulheres que viajaram e que se encontram em função de viver em comunidade religiosa (freiras) ou de tentar compreender a relação dessas mulheres com a instituição e a sociedade de seu tempo (o meu caso).” Na tentativa de compreender a vida dessas mulheres, Leonardi visita os arquivos de duas congregações e

processo de consulta. Ainda que o considere como um dos arquivos mais bem organizados e com uma vasta documentação, com diários íntimos e cartas, é importante destacar que:

A quantidade de documentos nesse arquivo não significa que ele não tenha sido resultado de uma seleção. (...) envolvem censura, supressão, interdição, triagem. Arquivar é guardar. Guardar é também esconder. Neles existem silêncios, não ditos, interditos e são organizados objetivando a posteridade (...). (Mignot, 2005, p. 56)

Voltando a atenção para os diários, Viñao (apud Silmara, 2013) os define “como uma sucessão de textos mais ou menos extensos, e os registros podem estar em folhas soltas ou juntas em um suporte” (p. 15). Em alguns casos, contém registros realizados diariamente, com detalhes e informações vividas. Por outro lado, há diários escritos de forma esporádica, com intervalos irregulares entre as anotações. Porém, independentemente da frequência da escrita ou tamanho, são documentos que permitem ao leitor viajar com os viajantes, viajar nas histórias dos viajantes, se tornando um grande viajante, pois cada relato, cada palavra pode aproximar o leitor tanto da realidade como das emoções vividas pelos viajantes.

Tomando Chartier (1988) como suporte, considero não apenas o conteúdo textual dos documentos, mas também as características físicas e materiais que os envolvem, “a forma como foram transmitidos e recebidos e os usos sociais que foram feitos deles” (p.14). Por seu turno, Farge (1989) me ajuda a observar vestígios presentes nos diários, como manchas de tintas, rasgos e marcas deixadas pelo uso, como uma forma de compreender a vida cotidiana e as experiências das pessoas do passado.

O diário produzido pelo primeiro grupo de missionários que se dirigiu ao Pará, escrito em francês, consiste apenas em duas pequenas folhas soltas, amareladas e numeradas frente e verso de um a quatro. Apesar de não possuir um formato estruturado de diário, sua escrita segue um compasso de descrição diária de acontecimentos importantes e muitas vezes íntimos.

É possível observar que o diarista, ao narrar situações vividas durante a travessia, leva-me a considerá-lo e interpretá-lo como diário de viagem. Essas breves anotações proporcionam uma visão singular das experiências e do cotidiano dos missionários Barnabitas durante sua jornada. Embora o documento seja fragmentado e sucinto, sua

no seu diário de pesquisa narra os desafios para acessar algumas fontes e a própria supervisão das religiosas enquanto manuseava os arquivos.

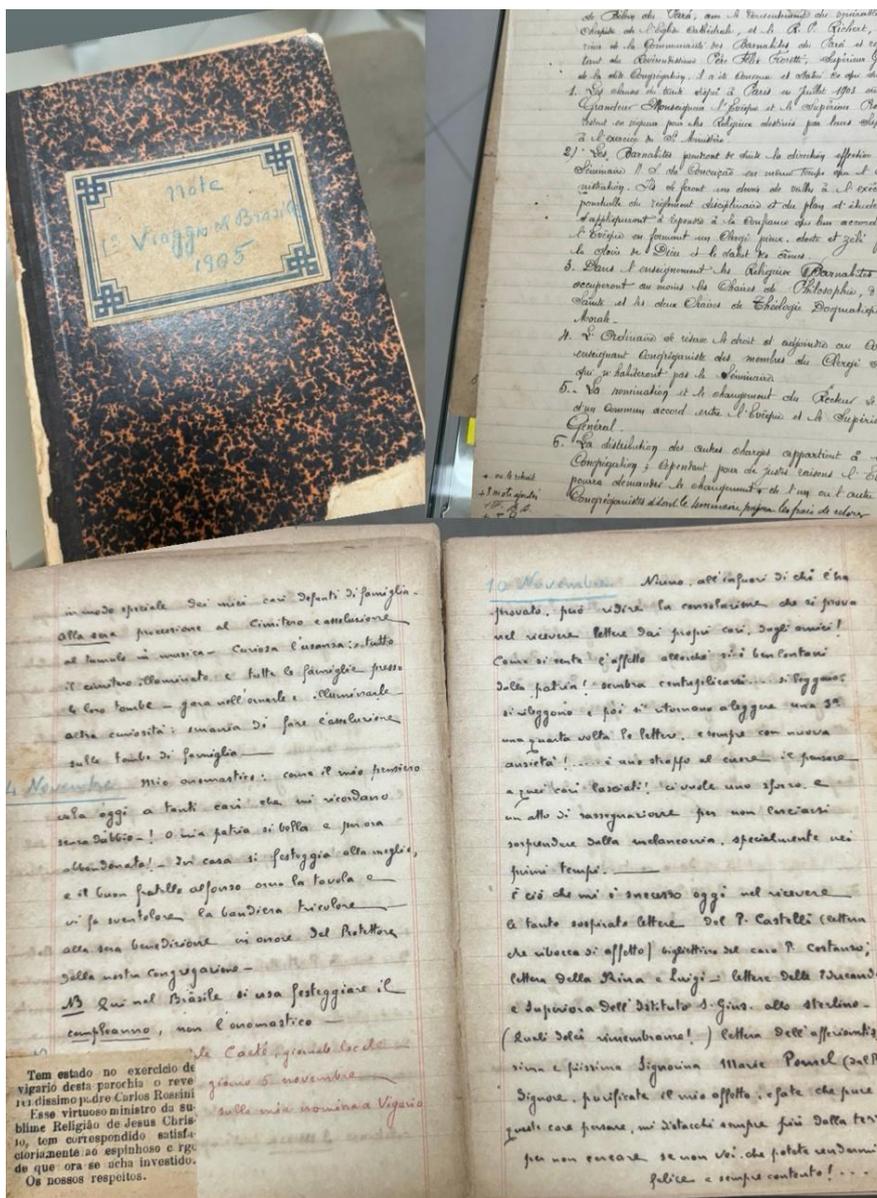
importância histórica reside na capacidade de transportar os leitores para o passado e de se conectar com as vivências daqueles que se aventuram nessa jornada.

O segundo, intitulado “*Note: 1º Viaggio al Brasile 1905*”, pertence ao padre Maurice, que esteve na segunda leva de missionários enviados ao Brasil. Encontrei esse exemplar de capa marrom guardado em um pequeno saco plástico e com páginas soltas. Um olhar pela sua materialidade permite observar que o diário foi escrito em um caderno estilo brochura, capa dura, contendo 100 páginas amareladas deterioradas pelo tempo e, provavelmente, pela ausência de conservação – afinal, este arquivo começou a ser organizado somente no início dos anos 2000. Mesmo desgastado, oferece ricas informações sobre a travessia.

A caligrafia muitas vezes se modifica. A caneta está ora clara, ora escura. Algumas expressões e palavras são sublinhadas. Parece que isso se dá quando o autor quer reforçar alguma ideia daquele dia. Há capricho e preocupação em não deixar escapar nenhum detalhe do seu dia a dia. Nele, o viajante procura relatar diariamente os assuntos mais relevantes desde sua partida da Itália: a travessia pelo Atlântico, sua chegada ao Brasil e os desafios enfrentados após sua chegada. A escrita, ao mesmo tempo despreziosa e cuidadosa, revela a importância atribuída aos acontecimentos. Cada palavra é aparentemente escolhida com precisão, transmitindo não apenas uma narrativa factual, mas também as emoções e reflexões do viajante durante sua jornada.

Lançando o olhar sobre o diário, é importante destacar que, apesar de ser um registro antigo e valioso, seu péssimo estado de conservação dificulta desde o manuseio, compreensão e tradução da escrita, que ora está em italiano, ora em francês. Para essa operação e de outras fontes, tendo a autorização para acessá-las, contei com a ajuda de religiosos italianos, que possuindo um domínio extraordinário do latim, italiano, francês e português encurtaram e colaboraram com meu longo e doloroso trabalho de tradução.

Figura 06 – Diário de Bordo



Fonte: Fotografia do diário “Viaggio al Brasile (Mauricie, 1905)” que se encontra no arquivo do Colégio Zaccaria no Rio de Janeiro

Nesses documentos, é possível encontrar diferentes olhares que tratam das experiências vividas no momento da travessia. Como abordado anteriormente, distintas foram as formas em que ambos os grupos fizeram a viagem. O primeiro, por seu turno, não teve a oportunidade de grande preparo, pois diante da circunstância em que saíram de Paris não puderam levar muita coisa consigo. Também não tinham ideia da vida que levariam no Brasil, da cultura, nem de como seriam recebidos. As poucas informações sobre a partida, pude encontrá-las na “Acta Collegi a Sacratissimo Corde Jesu Mouscronii”, que se encontra na comunidade de Mouscron, na Bélgica, e me foram

disponibilizadas por um religioso Barnabita do Brasil que cursa seu doutorado em Teologia Sistemática na Universidade de Louvain.

Às 11 horas da manhã, reunidos todos os membros das comunidades na capela do Noviciado, sob a presidência do Pe. Superior, os escolhidos para a Missão brasileira renovaram os votos religiosos. O R. Pe. Superior dirigiu-lhes palavras adequadas, explicando também a última carta do Pe. Geral. Prometeu conservar-lhes os nomes no coração de prata aposto ao pescoço da Santa Virgem Mãe da Divina Providência na igreja pública... Em seguida, cada um se aproximou do Superior e, de joelhos, conforme as nossas tradições, beijou-lhe a mão em sinal de obediência. Cantando o Magnificat e rezando no coro as Horas Menores, todos se encaminharam ao refeitório. Neste, o R. Pe. Superior Dubois e os membros da Comunidade apresentaram cordiais votos de boa viagem aos que vão partir. (AM, *Acta Collegi a Sacratissimo Corde Jesu Mouscronii* – 1887-1913, p. 267).

Por meio da escrita, é possível observar que, mesmo sem muitas informações e sem tempo suficiente para organizarem a partida, os religiosos reunidos na capela da comunidade de Mouscron, sob a liderança do padre superior e contando com a presença dos membros da comunidade, não deixaram de realizar o rito de despedida, renovando a fórmula dos votos religiosos, beijando as mãos do superior em sinal de obediência e cantando o *Magnificat*, confiando a nova missão aos cuidados da sempre Virgem Maria.

Figura 07: Religiosos reunidos em Mouscron antes da partida em 1903



Fonte: Livro “100 anos dos Barnabitas no Brasil – 2003”

Diferentemente do primeiro grupo, que praticamente teve que deixar o continente às pressas – mas não sem antes realizar ao menos um ato religioso de bênção e despedida –, o segundo teve um tempo de preparo e já sabia por meio dos relatos escritos pelos primeiros viajantes aspectos do Nordeste e do Norte do país, permitindo levar em suas bagagens aspectos da realidade brasileira, o que foi ignorado pelo primeiro. A partir desses relatos, pode-se dizer que “muitas são as práticas e os significados do ato de viajar e o que confere sentido a esses deslocamentos muda historicamente” (Chamon e Filho, 2007, p. 40)

De acordo com os registros do Pe. Richard, o pouco do que se sabia era da extensa dimensão da missão, visto que tomariam conta de três paróquias em um território vasto que contava com um expressivo número de habitantes, de acordo com o que foi informado: “O Bispo a bordo conosco é de máxima amabilidade. Declarou-me que as três paróquias que nos destina contam de 60.000 a 70.000 habitantes...” (APB Cartella L, *missiones*, *ala data*). Mesmo com poucas informações, sabiam que o trabalho que os aguardava era grande e que não poderiam falhar, pois a responsabilidade era imensa. A tarefa que lhes foi confiada não só envolvia a administração e cuidado de um grande número de fiéis, mas também a adaptação a uma nova cultura e realidade.

Ao ler os breves relatos do primeiro diário de bordo, me transporto para o momento da travessia, em que o longo percurso de navio parecia por si só uma das maiores dificuldades a ser enfrentada: “Estamos a bordo do navio com destino à nova missão. Dom Silva Brito nos acompanha. O navio Amazone onde nos encontramos é pouco atrativo” (diário de bordo, 1903). Cruzar o Atlântico dentro dessas embarcações não era tarefa fácil. A tripulação ficava à mercê das intempéries do tempo, de doenças, de saqueadores, além do tédio e até mesmo da solidão. O próprio navio parecia também não oferecer as melhores condições, segundo os religiosos, ainda que, entre o século XIX e o início do século XX, tais embarcações tivessem sofrido melhorias, inclusive com o desenvolvimento de tecnologias que ajudou a diminuir o tempo dos percursos, conforme a história da navegação marítima a partir dos autores Fujita e Andrade Junior (2014).

Diferentemente da escrita a bordo do grupo de missionários que se dirigiu ao Pará, o padre Maurice procura relatar diariamente os assuntos mais relevantes de sua vida. Quando encontra ou acontece algo importante, o padre procura sublinhar esses fatos, talvez com o intuito de chamar atenção para aquelas situações. A partir dos relatos do pe. Maurice, o segundo grupo de viajantes, mesmo mais preparados, não deixou de sofrer

com as condições pouco confortáveis no trajeto até o Brasil. Quando viajaram ambos os grupos, respectivamente em 1903 e em 1905, a Europa passava por um período de grande movimento de migrações de seus cidadãos, sobretudo portugueses, italianos, espanhóis e alemães, que vinham tentar a vida no novo continente em busca de trabalho e melhores condições de subsistência. Essa onda de trânsito migratório pode ser percebida no relato:

A viagem em terceira classe no antiquado navio, em meio a um milheiro de imigrantes vindo de todas as nações da Europa, sem o menor conforto, em acomodações mui pouco decentes, seria, quando muito, um bom treino para a vida missionária, nunca, porém, um passeio agradável, que deixasse saudades (Diário de Bordo Pe. Maurice, 1905).

Segundo Koifman (2019), nas memórias desses imigrantes, eram latentes os desgastes sofridos ao deixar seu país de origem, suas raízes para adaptarem-se a outra sociedade. Também relatavam as dificuldades da travessia daqueles que iam em terceira classe. Eram condições difíceis, acomodações muitas vezes precárias, durante um trajeto que levava semanas. Um tipo de relato bem diferente do daqueles mais privilegiados, que iam de primeira classe. Para pe. Maurice (1905), tal desconforto era tomado com resignação ou, como ele descreve, “um treino para a vida missionária”.

Contudo, a viagem, apesar de dura, não foi feita só de percalços. Nos escritos, também são narrados momentos de descontração que amenizavam, inclusive, a solidão que os invadia a bordo: “A vida no mar é das mais monótonas: em torno de nós, água e mais água... temos sempre perante nós a imensa solidão” (Diário de Bordo, 1903, f. 3). Dentre as brincadeiras, estava uma espécie de batismo que dava início à nova vida assim que passaram do hemisfério norte para o hemisfério sul:

Costumavam-se festejar a passagem do Equador com brincadeiras alegres, à maneira de batismo, para que os transpunham pela primeira vez, por renaitre a l'avie de l'hémisphère austral (a fim de renascer à vida do hemisfério austral) e nossos padres sujeitaram-se a tal hábito (Diário de Bordo, 1903, f. 2)

Os diários sobre a travessia de ambos os grupos são reveladores do cotidiano nas embarcações e da própria prática de escrita, que busca registrar além de combater o tédio e a solidão durante o longo percurso. Enquanto escreviam, deslumbravam o porvir conscientes dos desafios que os esperavam e da responsabilidade que tinham em não fracassar na nova oportunidade que lhes era acordada. Ao pôr luz nos sentimentos compartilhados nos diários, que emergiam durante a vinda dos religiosos, é possível compreender também as surpresas, decepções, dificuldades e alegrias vividas nas primeiras impressões do grupo ao desembarcar no Nordeste e no Norte do Brasil,

principalmente no sertão pernambucano, onde os religiosos, encontrando uma realidade tão distinta, não deixaram de descrever, e muitas vezes para denunciar o tipo de política e realidade vivida pelo povo que, mesmo parecendo tão hostil, os acolhia com generosidade inesperada.

2.2. Relatos, impressões e denúncias: a efêmera missão no sertão pernambucano

Nos documentos produzidos pelos viajantes, observei que a viagem provocou nos primeiros padres tamanha impressão, que, além de descrições sintéticas em cartas pessoais e nas *chronicas*, especialmente da missão de Pernambuco, que servirá como fonte para essa narrativa, também foram produzidos relatos para pelo menos duas publicações. Encontrei em duas relações publicadas no “*Le Messenger de Saint Paul*”, uma antiga revista de circulação interna da Província Belga, que teve sua última publicação no ano de 1998, e no Arquivo Geral de Roma, em uma pasta intitulada *Rapport – Relazione sulla Missione dei PP. Barnabiti nello Stato di Pernambuco (Brasile)*, alguns escritos do Pe. Richard e do Pe. Di Giorgio que trazem narrativas sobre essas experiências.

Sendo ambos manuscritos inéditos, além das impressões e relatos apresentados que me permitiram fazer a tentativa de traçar o itinerário realizado pelos religiosos (Recife, Maceió, Penedo, Gararu, Piranhas, Jatobá, Várzea Redonda, Caldeirão, Floresta, Fazenda Pedras, Belém, Flores, Cabrobró) durante a curta estadia nessa região do Brasil, é possível encontrar, desde o olhar dos viajantes, algumas denúncias em relação à realidade social, religiosa e política vivida pelo povo no sertão pernambucano.

Esses escritos não apenas documentam a jornada e a impressão dos religiosos, eles permitem apreender a transformação interna que experimentaram ao se depararem com uma realidade cheia de desafios, e, ao mesmo tempo, rica em cultura e humanidade. Essa nova realidade, embora inicialmente tenha gerado espanto – como quando se via a briga entre o povo e os coronéis, e se ouviam os disparos de tiro pela cidade e a gritaria: “corre, corre” –, serviu também para fortalecer os vínculos entre os viajantes, a comunidade local e os superiores maiores. Isso mostrou que, mesmo diante das adversidades, os religiosos foram capazes de traçar caminhos duradouros, refletindo na missão realizada até hoje nos mais diversos lugares do Brasil, como Pará, Brasília, Fortaleza, São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e em outras partes do mundo.

Ao olhar atentamente para as documentações buscando vestígios dessas impressões, me deparei com a narrativa bem-humorada do padre Di Giorgio, único italiano do grupo. Ao folhear seus diários, observei que certamente, apesar de todos os logros adquiridos nesta terra, não foi a viagem capaz de deixar recordações somente agradáveis, especialmente porque, como relata o cronista, “o único meio de transporte era o cavalo e no emaranhado de floresta precisava seguir a trilha dos animais” (*Chronicas de Pernambuco*, 1903, f. 14). E, em carta pessoal impossibilitada de identificar a data dirigida ao amigo Domenico, o padre relata: “A equitação intimidava-nos um pouco. Parecíamos vários pobres don Abbondio, que Manzoni retrata tão graciosamente com desconfiança quanto a sua mula, para acompanhar o Inominado”⁴³.

É importante observar que, por meio dos estudos de Leite (1997), muitos dos relatos, impressões e denúncias feitas pelos religiosos em suas escritas ocorrem porquanto, na condição de estrangeiro: não fazendo parte do grupo visitado e, levando em consideração sua bagagem cultural, são capazes de analisar a vida cotidiana do povo com uma visão mais ampla da realidade:

O viajante em sua qualidade de estrangeiro, como não fazia parte do grupo visitado, tinha condições de perceber aspectos, incoerências e contradições da vida cotidiana que o habitante, ao dá-la como natural e permanente, encontrava-se incapaz de perceber. O habitante vive sua vida e reflete apenas sobre seus aspectos mais próximos, sem tomar conhecimento de muitos outros do ambiente em que se encontra. (p. 10).

Antes de lançar o olhar sobre a presença dos religiosos na missão no sertão pernambucano é importante oferecer ao leitor informações sobre o contexto religioso e da região, que servirá como palco para a missão. Em relação ao contexto religioso, é importante destacar que a segunda metade do século XIX e as primeiras décadas do século XX foram tingidas pela atuação de diversos grupos em diferentes localidades do Brasil. Caracterizado como um país “para a propagação da fé”, o Brasil contou com o trabalho de religiosos que estabeleceram intensas trocas culturais, negociações, estratégias e táticas para o sucesso de suas atividades. Por essa razão, as ações que tinham o objetivo de expandir as maneiras de crer devem ser compreendidas de forma abrangente, levando em consideração estruturas transnacionais, a fim de visualizar as conexões entre os

⁴³ Don Abbondio é um personagem fictício do romance “*I Promessi Sposi*” (Os Noivos), escrito por Alessandro Manzoni. Publicado em 1827, o livro é considerado uma obra-prima da literatura italiana. Don é retratado como um padre covarde e medroso, que evita qualquer confronto ou dificuldade, representando a falta de coragem e compromisso com os ideais religiosos e morais. Sua caracterização contribui para a crítica social e religiosa presente na obra, refletindo as fraquezas e ambiguidades da sociedade da época.

diversos projetos católico, que fizeram parte da reorganização territorial da Igreja Católica em Pernambuco, incluindo a chegada de novas ordens religiosos, a reforma dos espaços devocionais, ampliação da atividade educacional em oposição ao protestantismo e o desenvolvimento de cultos marianos. Assim, essas questões tiveram impactos diretos nas estruturas educacionais, na política eclesiástica, na distribuição de religiosos, de acordo com as necessidades das dioceses e na criação de novas formas de crenças (Moura, 2021).

Durante a primeira metade do século XX, havia um grande número de pessoa não alfabetizadas no Brasil, portanto, para algumas denominações evangélicas, e especialmente para os batistas que chegaram no território pernambucano, as missões também estavam associadas a atividades que visavam facilitar o aprendizado das primeiras letras como meio de facilitar a conversão, e, além das obras de assistência social, o processo de alfabetização desenvolvido pelo grupo contribuiu para uma maior independência no entendimento das narrativas religiosas. Isso, segundo Santos (2008), se diferenciava da abordagem dos católicos, que não permitiam a livre interpretação dos "livros sagrados", e apresentou um formato alternativo de disseminação da religião por meio da educação, gerando debates fundamentais para questionar o *status quo* da época. Para Moura (2021), as reformas eclesiásticas e as missões católicas e protestantes resultaram em novas configurações religiosas no Brasil durante a primeira metade do século XX.

Na Região Nordeste, durante a transição, e em cidades que experimentaram um rápido processo de urbanização nos últimos anos do século XIX, como Recife, já se evidenciava a influência do Bispo Dom Manuel de Rêgo Medeiros, que intercedeu junto ao Cardeal Antonielli, secretário de Pio IX, para que os padres da Companhia de Jesus retornassem ao estado e estabelecessem um internato. Em substituição ao antigo liceu provincial, surgiu o primeiro internato Jesuíta do século XIX, conhecido como Colégio São Francisco de Sales, e a implantação do sistema educacional ligado às instituições escolares católicas estava em pleno andamento, assim, no contexto do reforço promovido pelos líderes da Igreja, como Pio IX (1846 - 1878) e Leão XIII (1878 - 1903), durante seus longos pontificados. Os Salesianos, Maristas, Irmãs Dorotheias, Irmãs do Sacre Couer, Damas da Instrução Cristã, os Barnabitas e outras ordens religiosas, fundadas na Europa, prontamente responderam ao chamado e estabeleceram frentes de atuação em paróquias como uma impressionante rede de escolas católicas em Pernambuco, sob a direção de religiosas estrangeiras, de modo que, o século XIX testemunhou um rápido

desenvolvimento das "escolas para meninas", onde as religiosas desempenharam uma elementar atuação (Silva, 2013).

Silva, Araújo e Santos (2017) apontam que, de maneira abrangente, a modernidade pode ser identificada como um rápido processo de mudanças sociais que ocorreu em todo o mundo entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, e esse processo foi impulsionado pelo avanço da industrialização, que se espalhou pelos quatro cantos do planeta como parte da expansão imperialista das potências ocidentais, assim, durante esse período, a vida cotidiana foi impactada por transformações significativas, como a reestruturação das áreas urbanas, o acesso a tecnologias em constante evolução, a disseminação de novos meios de comunicação e a adoção de hábitos influenciados pela racionalidade científica, entre outros aspectos.

Sobre a atuação desses religiosos no campo educacional, há também a incorporação dos Salesianos, destacados entre 1892 e 1906, por Silva, Araújo e Santos (2017), que discorrem que a história da educação em Pernambuco está estreitamente ligada à presença da Igreja Católica em todo o território, estabelecida por meio de várias ordens religiosas que se instalaram no estado em diferentes períodos históricos, e esse foco abrange as primeiras mobilizações para a chegada dos padres Salesianos à capital pernambucana e culmina com o lançamento do Estatuto do Colégio Salesiano de Artes e Ofícios do Sagrado Coração, que definiu a identidade curricular adotada pela instituição. Apesar de representar uma experiência educacional inovadora dentro do contexto social da época, a inserção dos Salesianos no processo de modernização em Pernambuco se enquadra no que os estudos definem como modernidade conservadora. Desta maneira, isso ocorre porque a instalação da ação educacional Salesiana em Recife reproduz, com novos argumentos, a composição social tradicional, assim, a educação profissionalizante salesiana encontrou uma realidade sociopolítica bastante diferente daquela de sua cidade de origem, Turim, tornando a prática da missão da ordem em Recife distinta, em aspectos importantes, da prática educacional que a tornou conhecida na Europa católica.

Importante destacar ao leitor que, ainda que essa nova realidade e configuração social não influenciara diretamente a missão dos Barnabitas na região, em meio a essas vertentes, havia um conflito pelo espaço religioso entre católicos e protestantes na educação, principalmente, entre o período de 1895 a 1910, houve até "queima de bíblias", e em 1903, o "*Jornal de Recife*" teve uma nota anônima que censurava o ato como intolerância religiosa. Ainda nesse mesmo ano, segundo Gomes (2021), o Reverendo Salomão Ginsburg também enviou uma carta ao "*Jornal de Recife*", inicialmente

criticando a suposta imoralidade do clero católico, a quem ele se refere como "romanos". Todavia, mesmo diante da repercussão negativa da primeira queima de bíblias, frei Celestino não recuou; pelo contrário, ele continuou sua campanha, publicando ataques aos protestantes com o apoio dos membros da Liga contra o protestantismo, também conhecida como Liga Antiprotestantíssima, e, assim, as ações do grupo culminaram na realização de uma segunda queima de bíblias, ainda maior que a anterior, destarte, nos textos protestantes, foi possível observar um paralelo entre a prática da queima de bíblias e a inquisição, em particular a comparação das manifestações de intolerância com os autos de fé, e segundo João Bernardino Gonzaga, como parte dos mecanismos punitivos do Santo Ofício, os autos de fé eram eventos públicos com o objetivo de "restaurar a pureza da fé no povo, intimidar hereges ocultos e fortalecer cristãos vacilantes" (p. 10).

Em relação a Pernambuco, segundo os últimos dados do IBGE⁴⁴, o estado destaca-se como um dos mais significativos do Brasil, tanto por sua extensão territorial, que alcança aproximadamente 98.067.877 Km², quanto por seu papel central na cultura, na história e economia do Nordeste, especialmente no que tange à produção da cana-de-açúcar e do algodão.

Figura 08 – Mapa das regiões do Pernambuco



Fonte: Site do IBGE

O território pernambucano (figura 8) pode ser compreendido através da divisão entre três grandes regiões, que se estendem do litoral atlântico até o interior do estado.

⁴⁴ Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pe.html> - acesso (03/02/2024).

Inicialmente, encontramos a faixa litorânea, caracterizada por ser uma planície um tanto estreita, marcada por um clima predominantemente quente e úmido. Avançando em direção ao oeste, nos deparamos com a Zona da Mata, uma região de colinas e de maior largura, que se eleva gradualmente e é cortada por diversos rios que fluem em direção ao Atlântico. Mais ao interior, nos deparamos com a região do Agreste, uma área de transição que faz a ligação entre a Zona da Mata e a próxima grande região, o Sertão. O Agreste é conhecido por ser uma área de transição onde é possível observar características tanto da Mata quanto do Sertão. É uma região conhecida pela sua agricultura diversificada, com destaque para o cultivo de frutas, hortaliças e grãos.

O Sertão, por sua vez, abrange a porção sul do planalto da Serra de Borborema, estendendo-se para o oeste até alcançar as serras de Jabitaca e Araripe, próximas às fronteiras com os estados da Paraíba e do Ceará. A partir deste ponto, o terreno declina em direção ao sul até encontrar o Rio São Francisco, que demarca a fronteira de Pernambuco com a Bahia por uma extensão considerável. É importante destacar que o Sertão é uma região de clima semiárido, com paisagens áridas e secas, mas também possui uma beleza única com suas caatingas e formações rochosas. É nesta terceira zona, particularmente na região do Sertão, que os religiosos, a pedido do bispo, se estabeleceram para missão logo após sua curta estadia na capital (Mercês, 2003).

Pude encontrar uma parte significativa das narrativas sobre esse período nos livros comemorativos já mencionados no capítulo anterior, nas cartas enviadas aos superiores e especialmente no livro de *Chronicas*, que para os religiosos constitui um precioso memorial da vida dos sujeitos que constituem a ordem e empreenderam essa missão. Logo de início, no livro das *Chronicas* das comunidades de Pernambuco e do Pará, é possível notar que eram escritas em francês, língua nativa da maioria dos primeiros viajantes que aqui chegaram. A partir da página 5, especialmente no livro de Pernambuco, nota-se alteração tanto na caligrafia como na língua, ora francês, ora italiano, língua oficial da ordem. Essas fontes oferecem um registro valioso dos desafios e conquistas enfrentados pelos viajantes durante a sua estadia em Pernambuco, bem como das transformações ocorridas naquele momento, tais como política, religiosa e social.

Em relação às *Chronicas*, que são amplamente utilizadas pelos religiosos e pela Igreja desde o início do cristianismo, são possuidoras de um grande valor histórico, pois se tornam a principal forma de registro das histórias das comunidades. Os religiosos buscam compartilhar o testemunho de seus antecessores, garantindo pela escrita - que,

segundo Zurara (1992), é o maior e mais valioso remédio contra o esquecimento – que suas histórias não se perdessem.

As *Chronicas* representam uma valiosa fonte de pesquisa especialmente quando se trata de ordens e congregações religiosas. De acordo com Gagnebin apud Leonardi (2002), a escrita de *chronicas* é uma prática muito comum nas congregações católicas. No entanto, como qualquer documento, elas devem ser analisadas com lupas, pois, segundo Le Goff (1996), sendo o documento o resultado de uma montagem temporal, ele representa a subjetividade de uma época e pensamento. Portanto, o historiador necessita confrontar as *chronicas* com outras fontes – não com intuito de atribuir verdade ou mentira aos fatos, mas para facilitar a interpretação, visto que o documento histórico não se constitui sozinho.

Retornei à viagem por meio dos relatos das primeiras *Chronicas* e cartas do grupo que se dirigiu a Pernambuco, além de um pequeno recorte de impressos do *Diário de Pernambuco*⁴⁵, o mais antigo periódico em circulação da América Latina. Por meio dessas fontes, foi possível “(...) averiguar, conhecer e se aproximar de distintos olhares e percepções, subjetividades e tendências, perspectivas e sensibilidades que entremostam, escondem, compartilham e elucidam diferentes pontos de vista e de entendimento” (Pimenta, 2017, p. 344).

Ao folhear as primeiras páginas amareladas e quase apagadas do I livro de *chronicas* e manusear as cartas dos religiosos que chegaram em Pernambuco, é possível notar que a chegada dos Barnabitas acompanhados do bispo de Olinda, Dom Luiz Raimundo da Silva Brito, responsável por negociar com os superiores de Paris e Roma a vinda dos religiosos para a sua diocese, foi um momento solene.

Apesar da “dissolução matrimonial” entre Igreja e Estado, ocorrida com o fim do padroado, parece que Dom Brito gozava de um excelente prestígio entre as autoridades públicas. Além de milhares de fiéis que o aguardavam ansiosamente no porto de Recife, sua recepção soleníssima contou com a assistência de autoridades civis, como o próprio Governador do Estado, Antônio Gonçalves Ferreira, membro do Partido Republicano (PR) que exerceu várias funções na política no estado de Pernambuco, de autoridades militares, magistrados e corpo docente. Ao que tudo indica, as populações daquelas paróquias já haviam sido avisadas pelos jornais de Recife sobre a chegada do Bispo

⁴⁵Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/DI%C3%81RIO%20DE%20PERNAMBUCO.pdf>. Acesso em: 11/08/2023

juntamente com os religiosos “aos quais publicaram em toda parte os maiores elogios aos Barnabitas, proclamando-os ilustres sábios em Teologia, Filosofia, Física e Química – aludindo ao magistério que vários deles exerciam na Europa” (Mercês, 2003, p. 31).

Após a calorosa recepção no porto, que surpreendia os religiosos pela maneira como Dom Brito abençoava e abraçava homens, mulheres e crianças seguindo os costumes e tradições brasileiras, o dia seguiu-se do *Te Deum*, na Igreja do Espírito Santo, hoje demolida, e foi finalizado com um grande banquete no Arcebispado, enquanto no pátio tocavam três bandas de música:

Recepção triunfal esperava pelo Bispo (...) toda a cidade estava de prontidão, chefiada pelo Governador e pelo General: fogos de artifícios, bandas civis e militares, Te Deum que, sozinho, durou uma hora; durante três horas, Sua Excelência abençoou e abraçou homens, mulheres e crianças... à maneira brasileira; depois, um grande almoço no Bispado, grandes recepções. Os nossos quartos foram preparados no Bispado, Sua Excelência nos reteve, fazendo-nos participar de todas as suas recepções e de todas as festas (Chronicas de Pernambuco, 1903, f. 1).

Ao que tudo indica, e como o costume da época, a festa de recepção, que enchera os olhos dos viajantes de satisfação, era sobretudo para Dom Brito, que, eleito bispo em 18 de fevereiro de 1901 (*La Gerarchia Cattolica*, Roma 1902), celebrava naquele instante o seu ingresso na diocese após a sua consagração em Roma e um longo período de viagem pela Europa. É importante ressaltar que, naquela época, não era incomum que os bispos passassem anos fora de suas dioceses e muitas vezes acabassem renunciando sem retornar, como veremos mais adiante o fato ocorrido com Dom Rego Maia, bispo do Pará, que, ausente da diocese desde 1904, nunca mais retornou até sua renúncia em 1906.

Dom Brito, conhecido pela sua habilidade diplomática entre o clero, escreveu em 21 de fevereiro de 1904 ao padre Geral com intuito de informar sobre a chegada dos religiosos e a situação vivida. Aproveitou-se da escrita para implorar a clemência do Superior dos Barnabitas em Roma, de modo a colaborar com o envio de novos padres à sua diocese:

Pernambuco, 21 de fevereiro de 1904. Revmo. Pe. Provincial, desde que chegamos não vos escrevi porque nossos padres o fizeram e deveis saber que eles já estão colocados, no começo receosos, cousa natural, mas depois satisfeitos. *Messis quidem multa, operarii autem pauci* (A messe na verdade é grande, os operários, porém são poucos); por isso venho vos (rogar) *ut mittas operarios in vineam* (que mandeis operários para vinha). (APB, Cartella L, Missiones).

Na carta, é possível observar que Dom Brito acreditava que, ao ter um número maior de sacerdotes, seria possível manter a vida religiosa em pequenas comunidades,

permitindo que os religiosos se reunissem periodicamente e não desanimassem da missão, pois um dos aspectos mais importantes para os religiosos, diferentemente dos padres diocesanos (seculares), é a vida em comunidade. Dom Brito, conhecedor dos trabalhos realizados pelos Barnabitas na Europa, e, partindo do contexto das grandes transformações em curso no Brasil com o fim do padroado e a busca pela romanização (Neves, 2006), acreditava que, com o envio de novos religiosos, os Barnabitas pudessem colaborar com a organização da sua diocese:

Se tivermos um número dobrado de súditos, eles poderão manter a vida religiosa em pequenas comunidades. E de tempos em tempos reunir-se para fortalecer o espírito. Enviai, pois, meu Pe. Revmo., outros Padres e os Barnabitas farão na minha diocese um grande bem. Esteja Deus convosco e rezai por nós. Aceitai as afetuosas expressões do respeito e gratidão do Vosso em Jesus Cristo servo e irmão, + Luiz Bispo de Olinda” (APB, Cartella L, Missiones)

Viajar exige preparação, organização, condições econômicas. A ligeireza com a qual os viajantes tiveram que deixar o território francês não permitiu um projeto de preparação melhor elaborado, especialmente com estudo prévio da língua, que acaba sendo um empecilho inicial, seja para o viajante, na condição de estrangeiro, quanto para o povo local. Com o intuito de terem uma melhor adaptação à realidade e à língua, os religiosos se estabeleceram provisoriamente no palácio episcopal, conforme contrato de Paris e, após quinze dias, a comunidade retirou-se no Colégio de Olinda, que tinha por reitor o Monsenhor Fabricio Pereira de Araújo, “onde cada qual dos nossos logo se pôs a aprender corretamente o Português” (AGR, Actta Collegiorum, 25, f. 699 v).

Embora sem o conhecimento prévio do território, os religiosos pretendiam seguir o acordado no contrato selado em Paris, no qual o bispo lhes ofereceria seis meses de hospedagem para depois seguirem para missão. Ao que tudo indica, já no barco, Dom Brito havia assinalado a necessidade de que ela fosse iniciada o quanto antes, provavelmente porque se aproximavam as festas de Natal e seria importante que as comunidades fossem atendidas assim que possível. Ao presenciarem *in loco* a dimensão da missão, ainda que os religiosos tivessem grande conhecimento geográfico, tendo em vista a formação que haviam recebido, somente pela indicação do mapa, não foram capazes de mensurar a extensão do território a eles destinado. Nessa ocasião, o padre Richard escrevia aos superiores de Roma dizendo: “Não há Bispo na França que possua Bispado tão vasto quanto as quatro paróquias que sou vigário” (ARG, Cartella L, Missiones - carta do Pe. Richard de 19-2-1904).

Segui folheando papéis. Em cada documento, foi possível perceber o espanto dos religiosos com a realidade. Em carta de 28 de dezembro de 1903 do padre Phalemin, publicada no *Messenger de Saint Paul*, uma revista de circulação interna da congregação, guardada no arquivo da província brasileira, é possível observar como o religioso segue descrevendo a forma calorosa e caricata com a qual foram recebidos pelas autoridades da cidade de Cabrobó, além de indicar que grande parte da viagem foi realizada de barco e cavalo:

Finalmente chegamos a Cabrobó. Passamos o Rio São Francisco em barco. Mais de cem cavaleiros nos esperavam na margem oposta. Lançam bombas em todas as direções. Abraçam-nos: a moda brasileira. Fornecem-nos cavalos muito melhores do que aqueles que trazíamos e partimos. Jamais vi espetáculo igual: uma verdadeira corrida desenfreada! Eu escancarava os olhos como se fossem portas. Cavaleiro ria como louco, metia as esporas. Alguns gritam para animar os cavalos, que pouco necessitam disto... Antes de entrar na cidade, os Padres se reuniram todos na frente e, conduzidos pelo chefe da cidade, coronel da guarda nacional, fazíamos nossa entrada realmente triunfal, a trote ligeiro. Ali, fogos de artifícios incontáveis, portas de folhagem sob as quais tínhamos que passar. Já víamos apontar os dois campanários de Cabrobó, ouvíamos o bimbalar dos sinos... O presbitério, bela casa de paredes de majólica, estava cheio, ocupado, repleto de pessoas de todo sexo, idade e condição, que nos lançavam sobre o crânio ramalhetes e confetes. (APB Cartella L, *Missiones...*, Carta do Pe. Phalemin de 28-12-1903; *Messenger de Saint Paul*, XVII, 1904, p. 168)

Após a festividade de boas-vindas, os diferentes aspectos da vida no Sertão saltavam à vista dos recém-chegados. Por meio dos relatos, dão destaques à dinâmica violenta que se instalava na região, onde o poder político, centrava-se na figura dos coronéis, dos militares e dos cangaceiros que subvertiam a ordem de poder imposta, estabelecendo um tipo de guerra nômade (Ribeiro, 2021). Em carta, o padre Richard, responsável pela missão, descreveu os coronéis como senhores abastados, muitas vezes grandes latifundiários, que exerciam sua autoridade por meio da força física ou moral, mantendo a população ora ignorante em estado de dependência.

É importante destacar que, segundo Nascimento Junior (2023), no século XIX, o sertão pernambucano desenvolveu interações econômicas e culturais no litoral, na Zona da Mata e em outras áreas alcançadas pelo rio São Francisco. Contudo, devido à distância do litoral e a dificuldade de transporte terrestre, a sociedade do sertão pernambucano desenvolveu algumas peculiaridades no século XX, como alto grau de impunidade para homicídios, analfabetismo e escravidão, formas de trabalho forçado baseada na reprodução escravocrata. Nesse contexto, onde a justiça é inexistente ou aplicada de maneira arbitrária, o padre Richard, aparentemente banhado de “uma postura do civilizado diante do povo atrasado” (Leite, 1997, p. 10), descreve seus paroquianos como

peessoas “selvagens”, mesmo possuindo aspectos civilizados, que lutavam contra as adversidades naturais para garantirem sua sobrevivência diante daqueles (cangaceiros) que se impunham como autoridade máxima diante do povo.

Os nossos bons paroquianos são uns selvagens com aspecto e costume de civilizados: matam-se como lebres nos bosques. Todo sertão está cheio de indivíduos denominados cangaceiros: são os bravi da Córsega. A todo momento há homicídios: ouve-se falar apenas de gente correndo atrás da floresta para caçar o homem. Somente o Padre é um ente sagrado... (ARG, Cartella L, Misiones... carta do Pe. Richard de 19-2-1904)

O cangaço, enquanto fenômeno social, ganhou diversos tipos de representações na história e na literatura. Seus membros (homens e mulheres) ora eram vistos como heróis oriundos de um grupo social subalterno, ora eram tratados como bandidos sanguinários que usavam práticas extremamente violentas. Desse modo, os religiosos viam-se em meio a um grande conflito econômico e social. Para eles, o modo em que as comunidades se organizavam lhes causava estranheza, mas acreditavam que não existia outra forma de sobreviver a não ser aquele.

Assim Euclides da Cunha relatou em seu livro *Os Sertões*, publicado no Rio de Janeiro em 1902, um ano antes da chegada dos religiosos, informações e denúncias sobre a realidade sertaneja que contribuíram para reflexão e compreensão da história e da cultura do Brasil:

É uma paragem impressionadora. As condições estruturais da terra lá se vincularam à violência máxima dos agentes exteriores para o desenho de relevos estupendos. O regime torrencial dos climas excessivos, sobrevindo, de súbito, depois das insolações demoradas, e embatendo naqueles pendores, expôs há muito, arrebatando-lhes para longe todos os elementos degradados, as séries mais antigas daqueles últimos rebentos das montanhas: todas as variedades cristalinas, e os quartzitos ásperos, e as filadas e calcários, revezando-se ou entrelaçando-se, repontando duramente a cada passo, mal cobertos por uma flora tolhiça — dispondo-se em cenários em que ressalta, predominante, o aspecto atormentado das paisagens. Porque o que estas denunciam — no entorroadado do chão, no desmantelo dos cerros quase desnudos, no contorcido dos leitos secos dos ribeirões efêmeros, no constricto das gargantas e no quase convulsivo de uma flora decídua embaralhada em esgalhos — é de algum modo o martírio da terra, brutalmente golpeada pelos elementos variáveis, distribuídos por todas as modalidades climáticas. De um lado a extrema secura dos ares, no estio, facilitando pela irradiação noturna a perda instantânea do calor absorvido pelas rochas expostas às soalheiras, impõe-lhes a alternativa de alturas e quedas termométricas repentinas; e daí um jogar de dilatações e contrações que as disjunge, abrindo-as segundo os planos de menor resistência. De outro, as chuvas que fecham, de improviso, os ciclos adurentes das secas, precipitam estas reações demoradas. (Cunha, 1902, p. 8)

As descrições relatadas pelos religiosos, embora não sejam tão abundantes, permitem um estudo detalhado da realidade daquela região em tal época. Os representantes da missão barnabítica em Pernambuco, por meio da escrita, parecem denunciar a maneira como as comunidades se organizavam e viviam. Eram sujeitos que sobreviviam em condições extremas, a começar pelo relevo e características climáticas da região, e que foram forjados em uma sociedade que refletia afetividade, como fica nítido na forma que os religiosos foram recebidos, mas, também, expressava violência e brutalidade, condições que contribuíram para que a missão na região ocorresse em um curto período como será interpretado adiante:

O sertão (..) é uma região de fronteira entre climas, entre homens, entre tradições, entre a colonização portuguesa e a holandesa, entre o sistema de trabalho escravo organizado e os quilombos, entre o sistema de trabalho indígena compulsório e a forma nativa de uma economia coletora (Ferraz, Barbosa, 2015, p. 264-265).

Ao analisar o conjunto de fontes encontradas, o pensamento de Leite (1997) permite inferir que muitas das dificuldades encontradas no relacionamento com o povo surgiram da habilidade diferente dos viajantes em se desvencilharem de sua cultura de origem a fim de observar e repensar a população que estavam visitando. Porém, no relatório enviado pelo bispo ao padre Geral, é possível observar que, em menos de um ano, em vista da generosidade com que os Barnabitas se dispuseram a servir o povo sem poupar fadigas e sem se importar com as distâncias a serem percorridas, nasceu prontamente entre os religiosos e o povo um afeto recíproco, provavelmente reflexo da entrega realizada pelos religiosos durante a missão. Segundo Mercês (2003), o único fato que o povo não conseguia compreender era o fato de o Irmão usar batina e não pudesse rezar a missa, batizar, celebrar o matrimônio e tampouco confessar.

Percorrendo os arquivos na busca de complementar a história da atuação dos religiosos no sertão pernambucano, com auxílio do arquivista de Roma, o padre Rodrigo Nillo, recebi por e-mail cópia do trecho da *Brevis história* apresentada ao Capítulo Geral de 1907 que resume os aspectos mais importante daquele período trabalhoso. Ao folheá-lo, observei que, ainda que as missões estivessem a dar bons frutos e o povo, como na aldeia de Flores, estivessem encantados com os padres – especialmente pelo fato de o Pe. Phalempin ter cantado em um missa dominical *Ave Maria de Gounod*, e, segundo Dom Brito, “naquele mísero mundo, tal música deu-lhes a aparência de sopro vital” – a ausência de vida comunitária, como mencionada no início do capítulo, causada pelas distâncias, desanimava os religiosos a continuarem com a missão.

O relatório me permitiu observar que, embora os religiosos tivessem iniciado a missão com poucos recursos materiais, eles conseguiram se sustentar durante os 15 meses pagando todas as despesas e, quando se dirigiram definitivamente para Belém, possuíam em caixa uma média de 9.786 libras:

Se considerarmos o ponto de vista material, a nossa Comunidade, pobre no começo - de fato (...) quando parti da França eu não possuía mais de 1.503 libras viveu sem endividar-se e pagou sem ajuda alheia as despesas para dirigir-se ao Pará (as quais chegaram pelo menos a 2.000 libras). Até chegar a Belém ainda havia na caixa 9.786 libras, que depois o R.Pe. Provincial pediu para si, visto encontrar-se na iminência de fundar uma nova comunidade. (ARG - *Brevis história*, s/d. 1907).

Ao ler o breve relatório sobre a missão no sertão pernambucano, muitos são os aspectos que me saltam aos olhos. Ao examinar o aspecto espiritual, não se pode negar a assistência realizada pelos religiosos aos habitantes locais, que foram fortalecidos com utensílios, paramentos, toalhas e a construção de um grande cemitério em Salgueiro. Assim como Euclides da Cunha (1902), os religiosos também descrevem o modo como o povo vivia miseravelmente abandonado em tudo o que se relacionava às suas vidas, tanto pelas condições políticas, como climáticas: “Memoráveis foram pela seca: apenas três vezes vimos cair a água do céu. Ao partirmos, já haviam transcorrido 250 dias sem chuva” (ARG - *Brevis história*, s/d. 1907). E, por fim, descrevem as longas viagens que faziam a cavalo, debaixo de sol escaldante, percorrendo grandes distâncias:

Apesar disto, visto que tal era o compromisso aceito na vinha do Senhor, amiúde os Padres faziam longas viagens a cavalo sob o sol escaldante, percorrendo léguas e léguas através de florestas desertas. Frequentemente, ao encontrar uma casa, dificilmente lá achavam um pouco de alimento são e água. Quase sem descanso, os Padres eram chamados pelos habitantes, dispersos aqui e ali, a fim de que administrassem os Sacramentos a algum doente. Então, deviam percorrer 25, 30 e, até, 40 léguas! Para que se compreenda corretamente o gênero de vida que levávamos em tais paragens, bastar informar que o Pe. Di Giorgio percorreu a cavalo cerca de 1.200 léguas e o Pe. Superior umas 900. (ARG - *Brevis história*, s/d. 1907).

Apesar das dificuldades narradas e das esperanças despertadas pela colheita da missão, os religiosos deixam escapar que tiveram que se retirar. O relatório transmite uma mistura de realizações e dificuldades mostrando o compromisso e dedicação dos padres em realizar sua missão, mesmo sob as circunstâncias adversas. Sendo assim, o cronista encerra o livro de Ata: *Ainsi finit l’histoire de la fondation de Pernambuco*.

CAPÍTULO 3: NO NORTE DO BRASIL: ATUAÇÃO DOS BARNABITAS NA FORMAÇÃO DO CLERO DE BELÉM

Desembarcamos no dia 19 de agosto. Sua Excelência nos havia esperado durante dois dias. Mas, como o navio se havia atrasado, o médico não lhe permitiu que se demorasse mais na cidade. Por ordem sua, os irmãos Maristas foram buscar-nos na chalupa do diretor do porto e nos levaram para o antigo convento dos Carmelitas, onde moram. Este convento serviu de Seminário durante vários anos e ainda lhe conserva o nome... A transpiração contínua é debilitante, mas também isso tem o seu lado bom. As pessoas um pouco fracas resistem melhor no começo e depois de algum tempo são readquiridas as forças, segundo parece. Os Irmãos nos receberam do melhor modo possível. Fizeram realmente tudo o que podiam, privando-se, até, de suas camas e de seus moas, permite-nos horrível são estes mosquitos! A chuva, ao cair todas as tardes entre 4 e 6 horas, permite-nos respirar à vontade, mas nos presenteia com inumeráveis gerações daqueles horríveis insetos.

APB, Cartella L, Misiones, carta de 2 de setembro de 1903.

Ao explorar o arquivo de Belém, deparei-me com o primeiro relatório de viagem que os religiosos enviaram ao Padre Geral e sua consulta em Roma, logo após desembarcarem em solo paraense. Ainda que o arquivo esteja em fase de organização, devido à troca de espaço e à chegada de novos documentos, e que a arquivista tenha catalogado provisoriamente o documento em epígrafe como carta, tomo e interpreto a escrita, embora apresente traços íntimos e menos formais do que a redigida pelos religiosos, como relatório nesta análise. Tendo os religiosos a obrigação de relatar e comunicar à casa geral os pontos mais relevantes da missão, ao descreverem no momento

do desembarque as situações vividas e observadas por eles naquele curto período, acabam por cumprir essa função. No entanto, esses relatos, embora feitos para cumprir suas obrigações, conforme observado por Mignot e Silva (2011), no artigo *Tão Longe, Tão Perto: Escrita de Si em Relatórios de Viagens*, “fogem dos padrões de neutralidade e objetividade que predominam em documentos produzidos com a finalidade de prestar contas” (Mignot; Silva, 2011, p. 447).

Antes de adentrar na documentação em si e narrar as atividades realizadas por esses religiosos em terra paraense, marcadas pelas visões e emoções dos viajantes, em um ambiente de disputa de poder religioso entre o clero diocesano e os religiosos, e destacar a atuação dos Barnabitas na formação do Clero de Belém, é importante dizer ao leitor que os arquivos nos quais navego, durante esta pesquisa, desempenham um papel fundamental na preservação e no estudo da história, pois neles são guardados documentos e materiais que podem fornecer elementos importantes sobre eventos passados e sobre a vida das pessoas que viveram em tais períodos. Por isso, segundo Brothman (2018), o conceito de *ordem*⁴⁶ dentro do estudo da arquivística é um dos temas que interessa muitos historiadores, pois:

Os arquivos estão sempre sendo desafiados a impor ordem ao espaço que ocupam. Essa ordem pode ser espaço físico suficiente para abrigar fitas de computadores, filmes, mapas, fotografias e arquivos textuais. Ou pode referir-se a uma ordem intelectual subjacente em que os documentos sejam dispostos de acordo com certos princípios metodológicos profissionais. (Brothman, 2018, p. 87)

Como o arquivo de Belém está em fase de reorganização, é possível que nesse tempo haja alterações desde a ordem dos materiais e até na própria disposição intelectual em relação à seleção e à catalogação. Essa *ordem* sugerida por Brothman (2018) contribui para aprimorar a organização do arquivo, tornando-o mais eficiente e facilitando o acesso às informações nele contidas. É um processo que busca garantir que os documentos estejam dispostos de forma lógica, coerente, de modo a otimizar a pesquisa e o uso das informações.

Retorno às primeiras linhas da epígrafe que abre o capítulo. Por meio delas é possível notar que o relato dos religiosos se inicia com o verbo “desembarcar”, conjugado no pretérito perfeito do indicativo “desembarcamos”, referindo-se à terceira pessoa do

⁴⁶ “Ordem significa estarem as coisas em seu devido lugar. A noção de um lugar apropriado para distribuição de artefatos no espaço é um construto mental. Para cada sociedade, comunidade ou cultura, um objeto colocado em determinada posição pode ser um exemplo de ordem ou desordem” (Brotman, 2018, p. 67).

plural e, portanto, escrito de modo impessoal, indicando já no primeiro momento que as viagens eram realizadas em conjunto. Esse movimento de viajar sempre acompanhado se dá tanto nas congregações como nas ordens religiosas, baseado em práticas evangélicas já que “Jesus chamou os doze e começou a enviá-los dois a dois” (Marcos 6, 7). Portanto, somente em casos excepcionais – como morte, perseguição ou alguma urgência pastoral – poderiam viajar a sós.

Fazendo um exercício de comparação, observei que, diferentemente do grupo que viajou a Pernambuco, os religiosos que se dirigiram a Belém não viajaram acompanhados do bispo. Segundo relatos, devido ao atraso do navio, ele os aguardou por cerca de dois dias. Tampouco viajaram acompanhados de alguma autoridade eclesial e política, o que me levou a supor que este fosse o motivo das condições de viagem encontradas pelos religiosos no navio durante a travessia terem sido menos favoráveis do que as do outro grupo. Diante desses fatos, sou assaltado por alguns questionamentos: tendo o bispo requerido com tanta pressa a presença dos religiosos, por que não viajou para encontrá-los na França? E, não tendo viajado, por que não os esperou no porto de Belém?

Na escrita, os religiosos deixam escapar que o bispo, provavelmente, não se encontrava bem de saúde naquele instante. Por isso, devido ao atraso do navio, o médico não permitiu que ele demorasse muito na cidade. Impossibilitado de acolher os religiosos e ausente da cidade para recepção e sistematização inicial dos Barnabitas, deixou a cargo dos Irmãos Maristas, de origem francesa, que a seu convite haviam se instalado na diocese de Belém no dia 12 de abril do mesmo ano⁴⁷, a missão de acolhê-los.

Figura 09: A igreja e o Largo do Carmo no século XIX – retratado pelo italiano Righini



Fonte: Acervo do Centro de Memória Amazônia

⁴⁷ “No dia 12 de abril de 1903, chegaram a Belém (PA) os primeiros Irmãos Maristas vindos da antiga Província Marista de Aubenas – na região do sul da França – a convite do bispo Dom Francisco do Rego Maia. Instalaram-se no Convento do Carmo e assumiram a direção do colégio ali existente. Eram quatro os Irmãos: Louis Auxent, Aldérad, Claude-Régis e Paul-Dominique.” Disponível em: <https://marista.edu.br/vidamarista/?p=3153>. Acesso em: 10/04/2024.

Seguindo as orientações do bispo ausente, os Maristas conduziram os religiosos até o antigo Convento do Carmo (Figura 09). Sendo um lugar importante para a história religiosa de Belém, o convento estava praticamente em ruínas pelas dificuldades financeiras enfrentadas ou até mesmo por ter sido alvo de saques e perdas, como descreveram os religiosos em relatório enviado à Cúria Romana:

A igreja e o convento eram grandes, mas despojados: haviam perdido a antiga abundância de móveis e de recursos. O ódio contra as ordens religiosas passou também por esta antiga colônia lusitana. As comunidades que conservavam o espírito religioso foram expulsas ou submetidas a grandes vexames. As outras foram deixadas em sua triste situação (ARG, Acta Collegiorum, 25, f. 689 v, s/d).

Desde a chegada em Belém, há seis meses, os Maristas ocupavam o Convento do Carmo como moradia, e os Barnabitas tornaram-se seus hóspedes. Aparentemente, nem os Barnabitas e tão pouco os Maristas, ao empreenderem a viagem ao Velho Mundo, haviam levado em consideração o clima equatorial da região com suas altas temperaturas, baixa amplitude térmica, elevada umidade do ar e suas consequências, como a malária e a febre amarela, que mais tarde se fizeram sentir em acontecimentos sobrevindos em série, como aconteceu com dois jovens Barnabitas vítimas das enfermidades: o padre Maurice (falecido em 22 de agosto de 1905) e o padre Eduardo Meda (falecido em 12 de maio de 1906), que, com tão pouca idade e tempo de missão, partiram ao “Encontro do Senhor”.

Os registros encontrados nos arquivos de Belém e do Rio de Janeiro permitem observar que a estadia no convento se deu por um curto período. No fim de outubro do ano de 1903, devido a uma epidemia de febre amarela⁴⁸ – que já se encontrava em fase de enfrentamento no Rio de Janeiro, graças ao serviço de profilaxia criado em abril de 1903 pelo médico sanitarista Oswaldo Cruz, mas ainda assolava a região - o convento do Carmo, onde residiam, precisou ser interditado pela saúde pública, e os religiosos tiveram que ser transferidos para a residência do bispo, o palácio episcopal.

Sobre este episódio, as *chronicas* de Belém revelam que a preocupação com as enfermidades aumentou num episódio em que “quando assistia um dos irmãos, o Pe. Charvy adoeceu e sua febre oscilava entre 38 e 40 graus” (APB – I Livro de *Chronicas*

⁴⁸ “Entre as medidas de vigilância, instituiu-se a notificação imediata de caso suspeito com a adoção de medidas repressivas enérgicas para os que ocultassem doentes. A febre amarela foi a primeira doença de notificação obrigatória no Brasil. A vigilância sanitária foi aplicada no sentido literal de fiscalização, mediante a organização dos serviços de saúde com a indicação de hospital de referência para o atendimento dos doentes, elaboração de boletins estatísticos e a supervisão das atividades realizadas casa a casa.” (Costa, Romano, Elkhoury, Flannery, 2011, p.13).

de Belém). Com as imprecisões naquele instante, e embora não houvesse uma definição explícita de caso suspeito de febre amarela, Mercês (2003) aponta que o padre foi tratado como se a tivesse. Ao invés, descobriu-se mais tarde que se tratava de pneumonia e, por motivo de complicações, precisou ser hospitalizado, agravando-se ao ponto de o superior, padre Richert, temer por sua vida.

Apesar de o superior ser considerado um homem jovem, mas firme em suas decisões, e de forte temperamento, em carta dirigida ao Pe. Geral, o Pe. Richert deixa escapar, além das preocupações, traços de suas fraquezas e fragilidades, mas, ao mesmo tempo, demonstra tratar-se de um homem confiante e temente a Deus.

Quando o vejo (o Irmão) chegar a 39 graus e ao considerar-me só, sem socorro, com grande possibilidade de febre amarela, diante do enfermo deitado em rede diminuta, confesso que princípio a perder a cabeça, ajoelho-me escondendo as lágrimas. Uma atmosfera escaldante irradia-se do leito do doente, em todos os sentidos. É um dos sinais característicos; indubitavelmente, é a febre amarela. Então, no meio de minha angústia, lembro-me que a Congregação festeja hoje uma das solenidades patronais da nossa Ordem: Nossa Senhora da Providência. Firmemente confiante no êxito, digo à Virgem ser impossível que neste dia, em que os Barnabitas A invocam com amor tão filial, Ela envie tão terrível castigo sobre nós, que nos dedicamos a correr tão longe, a fim de pregar os seus louvores”. Às 6 horas mando carta urgente à Senhora Mac Dowell, que já nos havia dado várias demonstrações da sua grande bondade. Uma meia hora depois, vi aparecer uma enfermeira com todo o necessário, em seguida os médicos, por fim o Sr. Mac Dowell, que me persuadiu a mandar o doente pelo vapor das 11 horas para a Santa Casa" (AGR, *Epistolário Fioretti*, 152, II, carta do Pe. Richert de 18-11-1903).

Dada a situação imprevista e sendo o Palácio Episcopal pequeno para acolher o número de religiosos, com auxílio de colaboradores, pe. Richert (superior) opta por transferir seus religiosos para a aldeia de Pinheiro, estação Balneária de Belém, onde poderiam fugir do caos, além de colaborar com a assistência pastoral nas paróquias que viviam sem a presença religiosa e, segundo Oliveira e Pinto (2017), se via invadida pelos protestantes que pouco a pouco se instalavam na grande Belém e seus arredores. De acordo com Oliveira e Pinto (2012):

O protestantismo que se consolidava na Amazônia é de origem missionária e conversionista. Os primeiros missionários protestantes que fizeram parte do projeto de propaganda protestante na Amazônia prepararam as bases para o estabelecimento das primeiras igrejas evangélicas na região (p. 106).

Segundo Kossoy (2020), ao examinarmos cuidadosamente as fontes históricas como “crônicas, relatos de viagens, biografias, obras, histórias em geral de autores contemporâneos aos fatos históricos” (Kossoy, 2020, p. 73), podemos encontrar informações importantes que nos ajudam a compreender ou até mesmo supor algo acerca

do contexto histórico de forma mais precisa e abrangente. Elas fornecem *insights* valiosos “a respeito dos costumes e tradições de uma época” (Kossoy, 2020, p. 73), permitindo uma análise mais ampla e fundamentada dos eventos históricos.

Voltando o olhar para a documentação e especialmente para a situação de saúde enfrentada naquele instante, encontrei no arquivo do Rio de Janeiro trechos da carta que o padre Richert provavelmente enviou ao Padre Geral relatando outra situação vivida pelos seus confrades: “o pe. Vanbecelaere, tendo sido ferroadado ou mordido por um peixe nocivo, apanhou erisipela no pé. Após ter sido tratado pelas irmãs durante dez dias, voltou para casa”. E prossegue: “o pe. Charvy, que esteve moribundo, felizmente, acha-se fora de perigo”.

As cartas, preservadas com tanto cuidado e às vezes esquecidas e perdidas com o tempo, podem aguardar ricos vestígios, hábitos e práticas. Elas “[...] permitem compreender itinerários pessoais e profissionais de formação, seguir tramas de afinidades eletivas e penetrar em intimidades alheias” (Mignot, 2002, p. 115). Guardadas e quase esquecidas em uma pasta não catalogada, mas dentro do arquivo do Rio de Janeiro, estava um conjunto de cartas trocadas entre o pe. Richert, superior da missão do Pará, e o pe. Richart, superior da missão no Pernambuco e recém-eleito representante do padre geral para a missão do Brasil.

Mediante as trocas de cartas, é possível observar que devido à situação de saúde em que se encontravam, os religiosos no Pará estavam com vidas por um fio. O padre Richart propôs que os religiosos deixassem a missão e se unissem a ele no Sertão pernambucano, pois acreditava que, se os religiosos continuassem no Pará, estariam condenados a morrer dentro de pouco tempo. Além disso, o contrato celebrado entre os padres e o bispo previa a possibilidade de deixarem a missão mediante questões ligadas à saúde sem prejuízo para nenhuma das partes. O padre Richert acreditava que “as doenças vão deixar os padres enfraquecidos e sujeitos a receber os germes de todas as enfermidades: ficareis inutilizados” (APB – *Cartella Missiones*, f. 2).

Outro aspecto possível de observar nas correspondências trocadas entre os dois superiores do Brasil é que, assim como “cartas movem-se entre presença e ausência, ao mesmo tempo em que à distância mantêm vínculos” (Bastos; Cunha, Mignot, 2002, p. 5), as correspondências procuravam de certo modo ser, para os religiosos distantes de sua pátria e de seus superiores maiores, auxílio nas dificuldades e um conforto mediante as tomadas de decisões, como descreve o pe. Richard ao pe. Richert: “Estamos distantes de nossos superiores maiores (...) infelizmente bem difícil consultá-los e esperar a decisão

deles. Meu parecer é que, em tal necessidade, nossos superiores hão de aprovar vossa decisão e não podem deixar de aprová-la”.

Em uma análise sobre as cartas, é possível observar que, mediante a situação que se agravava, cogitou-se que o grupo do Pará se unisse ao grupo de Pernambuco, que naquele momento desempenhava uma excelente missão pelo Sertão e gozava de plena liberdade com o bispo. Outra hipótese seria a de retomar as tratativas iniciadas com o bispo de Petrópolis. Por fim, ainda que as cartas nada digam da decisão, é possível observar que os religiosos, mesmo considerando que o Pará fosse um lugar insalubre, decidiram por continuar firme na missão. Fato esse corroborado em carta do pe. Richard ao expressar sua solidariedade para com aqueles religiosos: “Acrescento que, se mantiverdes a missão do Pará e necessitares de mim, prontifico-me a partir ao primeiro aviso”. (APB, Epistolario Pe. Richard, s/d, 1904).

Sobre Belém, a cidade que se toraria mais adiante o berço dos Barnabitas no Norte do Brasil, é importante destacar que, da segunda metade do século XIX às primeiras décadas do século XX – no cenário da chamada *Belle Époque*, que fazia alusão à influência francesa da época com o crescimento econômico impulsionado pela extração de látex –, a cidade atraiu grande número de imigrantes⁴⁹ para seu porto em busca de melhores condições de vida e trabalho, assim como aconteceu com Manaus.

Mercês (2003) destaca que o porto de Belém, aberto internamente e perante o vasto oceano, tornou-se o centro da economia regional e a fonte da vida da cidade, pois este “era o entreposto e o escoadouro dos produtos da Amazônia brasileira, peruana e boliviana” (p. 37). Era o centro não somente de algumas companhias fluviais e costaneiras, mas também de numerosas linhas regulares norte-americanas e europeias.

Por seu turno, Silva (2019) discorre que, a partir da segunda metade do século XIX, com a exploração da borracha, a estagnação econômica do Pará começou a ser modificada, mas a economia da borracha na Amazônia não enriqueceu a região. A mais-valia gerada estava localizada nas duas extremidades do mundo. No entanto, o sistema fluvial de Belém, e depois o de Manaus – duas cidades que foram sedes de empresas exportadoras com ligações à Europa e aos Estados Unidos –, se desenvolveu, e é possível

⁴⁹ Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em 1920 os italianos constituíam numericamente a terceira maior nacionalidade europeia nos estados do Pará e Amazonas, depois dos portugueses e espanhóis. Destarte, considerar a presença desses grupos na Amazônia desde o final do século XIX até as primeiras décadas do século XX significa situar esse grupo de pessoas dentro das correntes migratórias que influíram para a região ao longo do período, cuja principal motivação foi a busca de riquezas a partir da extração da borracha (Alencar, 2017).

considerar que essas relações comerciais se tornaram o embrião para o desenvolvimento de estruturas de viagens e alojamento, que seriam benéficas para a indústria do turismo em Belém, incluindo o turismo internacional, de modo que, a partir de 1872, o Rio Amazonas, aberto ao exterior, fez Belém passar a ser ligada ao porto britânico de Liverpool por meio de duas rotas transatlânticas e 31 navios a vapor, com 350 travessias entre Belém e Liverpool todos os anos.

No início do ano de 2024, enquanto viajava pelo Pará para participar de uma reunião comunitária entre os religiosos Barnabitas do Brasil, fui movido pela curiosidade a procurar na Catedral de Belém os livros de toambo⁵⁰ que trouxessem informações sobre o estado de saúde de Dom Maia. Com auxílio do Vigário Geral da Arquidiocese de Belém, que prontamente atendeu ao meu pedido, tive imediato acesso ao Livro *de Tombo III (1898 – 1906)* que se encontra no arquivo da Catedral Metropolitana de Belém de Nossa Senhora da Graça.

Ainda que o livro não revelasse grandes informações sobre o motivo de o bispo ter se ausentado dos seus trabalhos naquele instante, na linha 18 da página 87, se lê: “infelizmente tivemos que suspender nossas reuniões, pois nosso bispo se encontra longe da cidade para tratar de suas enfermidades”. Além da informação de que o bispo se encontrava doente, na carta em que o pe. Richert enviou ao Superior Geral, ele menciona que “dois dias após nossa chegada, o Vigário Geral conduziu-nos ao Asilo governamental, dirigido pelas freiras italianas, no qual descansa o Bispo” (APB, *Cartella L, Missiones...*, carta do Pe. Richert de 2-9-1903). Mediante essas informações, verifiquei que o asilo onde o bispo se encontrava era uma casa do governo administrada pela Congregação das Filhas de Sant’Ana, de origem italiana como outras congregações femininas que se instalaram no Brasil no final do século XIX e haviam assumido essa frente de missão oferecidas pelo governo, que, necessitado de mão de obra, viu nas

⁵⁰ Os Livros de Tombo são os registros fundamentais que documentam os acontecimentos mais importantes de uma paróquia, igreja, capela e seminários. Por meio dos Livros de Tombo, é possível reconstruir a história e preservar a memória da instituição, além de fornecer valiosos dados para pesquisas acadêmicas. Sobre estes livros, o **Código do Direito Canônico (CDC)** prevê a obrigatoriedade de que cada comunidade o organize: **Can. 491 - § 1.** “**O Bispo diocesano** cuide que os atos e documentos dos arquivos, também das igrejas catedrais, colegiadas, paróquias e outros existentes em seu território, sejam diligentemente conservados e se façam inventários ou catálogos, em duas cópias, uma das quais se conserve no respectivo arquivo e a outra no arquivo diocesano. **§ 2. Cuide também o Bispo diocesano** que haja na diocese o arquivo histórico e que nele os documentos que têm valor histórico sejam diligentemente guardados e ordenados sistematicamente.”

religiosas a possibilidade de oferecer melhor assistência ao povo diante da escassez de profissionais (Neves, 2006).

Na mesma viagem, garimpendo pelo arquivo de Belém e revisitando suas documentações, pude observar que, assim como as notícias estampadas nos jornais de Pernambuco exaltavam as qualidades dos religiosos, aparentemente a fama do grupo que desembarcou em Belém não foi diferente. Dentro da pasta de relatórios, encontrei um pequeno recorte de jornal sem identificação com notícias relacionadas à chegada dos religiosos com o título *Os Sábios Barnabitas em Belém* e a notícia que dizia:

Encontra-se nesta Capital cinco religiosos da Congregação dos Clérigos Regulares de São Paulo (...), quatro Padres – os Reverendos Richert (superior), Lecourieux, Chavry, Vanbecelaere – e um irmão Coadjutor, Vito. Com toda cortesia, o Padre Richert recebeu o nosso representante com maneira digna e lisonjeira, mostrando assim o alto grau da sua aprimorada educação. Inteligente e cortês, o Padre despertou no espírito do nosso intérprete as melhores impressões. (Possivelmente o Jornal *A Província do Pará*)

Mesmo sem identificação, é possível fazer um exercício de comparação para decifrar a origem desse fragmento. Observando a sua materialidade – que, segundo Farge (1989), contém pistas importantes –, é bem provável que o recorte seja do jornal *A Província do Pará*. O estilo das letras, a redação e a diagramação muito parecidas com outras notícias do mesmo jornal da época me permitiram fazer essa suposição.

Diante desses fatos iniciais, é possível observar que a chegada dos religiosos no Norte do país veio carregada de muitos desafios, mas nem por isso foi motivo para que os filhos de Santo Antônio Maria Zaccaria abandonassem a missão. Por isso, convido você, leitor, neste terceiro capítulo, a acompanhar por meio desta narrativa como se deram os conflitos e as negociações dos religiosos em terra paraense, fazendo desse lugar um lugar de missão e próspero de vocação para a Ordem dos Clérigos Regulares de São Paulo – Barnabitas.

3.1. “Não queremos estrangeiros”: disputas na diocese de Belém

Desde o primeiro dia, muitos clérigos vieram procurarnos. Em sinal de benevolência, em nossas entrevistas lembravam os tempos dedicados aos estudos nos seminários ou em São Sulpício, em Paris, ou do Pio Latino-Americano, em Roma.”

I Livro de Chronicas de Belém, f. 3

À primeira vista, a referência “primeiro dia” da epígrafe permite interpretar que, desde sua chegada, os Barnabitas foram procurados e aparentemente bem acolhidos por alguns clérigos da cidade. Visivelmente, se tratava daqueles que tiveram a oportunidade de estar com os religiosos em Paris ou em Roma, período em que estudaram no Colégio Pio Latino-Americano⁵¹, fundado no ano de 1858, pelo Papa Pio IX.

Sobre a criação do colégio, é importante destacar que foi uma resposta às necessidades da Igreja Católica na América Latina. Buscando fortalecer a fé e a disciplina dos clérigos no continente, a Igreja se propunha a formar sacerdotes dentro de uma única eclesiologia, garantindo maior unidade doutrinal e disciplinar na tentativa de reorganizar a Igreja Católica, especialmente após a unificação italiana (Alves, 1979). Essa iniciativa foi uma “tentativa de imposição de um modelo cultural aliado à manutenção de um projeto hegemônico da ortodoxia católica” (Santos, 2011, p. 9). Além disso, contribuiu de maneira significativa para a “profissionalização” e padronização da educação religiosa na busca por identidade e solidariedade entre os clérigos do continente, garantindo uma efetiva atuação pastoral por meio do que autores como Serbin (2008) e Libânio (1984) consideram como a “europeização” do catolicismo brasileiro.

À medida que fui me inserindo pelas instituições de guarda, buscando maiores referências, constatei que a recepção dos Barnabitas por parte do clero não foi de toda calorosa, como inicialmente expressado. Na *Acta Collegiorum*, 24, f. 689, guardada no arquivo de Roma, notei nos relatórios enviados à Cúria Geral pelos religiosos do Brasil que, por mais que a recepção aparentasse ser marcada por “benevolência”, as palavras expressas pelos clérigos locais deixavam transparecer um certo descontentamento com a chegada dos novos religiosos. Por que vieram? Que responsabilidade terão? Questionamentos estes demonstram uma recepção menos entusiástica do que se poderia supor à primeira vista. É importante lembrar que outras ordens religiosas já haviam sofrido hostilização por parte do clero e do povo no final do século XIX, como relatado

⁵¹ “En el año 1825, el P. Jesuita mexicano José Ildefonso Peña fue el primero en manifestar el deseo de fundar en Roma un seminario o colegio para la educación del clero latinoamericano, lamentablemente no logró ver cumplido su objetivo. Un segundo intento de fundar se dio en 1853, cuando el sacerdote mexicano José Villaredo, de la Congregación del Oratorio, elaboró un proyecto, que tampoco llegó a cumplirse. Esta idea se la presentó a Monseñor José Ignacio Víctor Eyzaguirre, chileno, quien la recibió con gran entusiasmo, y al poco tiempo, presentó el proyecto de fundación de un colegio seminario en Roma para jóvenes latinoamericanos al mismo Sumo Pontífice, Pio IX. El Papa Pio IX lo apoya decididamente, dio orden al Cardenal Giacomo Antonelli, Secretario de Estado, que escribiese un documento de recomendación para los obispos del continente. El documento fue fechado el 22 de enero de 1856. El nacimiento del Colegio fue fruto del entusiasmo y empeño de Eyzaguirre y del Papa Pio IX”. Disponível em: <https://piolatino.org/el-collegio/resena-historica/> Acesso 22/05/ 2024.

pelos religiosos em relatório enviado aos Superiores de Roma: “O ódio contra as ordens religiosas passou também por esta antiga colônia lusitana”. (ARG, *Acta Collegiorum*, 25, f. 689 v, s/d).

Segundo Vieira (2016), com a crescente industrialização da região amazônica no final do século XIX — graças ao ciclo da borracha, que alterou por completo a realidade do território, gerando um grande fluxo de estrangeiros, além de comerciantes e da alta burguesia que viajavam para o Brasil favorecidos em parte pela abertura do Rio Amazonas e pela criação de novas rotas marítimas — houve também, como parte do projeto de evangelização e romanização da Igreja Católica, grande invasão de sacerdotes, religiosos e religiosas estrangeiros na região amazônica e principalmente na cidade de Belém.

Estudos de Leonardi (2008), Azzi (1977) e Vieira (2016) corroboram para a ideia de que a vinda massiva de religiosos estrangeiros para o Brasil trouxe consigo uma série de benefícios para além da expansão e consolidação da fé católica na Amazônia. Por suas habilidades, conhecimentos e diplomacia entre as grandes oligarquias, estes missionários contribuíram para o estabelecimento de grandes instituições de assistência social e educacional no país. No entanto, segundo Vieira (2016), é necessário ponderar que além dos benefícios trazidos com a chegada destes missionários houve um forte impacto dessa presença na autonomia e identidade do clero local, que, além dos problemas políticos enfrentados naquele instante, se viram privados de autonomia e poder, uma vez que os estrangeiros acabavam por assumir grandes encargos junto à hierarquia da Igreja Católica.

Para alguns padres, confiar tantas funções a congregações estrangeiras era um atentado ao clero nacional, por desconsiderar que no meio deste houvesse sacerdotes dignos de serem investidos da condição de prelado”. (Vieira, 2016, p.59)

Como mencionado, havia uma tensão subjacente entre o clero nacional e o clero estrangeiro gerado por um sentimento de descontentamento e desvalorização dos padres locais. Confiar tantas funções a estrangeiros era visto como um atentado ao prestígio e à competência dos filhos da terra. Essa situação reflete uma complexa dinâmica de poder e identidade dentro da Igreja, no qual a preferência por congregações estrangeiras poderia ser interpretada como uma falta de reconhecimento das capacidades e do valor dos nativos, pois se acreditava e ainda se predomina no meio religioso a ideia de que o que

vem de Roma é mais puro e verdadeiro⁵². Essa realidade não apenas alimentou sentimentos de injustiça e inferioridade, mas gerou resistência, divisão e embates dentro e fora da própria Igreja Católica, criando em vários momentos da história categorias de clérigos (superiores e inferiores).

Sobre as disputas de espaço e poder entre os nativos (clero secular) e os estrangeiros (clero religioso), Serbin (2008), em seu livro “*Padres, Celibato e Conflito Social – Uma História da Igreja Católica no Brasil*”, considera que “os padres são figuras importantíssimas na história latino-americana e brasileira, mas raramente foram estudados como um grupo” (p. 11). Ao serem estudados como grupo, eles podem nos dar uma visão mais ampla das situações vivenciadas no interior da Igreja Católica e muitas vezes ignorada enquanto único sujeito.

Por meio de um exaustivo trabalho, Serbin (2008) considera que pelo fato de os padres brasileiros terem vivido longe e relativamente livres da autoridade da Igreja Católica Romana acabaram por adotar posturas mundanas, como a simonia (cobrar ou vender coisas espirituais), já combatida pela Igreja em séculos anteriores; o envolvimento com a política; e principalmente a violação do celibato. Perspectiva essa, corroborada por Bourdieu (1987), que, ao analisar a relação entre poder religioso e práticas sociais, sugere que a distância da autoridade central pode levar a uma flexibilização das normas e uma adaptação às realidades locais.

Sobre as situações vivenciadas pelo clero no Pará, o pe. Richard, em carta enviada ao Superior em Roma, destaca que a quebra do voto de castidade era um problema constante na realidade paraense:

Não sei como o bispo poderá resolver. Aqui no Pará é comum que se escute nas desobrigas: vou chamar o filho do padre. No princípio pensei se tratar de uma brincadeira, mas o padre não tem somente filho, ele tem mulheres. (AGR, Epistolário Pe. Richard 16 de janeiro de 1905).

A citação, como parte do relatório do pe. Richard enviado ao Superior Geral em Roma, reflete uma grave e preocupante realidade enfrentada pela Igreja no Pará, onde a indisciplina entre os clérigos era evidente. Uma leitura desatenta pela expressão “filho do padre”, inicialmente percebida como uma piada, revela-se melhor como um comentário

⁵² Ainda que não exista um estudo sistematizado sobre este assunto, durante minha passagem pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e pela Universidade Católica do Chile (UC), foi possível observar no meio acadêmico que os professores formados em Roma aparentemente gozam de mais prestígios do que aqueles formados em grandes universidades latino-americanas, mesmo possuindo pesquisas de grande relevância para o meio teológico.

sobre uma prática aparentemente comum e aceita pela comunidade, indicando que os padres não tinham somente filhos, mas se relacionavam com várias mulheres, evidenciando, além da ruptura com o voto de castidade, a falta de compromisso e unidade com a Igreja de Roma.

As dificuldades enfrentadas pelos religiosos desde a chegada ao Brasil não pararam por aí. Segundo Mercês (2003), o clero de Belém não era numeroso, mas seu temor era compreensível. Aparentemente, o povo também não estava satisfeito com a presença dos estrangeiros. Várias vezes, quando o bispo mencionava que lhes daria a Igreja de Nazaré, os próprios leigos exclamavam: “não precisamos de padres estrangeiros” (*III Livro de Tombo – 1898 – 1906*).

Motivados por si mesmos? Motivado pelo clero local? Não encontrei informações que evidenciam tais questionamentos. Porém, nos arquivos da arquidiocese, novamente encontrei informações que apontam que no princípio do mês de dezembro de 1903 os leigos mais bem instruídos formaram uma comissão e, dirigindo-se ao bispo, solicitaram-lhe que não desse a paróquia de Nazaré a padres estrangeiros para substituir o pároco, filho do Pará. Embora não fosse sua intenção e mesmo desgostoso, tentando evitar conflito entre os religiosos e o povo de Deus, encontrei no arquivo de Roma, na *Acta Collegiorum*, a carta em que o bispo comunicava ao Superior de Roma que durante algum tempo, não poderia confiar a paróquia aos cuidados dos religiosos, mais tarde pensaria no que seria possível fazer a favor.

Essas situações apontam que, mesmo intencionado a oferecer uma melhor ação pastoral em sua diocese, o bispo preferiu manter a harmonia entre os religiosos e a comunidade local, que aparentemente queria que os padres fossem os filhos da terra e não os estrangeiros. A reclamação deles era a de que os estrangeiros queriam, em muitas situações, impor sua cultura de maneira vertical, não respeitando a cultura local, além dos problemas linguísticos enfrentados por muitas comunidades que reclamavam não compreender nada que os padres diziam, pois, mesmo sendo as missas em latim, língua oficial da igreja, os sermões eram feitos em suas próprias línguas.

3.2. Mudança de rotas: Os Barnabitas no seminário de Belém

Na chegada, o R. Pe. Richert foi surpreendido por um pedido totalmente imprevisto. Sua Excelência desejava que lhe enviassem imediatamente dois

Padres e um Irmão para o seu seminário. Respondi telegraficamente que tal me era impossível, visto que, sobretudo, nada está organizado na Bélgica e ignoramos o número de religiosos necessários para abriremos um colégio.

AGR, Epistolário Fioretti, 152, I, carta de 7-10-1903

Ao que tudo indica, pouco tempo após a chegada dos religiosos em Belém, o acordo celebrado entre os Barnabitas e o Bispo do Pará tomava novos rumos. Como ocorria em outras dioceses do Brasil e dos países latino-americanos – que, diante dos desafios enfrentados na formação do clero, solicitavam a presença de congregações e ordens religiosas para assumirem a direção de seus respectivos seminários –, os Barnabitas, que já haviam negado pedidos dos bispos de Sucre (Bolívia) e de São Paulo (Brasil) para assumirem a direção de seus respectivos seminários, como visto no primeiro capítulo, mesmo diante de tantas vantagens materiais oferecidas e da possibilidade de expansão, foram surpreendidos poucos dias após o desembarque em Belém com o pedido urgente e inesperado feito por sua Excelência, Dom Rego Maia.

Por que tanta urgência? Ao analisar cuidadosamente os documentos produzidos pelos viajantes, foi possível observar que Dom Maia, anteriormente, havia oferecido essas obras a outros religiosos, aparentemente Jesuítas e Franciscanos, que, mesmo tendo desenvolvido excelentes trabalhos na região amazônica, foram expulsos e estavam procurando uma maneira para se restabelecer naquele território de missão. No entanto, como estes tardavam a responder à solicitação – e estando o seminário em processo de reorganização devido ao estado de saúde do reitor, à mudança de local e a problemas enfrentados em relação à disciplina e moral dos clérigos –, os Barnabitas, que recém-chegados à diocese que gozavam de prestígio e moral ante a Igreja de Roma, foram vistos pelo bispo como alternativa, porquanto não se podia mais esperar a resposta dos outros religiosos.

Ainda que a epígrafe permita a interpretação de que entregar a reitoria do seminário aos cuidados dos Barnabitas fosse a intenção inicial do bispo antes mesmo de saírem de França, Mercês (2003) sugere que “as primeiras conversas giravam em torno de “possibilidades” e permeadas de “reticências” (p. 38). E um olhar atento pela

documentação demonstra que, por mais que fosse a intenção, nunca se chegou a estabelecer algo concreto.

Examinando atentamente o contrato de Paris e as correspondências trocadas entre os religiosos e sua Eminência, observei que jamais se falou em seminário e sim de uma paróquia ou um conjunto de paróquias, que mais tarde os religiosos descobriria tratar se da Basílica de Nossa Senhora de Nazaré do Desterro⁵³, entregue a eles anos mais tarde depois de muitas negociações. Fazendo um entrecruzamento de fontes e analisando a realidade da igreja brasileira, discutida no primeiro capítulo, considero a proposta do bispo como uma estratégia, pois tendo o clero e o povo insatisfeitos com os padres estrangeiros em seu território, se vendo impossibilitado de entregar de imediato nas mãos dos religiosos a paróquia prometida e estando necessitado de “mão de obra”, ele vislumbrou nos religiosos a única alternativa imediata na tentativa de reorganizar aquilo que é considerado a “menina dos olhos” da igreja, o seminário. Assim, ao mesmo tempo, não permitia que os religiosos voltassem ao Velho Mundo, deixando descoberta a diocese do Pará que, segundo Vieira (2016), carecia de sacerdotes.

Fazendo um exercício de interpretação ainda na busca por entender a pressa e a preocupação do bispo, a insistência para que os religiosos assumissem tal missão pode ser justificada pelo contexto histórico em que a escassez de sacerdotes, a má-formação e a ausência de virtudes do clero nativo, mencionada diversas vezes por Dom Rego Maia em conversa com os religiosos, prejudicava em partes a missão da igreja na região amazônica. A região, como denunciado por alguns bispos e padres após a Proclamação da República, se via invadida pelos protestantes e pelo aumento significativo de manifestações religiosas contrárias à doutrina católica, além de “associações religiosas que não estavam submetidas a hierarquia eclesiástica” (Goudinho, 2014, p. 32), como as irmandades que atuavam de maneira independente. Por isso, era imprescindível formar para evangelizar. E, de preferência, formar a partir do modelo tridentino.

Sobre a importância da formação no seminário, Neves (2006) assinala que ao longo dos séculos a formação do clero no Brasil passou por diversas transformações. Esse processo foi impulsionado de modo especial pela busca da romanização da Igreja Católica iniciada com o Concílio de Trento (1545 – 1663), que pela primeira vez estabelecia

⁵³ A Basílica Santuário de Nazaré, cuja primeira pedra fundamental foi colocada em 24 de outubro de 1909, é uma das joias da arquitetura sacra paraense, que chama a atenção pela riqueza estética dada pelo delineamento de suas formas ou pelos ornamentos e bens integrados simbólicos que a compõem. O templo é o lugar do sagrado, a Casa de Deus e de Nossa Senhora de Nazaré, cuja devoção está no seio cultural dos fiéis que participam do espaço e desenvolvem com ele uma relação de proximidade. (Costa, 2019, p. 18).

diretrizes para a formação do clero em todo mundo utilizando-se do seminário “como instrumento ideológico para fortalecer o centralismo de Roma no Brasil” (Guedes, 2016, p. 1), pois o seminário menor, que no Brasil foi criado somente na metade do século XIX, intencionava, segundo Libânio (1984):

Educar na piedade e na disciplina eclesiástica crianças com idade mínima de 12 anos, nascidas de matrimônio legítimo, que saibam suficientemente ler e escrever, cujo bom natural deem esperança de mais tarde servirem perpetuamente no ministério eclesiástico (p. 56).

Acolher meninos em idade menor permitia a igreja formar sacerdotes em piedade, disciplina e oração, confiando na moldagem de jovens mentes e coração desde cedo para se adequarem aos valores e ensinamentos religiosos “antes de que los viciosos llegasen a dominar por completo la juventud, siempre propensa a los deleites del mundo” (Hernández; Blanco, 2010, p. 101).

O Concílio de Trento trouxe algumas alterações radicais nas orientações da Igreja que se via aparentemente fechada em si mesma, focada em seus problemas internos e sobretudo na ameaça das dissidências protestantes. Desse modo, o Concílio fixou a prioridade dos critérios da ortodoxia, estabelecendo o mesmo modelo de formação para o clero em todos os continentes, fazendo da conversão dos povos uma tentativa de expandir a Cristandade Medieval. Além de estabelecer a criação dos seminários em toda diocese, estabeleceu todos os critérios para a residência dos bispos que deveriam morar no território de suas dioceses, melhorando a ação pastoral.

Com base nesse contexto, é compreensível que Dom Maia, recém-chegado à diocese, tenha sentido a necessidade de garantir ao seu clero uma formação adequada, seguindo os padrões estabelecidos pelo Concílio de Trento, evitando assim muitos erros e desvios que vinham ocorrendo em seu presbitério⁵⁴.

Em carta, sem data, destinada ao Superior Geral dos Barnabitas em Roma e arquivada na diocese de Belém, pude observar que Dom Maia era um grande admirador de Dom Antônio Macedo Costa, que durante sua atuação como Bispo do Pará, entre os anos de 1860 e 1890, procurou – dada a imensidão do território de sua diocese – agir diariamente no combate ao campo liberal, buscando maneiras para formar e fortalecer a unidade do povo e do clero dentro dos modelos ultramontanos (Neves, 2006), além de garantir a proximidade com o povo de Deus.

Igualmente, através de visitas pastorais, procurou acompanhar de perto o seu rebanho, com imposição dos valores da Santa Sé pelo vasto território do seu

⁵⁴ A palavra *presbitério* se refere ao conjunto de padres (sacerdotes).

bispado, que compreendia toda a Amazônia, quase a metade do território brasileiro, percorrendo os braços e igarapés e rios com extensões de até três mil quilômetros. (Neves, 2006, p. 30).

Um dos decretos emanados do concílio e que teve impacto na formação do clero brasileiro foi o decreto *Cum adolescentium aetas*. Promulgado em 1563, o decreto estabelece como um dos pontos centrais a obrigatoriedade da criação de seminários em todas as dioceses. Ele tem como um dos objetivos formar um clero ilustre e santo, afastando-o do mundo como espécie de *fuga mundi* típico do medievo, e conta com um amplo programa acadêmico e disciplinar, além de destinar a direção do seminário de modo exclusivo ao bispo, o que será mais adiante tema de embate entre os Barnabitas e Dom Coutinho, levando à rescisão do contrato e pondo fim à presença dos religiosos no seminário de Belém.

Sobre o decreto referente à formação sacerdotal, Hernandez aponta que:

En Trento hubo de tradición: la disciplina y el espíritu de recogimiento del seminarista. De novedad era la institución misma del seminario, su programa, aunque pequeño, de estudios, su dirección en manos exclusivamente del obispo, las condiciones del seminarista y la solución del sistema económico de la casa. (Hernandez, 1966, p. 14)

Ainda que essas disposições tenham impactado a vida da Igreja, e o Concílio Vaticano II, celebrado em 1962, tenha conservado uma parte significativa dos elementos tradicionais, Hernandez (1966) assevera que também foi apresentada uma doutrina progressista. Os aspectos tradicionais são demarcados na ideia de “vocación, seminarios mayores y menores, abnegación, obediencia y castidad, la enseñanza de Santo Tomás en teología, la obra de vocaciones, la selección de profesores y superiores, el estudio del latín etc.” (p. 14) e os novos modelos instituídos no concílio estavam centrados nos aspectos mais humanos-cristãos pensados na vocação, espiritualidade e pastoral.

Apesar da obrigatoriedade estabelecida pelo Concílio de Trento, Mendes (2019) assinala que, diferentemente da grande maioria dos países europeus, não existia no Brasil, até princípios do século XVIII, nenhum seminário episcopal ou diocesano, pois “a formação e preparação do clero brasileiro se fazia nos colégios jesuítas” (p. 109), que, tendo recebido do Concílio de Trento essa missão, acabavam por desempenhar um papel fundamental na educação. A partir da *Ratio Studiorum*, instruíam e formavam jovens que tinham vocação religiosa, preparando-os para exercer o ministério sacerdotal em várias partes do mundo.

Apesar do Concílio de Trento estabelecer normativas para a formação do clero, o retrato da realidade eclesial brasileira, especialmente na região amazônica no final do século XIX e início do século XX, permite observar que entre os bispos brasileiros não havia uma orientação clara em relação aos critérios para admissão ao seminário e posteriormente para a ordenação sacerdotal. A ausência desses critérios acabava por impactar negativamente na qualidade dos presbíteros, fazendo com que a formação e a vida do clero secular, embora sem generalizar, apresentasse aspectos nem sempre dignos e convenientes (Mercês, 2003).

É importante alertar ao leitor que essa não foi a primeira vez que os Barnabitas assumiram a direção de um seminário diocesano. Ainda que no livro II, capítulo IV, das antigas constituições da ordem declarassem: “*Monialium seminariorum societatumque quarumlibet cura ne suscipiatur*”⁵⁵, no ano de 1605 – mesmo diante da oposição capitular com que alguns religiosos declaravam que assumir a direção de um seminário era o mesmo que violar as constituições –, os padres acabaram assumindo inicialmente no seminário romano as aulas de Sagrada Escritura e direito canônico, missão essa que lhes rendeu os maiores prestígios perante as autoridades da Igreja.

Em relação à reitoria do seminário, segundo Gentili (2012), somente no ano de 1737, o Papa Lambertini solicitou ao Padre Geral (Gazzoni) que ao menos um Barnabita pudesse assumir como reitor do seminário de Bolonha (Itália), um dos mais importantes naquele tempo. Sobre esse período, os livros de *chronicas* de Roma apontam que o trabalho desenvolvido pelos religiosos foi tão exitoso, que em 1740 o papa resolveu confiar à ordem a total responsabilidade sobre o seminário: direção, espiritualidade e administração, fazendo com que a passagem dos religiosos pelo seminário de Bolonha se tornasse uma das belas páginas da história da ordem.

Diante desse cenário, Dom Maia, ainda fragilizado pela sua saúde, acreditava que os Barnabitas seriam capazes de trazer uma contribuição significativa para sua diocese. Com experiência na instrução da juventude na Itália, na formação da nobreza austro-húngara, na reitoria e administração dos seminários que lhe foram confiados pelo papa e na própria formação dos seus sacerdotes que eram dotados de virtudes e reconhecimento como intelectuais, os Barnabitas poderiam imbuir nos seminaristas virtudes, cultura e boas maneiras, elevando assim a qualidade do clero secular. Visto que os padres eram

⁵⁵ Não se receba o cuidado de monastérios, seminários ou comunidades de qualquer tipo – A tradução é minha

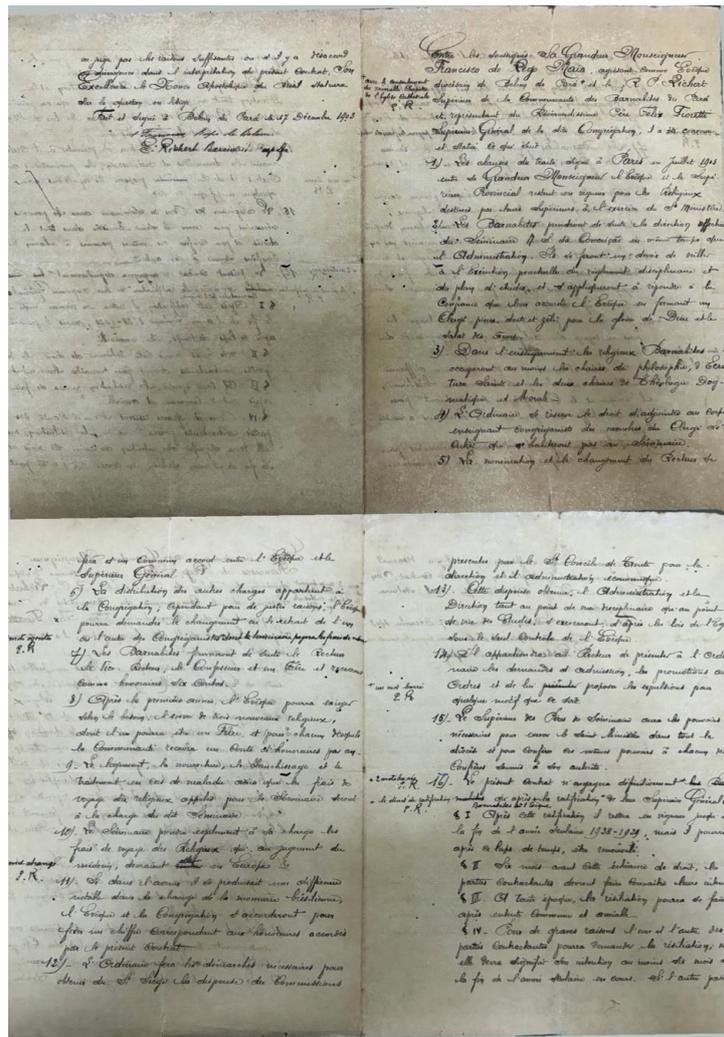
européus, o bispo acreditava que, na formação, esses iriam seguir o modelo clássico de educação.

Quantas vezes o Bispo manifestou ao Pe. Reitor (Richert) o seu pensamento sobre tal assunto, o declarando como ardorosamente desejava que nós fizéssemos daqueles rapazes não somente sacerdotes ornados de doutrina, mas também e principalmente dotados de boas maneiras e de verdade de espírito. (AGR, Acta Collegiorum, 25, ff. 691v e 694)

Retornando ao conjunto de cartas trocadas entre o bispo, pe. Richert e os superiores de Roma, nota-se que não foram poucas as tentativas feitas por Dom Maia para que os religiosos aceitassem de imediato o encargo da missão. Talvez, uma das maiores dificuldades encontradas tenha sido as distâncias e principalmente o tempo entre envio e resposta, gerando às vezes mal-entendidos e situações não agradáveis entre os religiosos e o Bispo. Esse fenômeno Bouzinac (2016) chama de “*Defasagem epistolar*”, em que o “envio de correspondência, que faz do espaço temporal epistolar um lugar dilatado, fonte de inúmeros mal-entendidos” (p. 111).

Sem muito tempo e dada a demora para que os superiores respondessem às cartas, o pe. Richart, conhecido pelo seu espírito enérgico e temperamento sanguíneo, foi capaz de articular todos os movimentos necessários, inclusive conseguindo ficar firme quanto a algumas cláusulas vantajosas para os padres (Mercês, 2003). Assim, aos 14 dias do mês de fevereiro do ano de 1904, na sede do Palácio Episcopal de Belém, se assinava o novo contrato entre os Barnabitas e o Bispo do Pará, mantendo o acordado no contrato de Paris e acrescentando o relativo à formação e à atuação dos religiosos no seminário, levando em consideração as normativas do Concílio de Trento que exigia do ordinário solicitar à Santa Sé a dispensa para que os religiosos pudessem assumir a direção do seminário.

Figura 10: Contrato do seminário de Belém



Fonte: Arquivo do Rio de Janeiro⁵⁶

⁵⁶ “Sob a invocação do nome de Cristo. Contrato entre o Bispo de Belém do Pará e a Congregação dos Clérigos de São Paulo, vulgo Barnabitas, acerca do cuidado, direção e administração do Seminário da Bem-Aventurada Maria Virgem da Imaculada Conceição, na Cidade de Belém. Francisco do Rego Maia, Bispo de Belém do Pará, após consulta e assentimento do Reverendíssimo Capítulo da Igreja Catedral, com o Pe.-D. Emilio Richert, Superior do Colégio Paraense da Congregação dos Clérigos Regulares de São Paulo, vulgo Barnabitas, representante do Reverendíssimo Padre D. Félix Fioretti, Superior Geral da referida Congregação, estabelece o seguinte: / 1. Continua a vigorar tudo o que foi contratado em Paris, no mês de julho, do ano mil novecentos e três, entre o dito Bispo e o Superior Provincial da Província Francesa da mencionada Congregação, em favor dos Clérigos Regulares de São Paulo destinados pelos Superiores ao sacro ministério. / 2. Os Clérigos Regulares de São Paulo assumem logo a efetiva direção e também a administração do Seminário, sob o título da Bem-Aventurada Maria Virgem da Conceição, dedicando-se com todo o esforço a manter a regra disciplinar e a respeitar o plano dos estudos. Ademais, a fim de que possam oferecer ao Bispo garantia completa, hão de envidar máximo esforço para incutir nos Clérigos a piedade, a doutrina e o zelo pela Glória Divina e salvação das almas. / 3. Ao ministrar a doutrina, os Congregados Barnabitas terão, pelo menos, estas quatro cadeiras, a saber: de Filosofia, de Sagrada Escritura, de Teologia Dogmática e de Moral. / 4. Aos referidos Professores, reserva-se o Ordinário o direito de acrescentar outros, escolhidos entre o Clero secular, Professores estes que não habitarão na sede do Seminário. / 5. Por mútuo consenso do Bispo e do Superior Geral, será feita a nomeação ou troca do Reitor. / 6. Tocará à Congregação preencher os outros cargos. Por justos motivos, poderá o Bispo pedir o afastamento ou mudança deste ou daquele Congregado. Neste caso, pagará o Seminário as despesas da viagem. / 7. A Congregação dos Barnabitas mandará imediatamente ao Seminário os que exercerão os

Doze dias após a assinatura do contrato (Figura 10), o padre Richert enviou uma carta ao padre Geral expondo as motivações que o levou a aceitar a nova missão, apresentando as vantagens que lhes permitiria expandir pelo território do Pará, além da segurança material para a nova missão.

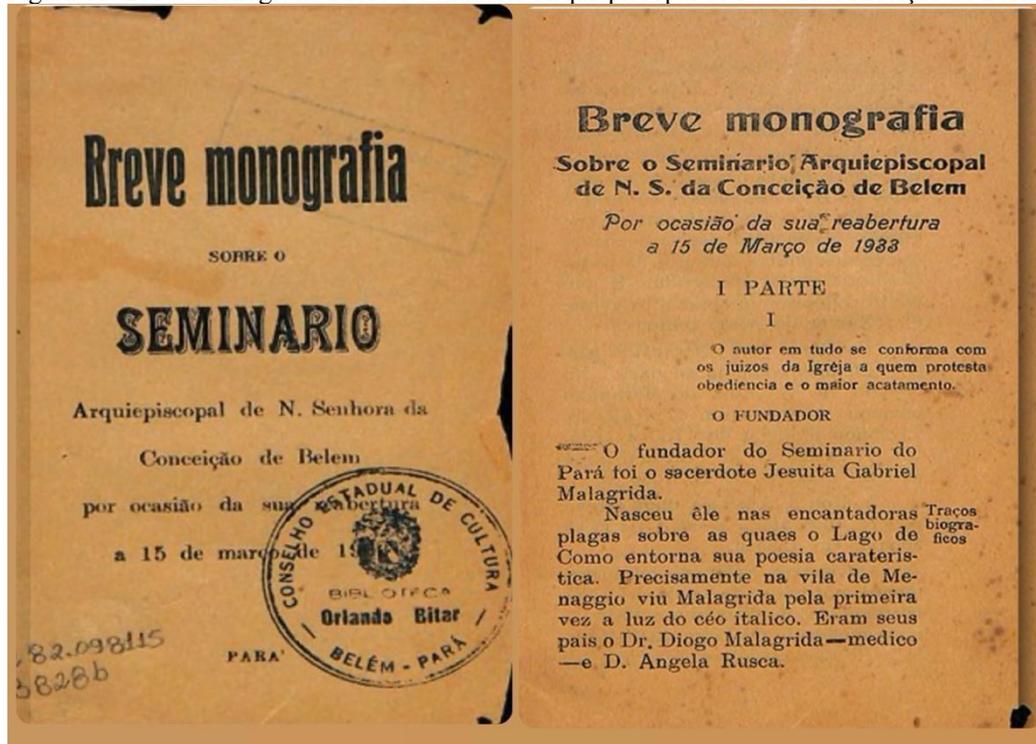
De acordo com Mercês (2003), quando os Barnabitas assumiram a direção do Seminário Diocesano de Belém, este possuía uma história de 158 anos de vida. Apesar da longa história de vida, as informações eram poucas. Inclusive, sobre o curto período em que os Barnabitas passaram pelo seminário, o pe. Vicenzo Di Schiena Júnior, infatigável pesquisador da história da ordem no Pará, salientou em carta datada de 5 de julho de 1950 que “existe uma escassez de informações sobre este tema” e, tendo feito uma busca minuciosa nos anos de 1948, jamais encontrou algo significativo, nem nos documentos da ordem, nem nos arquivos do Arcebispo.

Na busca por compreender um pouco da história do seminário, recorri novamente ao arquivo da arquidiocese de Belém do Pará, onde pude constatar a ausência de informações históricas já mencionadas pelo pe. Vicenzo Di Schiena. Na ocasião, a

respectivos ofícios de Reitor, de Vice-Reitor, de Confessor, além do Irmão Converso. Esses quatro perceberão, conjunta e anualmente, a remuneração de seis Contos. / 8. Transcorrido o primeiro ano, o Ordinário poderá exigir para o Seminário, segundo parecer necessário, três outros Congregados (dos quais um Irmão Converso, ou um Sacerdote, a critério do Bispo, e para cada um deles a Comunidade receberá anualmente a quantia de um Conto). / 9. Arcará o Seminário com as despesas de moradia dos Congregados, da alimentação, da lavagem de roupa (em francês: blanchissage), de médico e tratamento medicinal e também de viagem empreendida por algum Congregado para o exercício do cargo no Seminário. / 10. Pagará o Seminário a despesa da viagem se um dos Congregados, a conselho médico, viajar para a Europa por motivo de saúde. / 11. Se mais tarde, entre o presente e o futuro, houver notável desvalorização do dinheiro brasileiro, o Ordinário e a Congregação providenciarão conjuntamente para fixar a nova quantia remuneradora dos Congregados - a qual há de equivaler aos honorários atuais. / 12. Recorrerá o Ordinário à Sé Apostólica para a dispensa das Comissões criadas pelo Concílio Tridentino para a Direção e Administração dos Seminários. / 13. Obtida a dispensa, a Administração e a Direção serão desempenhadas, tanto no âmbito disciplinar como no ensino da doutrina, segundo as leis da Igreja, sob a exclusiva fiscalização do Bispo e sem interferência de nenhuma outra autoridade. / 14. Pertence ao Reitor apresentar ao Bispo os alunos aspirantes ao ingresso no Seminário e os admissíveis às Ordens, bem como propor motivadamente a expulsão de algum aluno. / 15. Seja atribuído ao Superior da Comunidade o direito de exercer o sagra- do ministério, e também de conceder este mesmo direito a cada um dos Confrades súditos seus. / 16. O presente contrato, a não ser que tenha sido ratificado pelo Bispo Diocesano e pelo Superior Geral, de nenhum modo vinculará ambas as partes contratantes. / Par. 1: Realizada a ratificação, este contrato há de vigorar até ao fim do ano escolástico 1928 1929, e então poderá ser renovado. / Par. 2: No sexto mês antes de findar o contrato, ambas as partes contratantes hão de manifestar o seu pensamento. / Par. 3: Mas, em qualquer tempo, segundo a comodidade de ambas as partes, este contrato pode ser rescindido por acordo amigável. / Par. 4: Sobrevindo causa grave, esta ou aquela parte contratante poderá solicitar a rescisão deste contrato. Entretanto, pelo menos no sexto mês, antes de acabar o ano escolástico então ocorrente, devem manifestar a sua mente. Se a outra parte julgar insuficiente o motivo para a possível rescisão do contrato, ou se ambas as partes de nenhum modo puderem concordar quanto à interpretação das cláusulas deste contrato, o Ilustríssimo e Reverendíssimo Nuncio Apostólico no Brasil decidirá sobre a causa controversa. / Redigido e subscrito em quatro vias, na Cidade de Belém do Pará, no dia décimo sete de dezembro do ano mil novecentos e três. / + Francisco, Bispo de Belém; Emílio Richert, Barnabita, Superior Paraense. / Aprovado no dia 14 de fevereiro de 1904, no Palácio Episcopal de Belém.”- Tradução livre.

arquivista me indicou consultar uma obra rara intitulada: “*Breve monografia sobre o Seminário arquiépiscopal de Nossa Senhora da Conceição de Belém*”. Hoje, graças ao serviço de digitalização, essa e outras obras raras encontram-se disponíveis no site do acervo digital de obras raras da Fundação Cultural do Pará⁵⁷.

Figura 11: Breve Monografia Sobre o Seminário Arquiépiscopal de N. S. da Conceição de Belém



Fonte: Site *Obras Raras* da Fundação Cultural do Pará

Ainda que minha consulta pela obra se desse pelo meio digital, meu primeiro contato foi com a obra física. Pelo seu grande valor histórico, o livro inicialmente me chamou a atenção pela sua materialidade. Afinal, “enquanto o reino do papel não tinha concorrentes, era difícil ver o objeto conceito” (Melot, 2012, p. 24). Em outras palavras, é possível notar que, durante a era predominante do papel, era difícil conceber o livro apenas como um conceito abstrato separado de sua forma física. Amarelado, contendo 66 páginas, trata-se de uma fonte impressa antiga. A escolha da tipologia da capa permite supor um avanço na escrita, ocasionado pela revolução estética ocorrida no início do século XX, que provocou profundas mudanças na interpretação da linguagem visual na Europa e se espalhou por todo o mundo.

⁵⁷ Disponível em: <https://obrasraras.fcp.pa.gov.br/?product=breve-monografia-sobre-o-seminario-arquiépiscopal-de-nossa-senhora-da-conceicao-de-belem>. Acesso em 14/02/2024

Com base nas informações oferecidas por Monsenhor de Almeida Lustosa na sua *Breve monografia*, pude entender que, após a expulsão dos Jesuítas, o conjunto de edifícios que antes pertencia aos religiosos foi utilizado como sede para o Seminário. Mas este, por várias vezes, teve de mudar-se para outras sedes. Após um período de quatro anos de vacância da sede episcopal paraense, quando Dom Antônio Manoel de Castilho Brandão tomou posse em 1895, o seminário, também como instituição, "estava fechado". Foi no ano de 1897 que o bispo reabriu o seminário menor no Colégio do Carmo, enquanto o seminário maior só um pouco mais tarde pôde ser reaberto. Somente com a posse de Dom Francisco do Rego Maia, como bispo da diocese em março de 1902, que o seminário voltou ao conjunto de Santo Alexandre, praticamente coincidindo com a entrada dos Barnabitas na direção no ano de 1903, quando padre Richert tomou posse como Reitor, nomeando o pe. Lecourieux Diretor Espiritual, pe. Charvy Vice-Reitor e o irmão tornou-se encarregado das despesas e organização da casa.

Durante esse período de grande instabilidade e reorganização para o seminário da Diocese do Pará, os registros mostram que, quando os Barnabitas iniciaram a missão, havia apenas sete seminaristas e nenhum deles cursava Teologia. No entanto, em pouco tempo, esse número subiria para 13. Diante desse desafio, os padres adotaram várias medidas para reestruturar o seminário. Além da reforma da casa que estava quase em ruínas, eles implementaram a sistematização da rotina no seminário, visando proporcionar aos seminaristas um ambiente propício para os estudos e para a formação sacerdotal, iniciativas essas presentes na rotina de várias congregações e ordens, que fortaleceram a vida do seminário.

Com base nos horários da comunidade, descritos em uma carta do pe. Richert dirigida ao Superior Geral e em informações obtidas de outras fontes (*Chronicas* e relatórios), foi possível elaborar a Tabela 1.1, que apresenta a possível rotina do seminário. Importante destacar que a sistematização da rotina no seminário desempenha um papel fundamental, pois acredita-se que “os horários do seminário reforçam a disciplina e também ajudam os estudantes a se adaptar a ela” (Serbin, 2018, p. 120). Essa disciplina contribui para a formação de homens capazes de fugir dos vícios do mundo e cultivar uma vida virtuosa. Ao implementar uma rotina estruturada, o seminário busca proporcionar aos estudantes um ambiente propício para o estudo, para a oração e para o desenvolvimento espiritual, preparando-os de forma adequada para o sacerdócio e para a missão que terá pela frente.

Tabela 1. Rotina do Seminário

HORA	ATIVIDADE
5h00	<i>Despertar</i>
5h20	<i>Meditação e Missa com Laudes</i>
7h00	<i>Café da manhã</i>
7h40	<i>Aula</i>
9h00	Trabalho
10h30	<i>Almoço</i>
11h30	Recreio
13h00	<i>Oração – Ofício de Leituras</i>
14h00	Aula
15h00	<i>Café e recreio</i>
15h30	Estudo pessoal
17h30	<i>Jantar</i>
18h30	<i>Oração – Vésperas</i>
19h00	<i>Recreio</i>
19h40	Leitura Espiritual
20h30	<i>Chá</i>
21h00	Visita ao Santíssimo e recolhimento

Fonte: Elaborado com base nas cartas e *Chronicas* dos religiosos de Belém.

Ao que tudo indica, no princípio, os padres mantiveram em parte o antigo regulamento do seminário. Aos poucos, foram introduzindo novos aportes, que levaram à redação de um novo Regulamento e horários baseados nas suas experiências na Europa, mas também levando em consideração a realidade brasileira e especialmente a da região, como afirma o padre Richert em carta enviada ao Padre Geral:

Monsenhor e outras pessoas fizeram-me notar que, diante do clima do Pará, não podíamos comer e trabalhar como na Europa. Tínhamos a refeição ao meio-dia e às 7:30 da noite e conseqüentemente os estudos. Hoje, coloquei o café às 7, o almoço às 10:30, o jantar às 5:30 e o chá indispensável no Brasil às 8:30. Com a nova sistematização, achamo-nos menos aquinhoados para os exercícios da comunidade. Mas é preciso curvar-se às exigências do clima e os médicos pretendem que não se deveria mais comer após às 5 horas da tarde. Há talvez um pouco de exagero. Mas não podemos expor-nos à censura de haver estragado a saúde dos seminaristas” (AGR, Epistolário Fioretti, 152, II, carta do padre Richert de 15 de março de 1904).

Apesar das dificuldades enfrentadas no início da missão, como as enfermidades e a aceitação por parte do clero e do povo de Deus, no relatório (sem data) do Núncio Apostólico junto ao governo brasileiro, o Monsenhor Giulio Tonti, que esteve na diocese de Belém para verificar a situação da igreja local, constata que:

Os Padres Barnabitas dedicavam-se ao seminário. Entretanto, manifestavam exuberante energia, que empregavam em atividades

apostólicas fora do seminário. É algo edificante, porque faz bem aos seminaristas ver a dedicação e o zelo dos professores... é bom admirar estes mesmos sacerdotes envolvidos no apostolado direto e na luta pelo reino de Deus” (AGR – Núncio Apostólico do Brasil)

Ao revisitar o arquivo da comunidade de Belém na procura por melhores informações, encontrei a *Acta Collegiorum*, que contém os registros das atividades dos padres na região, e que me permitiram compreender que, assim como na Europa, os padres não se limitavam apenas às atividades dos seminários. Após a realização de suas tarefas, eles também desempenhavam os ofícios do Sacro Ministério (batismo, comunhão, unção, confissão) na cidade de Belém e fora da cidade como maneira de contribuir com a igreja local. Nos momentos em que gozavam de férias, os padres costumavam ajudar nas festas religiosas e na exposição do catecismo. No entanto, sua atenção estava especialmente em evangelizar o povo mediante a pregação da Palavra de Deus, nunca se recusando a ouvir confissões e assistir os moribundos. A atuação dos padres além do seminário mostra a importância que eles davam à evangelização e ao cuidado pastoral, sendo, para os seminaristas, testemunho do zelo apostólico ao qual deveriam ter durante a formação e após a ordenação.

As disciplinas que acompanham o Programa Formativo refletem a experiência e atenção dos religiosos em oferecer uma formação sólida e à altura da congregação, respondendo ao desejo do bispo de que os seus seminaristas não fossem formados somente em doutrina, mas em boas maneiras e virtudes. No primeiro ano, os padres se encarregaram de formar os alunos no Latim, Francês e Grego, deixando a cargo dos cônegos da diocese, que não tinham nenhuma renda na catedral, a missão de ministrar as disciplinas de Humanidades e Gramática. Com o tempo e a chegada de novos religiosos para compor a comunidade dos padres e cumprindo as exigências do Concílio de Trento, foram inseridos os estudos filosóficos e teológicos. Aqueles alunos que se destacavam nos estudos, eram enviados a Roma para cursar Teologia na Pontifícia Universidade Gregoriana ou Urbaniana. Ao retornarem ao Brasil, apesar de muitas das vezes retornarem mais parecidos com clérigos europeus do que brasileiros, acabavam contribuindo com os bispos na formação do clero e nas funções de governo dentro das dioceses.

É importante destacar ao leitor que – assim como Lustosa em sua *Breve Monografia* afirma que a gestão dos Barnabitas no seminário de Belém, apesar do pouco tempo, foi um período memorável – com um olhar no relatório enviado à Cúria Romana

e no próprio relatório do Núncio, é possível constatar que este mérito não foi à toa. Na passagem do Núncio Apostólico pelo seminário, os seminaristas maiores e menores organizaram junto aos padres “*une petite séance académique*” (uma pequena sessão acadêmica), em que puderam homenagear sua Excelência com discursos e poesias em Latim, Francês, Italiano e Português.

O feito impressionou não somente o Núncio, mas as autoridades políticas presentes, como o Intendente de Belém, Antônio José de Lemos, e o próprio Governador do Estado, Augusto Montenegro, que acabaram por oferecer aos religiosos, além de uma casa e férias, a possibilidade de abrirem um colégio do mais alto nível, podendo assim educar as famílias mais importantes de Belém, que, impossibilitadas de receberem boa formação, acabavam por enviar seus filhos para a Europa ou para os Jesuítas no Rio de Janeiro (Mercês, 2003). Infelizmente, pelo número reduzido de religiosos, os padres não puderam empreender a nova frente de missão.

De acordo com Serbin (2018), assim como os presídios e as Forças Armadas, o seminário era regido por uma forte disciplina que dominava a vida dos seminaristas. “Os seminaristas eram indivíduos complexos que residiam em uma instituição complexa e impregnada de história” (p. 117), porém sem essa complexidade e disciplina, provavelmente, os seminários, especialmente na América Latina, não teriam atingido elevados níveis de cultura e excelência. Afinal, a disciplina não se restringia apenas ao cumprimento da rotina e horários. Ela também se estendia a aspectos como a obediência aos superiores e a renúncia aos prazeres mundanos, “a disciplina permitia aos indivíduos internalizar as normas eclesiásticas” (p. 29).

Ainda sobre a atuação dos religiosos na direção do seminário no Pará, as *Chronicas*, guardadas no arquivo da comunidade de Belém, apontam que a cada ano que se passava os jovens estudantes cresciam em sabedoria e entusiasmo. E, com a chegada dos novos padres, conforme Mercês (2003), os jovens divididos por níveis de estudos “aprendiam Letras Clássicas, Letras Modernas, Gramática, Filosofia, Canto Gregoriano, Matemática, Física, História Natural e Música”. Com ritmo de vida intenso, para que os jovens seminaristas não desanimassem, os padres promoviam a cada mês saídas para igarapés ou balneários e, muitas vezes, a convite de alguns colaboradores como do Conselheiro Mac-Dowell, participavam de confraternizações oferecidas por eles.

Em nome da “santa obediência” sem poder dizer não aos Superiores, os religiosos empreenderam missões muitas vezes contrárias às suas próprias vontades. Por outro lado, mesmo felizes e desejosos de estarem ali, para alguns, especialmente para o pe. Richert,

responsável pela missão no Pará, a escrita epistolar, que muitas vezes nasce de um profundo silêncio e meditação, era a maneira que o religioso encontrava para desabafar, comunicar, requerer e, segundo Castillo Gomes (2002), preservar os vínculos na distância.

Em carta de 5 de fevereiro de 1905, enviada ao Padre Geral Fioretti, é possível observar que, apesar dos grandes feitos realizados no seminário, dos Barnabitas terem conquistado a direção do maior patrimônio da religiosidade do Pará (Basílica de Nossa Senhora de Nazaré do Desterro) e do nome do pe. Richert ter sido colocado em destaque entre as grandes autoridades religiosas e civis do estado, o religioso deixa transparecer o seu cansaço com a missão ao rogar ao Padre Geral que o liberte de toda responsabilidade (superior e reitor do seminário) podendo dedicar-se com mais tempo e empenho ao cuidado do povo de Deus.

Eu pedira ao R.Pe. Provincial de ser libertado de toda responsabilidade. Hoje, rogo a Vossa Paternidade livrar-me do fardo. Estou pronto para qualquer tarefa, na América ou na Europa; a única cousa que peço é a minha libertação do superior. Quanto à direção do Seminário, não há dificuldade, visto que o Bispo continua em Roma (...) e Vossa Paternidade poderá facilmente entender-se com ele. Esperando a resposta, rogo a Deus que eu seja atendido, para a tranquilidade de minha consciência" (Agra, Epistolário Fioretti, 152, 11, 5/2/1905).

Sem dúvida, o pe. Richert possuía temperamento enérgico que suscitava descontentes, mas era também atormentado pela preocupação de garantir, enquanto dependesse dele, a consolidação das obras. Pensava obter isso pela vigilância constante sobre as pessoas e sobre a economia. Essa postura despertava as queixas dos confrades, sobretudo dos mais jovens. Lamentavam-se especialmente da alimentação, que, além de ser uniforme, era insuficiente para as exigências físicas em clima tropical. Declaravam que a ausência de uma alimentação suficiente resultava na vulnerabilidade perante as doenças ou, pelo menos, na facilidade para as indisposições. Examinando o contrato entre os religiosos e o bispo, pude observar que, segundo rege o contrato, a alimentação dos religiosos era custeada pelo seminário, mas nas compras não se podia ultrapassar determinado limite.

No conjunto de pastas catalogadas com o nome dos religiosos, no arquivo do Rio de Janeiro, deparei-me com a carta que o pe. Dubois, que, recém-chegado para compor a missão do Pará e insatisfeito com as atitudes do pe. Richert, escreveu ao pe. Geral sobre a atitude do superior: "O Pe. Richert não considera os Padres como confrades ou colaboradores, mas como noviços ou até colegiais, que ele quer comandar com

arrogância, com autoritarismo por vezes revoltante" (APB, Carta Pe. Dubois de 20-2-1906).

Ao analisar o conjunto de cartas do pe. Dubois e do pe. Vanbecelaere, notei que a maior parte das queixas girava em torno da exacerbada vigilância do pe. Richert para com os religiosos, da alimentação e da demasiada austeridade vivida. As informações e reclamações encontradas nos documentos corroboraram para reafirmar a ideia de que o estrangeiro muitas das vezes quer encontrar no outro país aquilo que deixou na sua pátria. Observando minha passagem enquanto estudante pelas casas de formação no Chile, Roma e Espanha, pude entender que as reclamações e denúncias feitas pelos padres estrangeiros no início do século XX, especialmente em relação à alimentação, são as mesmas feitas hoje pelos religiosos de voto simples, quando são enviados a outro país seja para estudo ou para missão.

Apesar do bom êxito desempenhado pelos religiosos no seminário, as notícias sobre a realidade vivida pelos religiosos ultrapassaram os “muros de Roma” a ponto do cônsul belga, amigo do pe. Vanbecelaere, questioná-lo se era verdade que os padres Barnabitas viviam em grande ascetismo. Na tentativa de combater os boatos, apesar de considerar que havia algo de verdadeiro, o pe. Vanbecelaere acabou deixando escapar que os religiosos viviam à custa do seminário e, como o número de seminaristas aumentava e o aporte da diocese era o mesmo desde o início, era natural que as despesas também aumentassem e fossem necessárias algumas reduções de custos. Infelizmente, as notícias acabaram atravessando o oceano e chegando a Paris aos ouvidos de Dom Rego Maia, que, estando ausente da diocese desde 1904, gerou o primeiro abalo na relação dos religiosos com o bispado, o que mais tarde viria a ser um dos motivos utilizados pelo seu sucessor, Dom Santino, nas discussões que levaram ao rompimento definitivo do contrato entre os religiosos e o bispo.

3.3 A chegada de Dom Santino e o fim da missão no seminário de Belém

Logo que chegou, o Revmo. E Ilmo. Santino Coutinho, Arcebispo de Belém, a 12 de junho de 1907, mostrou não ir de acordo com as congregações religiosas, desejando que, retornando aos seus conventos, deixassem o cuidado das paróquias ao clero secular e que o Seminário dependesse nos mínimos particulares da sua vontade. No mês de dezembro, o Arcebispo mudou de opinião sem

que os confrades abandonassem a decisão de se retirarem do Seminário. Em 26 de setembro de 1908, enquanto o Seminário se achava de férias em Castanhal com sacerdotes seculares, desembarcou em Belém o Revmo. Pe. Zoia, Visitador Delegado pelo Superior Geral, com plenos poderes para abrir ou fechar casas. Ele estava de acordo com o Arcebispo quanto à renovação – com oportunas mudanças – do contrato de 21 de dezembro de 1903, notificado em fevereiro de 1908. Mas o Pe. Émile M. Richert declarou que tal era “impossível”.

ARG, Acta Collegiorum, 25, f. 714

Mediante o epistolário do pe. Richert e do pe. Pica, guardados no Arquivo Geral de Roma, na pasta intitulada *Acta Collegiorum*, pude compreender o desenrolar das negociações entre Barnabitas e o novo Arcebispo de Belém. Elas foram iniciadas em novembro de 1907 e finalizadas em setembro de 1908 com a rescisão definitiva do contrato celebrado em Paris, no ano de 1903. A rescisão pôs fim à missão dos religiosos no seminário de Belém, mas não na diocese, que, para os religiosos, se tornaria a maior terra de missão no Brasil com atuação em Bragança nas prelações que serão criadas no governo de Dom Santino e especialmente na Basílica de Nazaré. De acordo com Mercês (2003), será praticamente “a primeira fundação estável dos Barnabita no Brasil, berço de outras que surgiriam dela valendo-se como exemplo de estímulo e apoio” (p. 47) e até o momento é referência quando se fala dos religiosos no Pará.

As fontes encontradas apontam que a chegada de Dom Santino Coutinho à recente Arquidiocese de Belém provocou reações de desconfiança entre os religiosos que lá viviam. Ao contrário de seu predecessor, Dom Rego Maia, Dom Santino era conhecido por seu dinamismo pastoral e sua personalidade marcante, característica de sua origem paraibana. Desde o início do seu bispado, ele deixava transparecer seu desejo de governar e, de fato, governou durante os anos em que esteve à frente da Arquidiocese de Belém (Mercês, 2003).

Antes de prosseguir, é importante apresentar ao leitor que, segundo consta no livro *Barnabitas 100 anos no Brasil*, do pe. José Ramos das Mercês, cujas informações pude confirmar no livro *de Tombo III (1898 – 1906)* da Arquidiocese de Belém, desde abril de 1904, quando Dom Rego Maia se ausentou da diocese, nunca mais regressou até a sua renúncia em abril de 1906, período em que, segundo Mercês (2003), os religiosos

necessitavam de sua maior atenção e paternidade. Antes de sua renúncia, segundo consta em carta de 6 de agosto de 1904 enviada pelo padre Richert ao Geral Pe. Fioretti e que se encontra no arquivo geral de Roma, já havia boatos pela cidade de Belém da renúncia do bispo, pois assim escrevia: “É verdade que se falou amiúde da demissão do Bispo e muitas vezes ele próprio me declarou que tinha apresentado a Leão XIII, que não a quis aceitar”. (ARG, *Epistolário Fioretti*, 152, II, 6/9/1904). Ainda que as informações não fossem oficiais, em carta de 27 de janeiro de 1906, três meses antes da renúncia, se dizia: “Corre a voz que ele renunciou ao bispado e dessa vez a notícia é fundamentada, embora nada haja de oficial e que na última carta, por mim recebida há 3 dias, ele não comunique nada” (ARG, *Epistolário Fioretti*, 152, II, 27/1/1906).

Antes da chegada de Dom Santino à diocese de Belém, Dom José Marcondes Homem de Melo, natural de Pindamonhangaba, no interior de São Paulo, havia sido consagrado bispo em Roma pelo cardeal secretário de Estado do Papa Pio XI, Merry Del Val, no dia 29 de julho de 1906. Ele foi enviado no mês de agosto do mesmo ano para assumir a diocese vacante de Belém. Ocorre que, “durante sua travessia de Roma para o Brasil, o transatlântico *Sírio* no qual se encontrava, se envolveu em um acidente no litoral da Espanha” (AAV – *Vescovi Brasiliani*, Cartella II, f. 3)⁵⁸. Embora milagrosamente salvo, diferente do arcebispo de São Paulo, Monsenhor José Camargo, que acabou falecendo, Dom José Marcondes padeceu trauma psicológico levando-o a renunciar à diocese antes mesmo de tomar posse dela (Mercês, 2003). Somente dois anos mais tarde, com a criação da Diocese de São Carlos, também no interior do estado de São Paulo, Dom José Marcondes se tornaria o primeiro bispo, voltando a trabalhar arduamente por cerca de 30 anos⁵⁹.

Destaco que, ainda que as notícias sejam incipientes, as poucas informações oficiais foram obtidas na Arquidiocese de Belém e no livro de registro dos Bispos, guardados no antigo *Arquivo Secreto do Vaticano (ASV)*, que, após a Carta Apostólica do

⁵⁸ Acessei o arquivo no mês de setembro do ano de 2023 durante uma pequena passagem por Roma, enquanto viajava com um grupo de peregrinos a Terra Santa - Israel. Importante destacar que, ainda que o arquivo seja aberto ao público, alguns protocolos precisam ser seguidos, como: agendamento prévio, motivo da visita, tipo de arquivo que deseja visitar. Caso seja pesquisador, é importante apresentar o tipo de pesquisa, entre outros. A facilidade e rapidez que obtive para acessar o arquivo não se deu simplesmente pelo fato de ser religioso (sacerdote). Mas, sim, porque um religioso Bispo Barnabita, Monsenhor Sergio Paganno, há anos trabalha como prefeito do que agora se chama *Arquivo Apostólico Vaticano*.

⁵⁹ Disponível em: <https://www.diocesesaocarlos.org.br/primeiro-bispo-de-sao-carlosdom-jose-marcondes-homem-de-mello/> Acesso (07/05/2024).

Papa Francisco, do ano de 2019, na forma de *Motu Próprio*, passou a ser chamado de *Arquivo Apostólico do Vaticano (AAV)*.

No *Motu Próprio*, o Papa Francisco — além de expor o sentido do termo *Secretum*, utilizado pelo Papa Paulo V para designar o arquivo separado e reservado do papa, o que justificava o título *Archivum Secretum* — destacou que:

Enquanto perdurou a consciência da estreita ligação entre a língua latina e as línguas que dela derivam, não havia necessidade de explicar ou até de justificar este título de *Archivum Secretum*. Com as mudanças semânticas progressivas que, porém, ocorreram nas línguas modernas e nas culturas e sensibilidades sociais de diferentes nações, em medidas mais ou menos acentuadas, o termo *Secretum* atribuído ao Arquivo do Vaticano começou a ser mal interpretado, a ser colorido com nuances ambíguas, até mesmo negativas. Tendo perdido o verdadeiro significado do termo *secretum* e associando instintivamente o seu valor ao conceito expresso pela palavra moderna «segredo», nalgumas áreas e ambientes, até naqueles de certo relevo cultural, esta expressão assumiu o sentido prejudicial de esconder, de não revelar e de reservar para poucos. Exatamente o contrário daquilo que o Arquivo Secreto do Vaticano sempre foi e pretende ser, o qual — como disse o meu santo predecessor Paulo VI — preserva “ecos e vestígios” da passagem do Senhor na história (*Insegnamenti di Paolo VI*, I, 1963, p. 614). E a Igreja «não tem medo da história, aliás ama-a, e gostaria de a amar mais e melhor, como Deus a ama» (*Discurso aos Funcionários do Arquivo Secreto do Vaticano*, 4 de março de 2019: *L'Osservatore Romano*, ed. portuguesa de 12 de março de 2019, p. 5). (Carta Apostólica Papa Francisco Sob Forma de *Motu Próprio*, 22 de outubro de 2019).⁶⁰

Ainda que muitos pesquisadores já tivessem acesso ao arquivo, o papa sugere que a partir da mudança semântica do termo “*Secretum*” em relação ao arquivo, devido às modificações ocorridas nas línguas modernas e na cultura, o termo começa a ser interpretado de maneira equivocada no imaginário social e associada muitas vezes a questões negativas de poder e controle por parte da Igreja, que, segundo Bascko (1985), se dará “através do sistema simbólico construído a partir das experiências dos agentes sociais, mas também a partir de seus desejos, aspirações e motivações” (p. 311). Além disso, o *Motu* permite interpretar que o Papa Francisco em seu pontificado procura democratizar o acesso ao arquivo da Igreja, que hoje preserva grande parte da história e, como missão, deve estar cada vez mais a serviço da cultura.

Retornando à epígrafe, é possível notar que já no início do mandato do novo Arcebispo da Arquidiocese de Belém, Dom Santino Maria da Silva Coutinho, havia o desejo de que as congregações religiosas retornassem aos seus conventos e deixassem o cuidado das paróquias ao clero secular, além de afirmar que o Seminário deveria depender

⁶⁰ Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/motu_proprio/documents/papa-francesco-motu-proprio-20191022_archivio-apostolico-vaticano.html Acesso (01/02/2024).

de sua vontade em todos os aspectos, prevalecendo o determinado no Concílio de Trento, a qual, segundo Mendes (2006), o ordinário local detinha todos os poderes e prerrogativas sobre a administração do seminário.

Nascido no dia 18 do mês de dezembro do ano de 1868, na cidade de Pilões, no estado da Paraíba, de personalidade carismática e determinada, Dom Santino Maria da Silva Coutinho foi ordenado sacerdote no ano de 1891. No ano de 1907, recebeu a ordenação episcopal sendo destinado à Arquidiocese de Belém. Em 1º de maio de 1906, com o decreto *Sempiternum humamni generis*, “o Papa Pio X transformara a Diocese do Pará em Arquidiocese, independente de Salvador, na Bahia, tendo por sufragânea as Dioceses do Amazonas, Piauí, Maranhão e a recém-criada Prelazia de Santarém” (Merces, 2003, p. 45).

Figura 12: Dom Santino – Arcebispo de Belém



Fonte: Site da Diocese de Belém

Sua abordagem ativa e energética despertou reações mistas entre os locais. Alguns o viam como líder visionário, capaz de trazer inovação e renovação à igreja local. Por outro lado, outros viam sua atitude como autoritária e temiam que ele impusesse suas próprias ideias sem levar em consideração a opinião dos demais religiosos.

Não bastassem as disputas de espaço e poder entre o clero diocesano e os religiosos, desta vez, os Barnabitas que haviam deixado o Velho Mundo e atravessaram o Atlântico rumo ao Novo Mundo, na missão de auxiliar a igreja do Brasil, tiveram que

usar estratégias para negociar sua presença garantindo sua sobrevivência na diocese do príncipe⁶¹ da igreja do Pará. Pelos registros, seja da ordem, seja da Arquidiocese de Belém, o bispo se mostrava determinado a implementar suas ideias e projetos pastorais, inclusive tirando das mãos dos religiosos as paróquias e o seminário, utilizando muitas vezes a frase: “Lugar de frade é no convento”.

Poucas são as informações acerca dos conflitos e negociações entre Dom Santino e os Barnabitas. Por fim, em menos de um ano desde a sua chegada, os religiosos estariam deixando o seminário. As poucas notícias foram coletadas especialmente no relatório que o padre Richert enviou a Roma cumprindo as obrigações de sua missão nas *Chronicas* de Belém e nas correspondências mantidas entre Dom Santino e o Superior Geral, conservando-se apenas duas cartas, ambas do bispo, guardadas no Arquivo Geral de Roma.

De acordo com Bouzinac (2016), sendo a carta uma forma de comunicação, ela sempre envolve uma certa dose de encenação em si, “a sinceridade do epistológrafo não passa de um mito no qual alguns têm acreditado” (p. 24). Nesse sentido, é importante que sua mensagem seja confrontada com outros documentos para obter uma compreensão mais abrangente. Fazendo um exercício de comparação entre as cartas enviadas pelo padre Richert no dia 17 de julho de 1907 e a correspondência enviada por Dom Santino em 28 de setembro de 1907, ambas destinadas ao Pe. Geral em Roma, é possível observar que ambas as correspondências, espaçadas por um tempo de três meses, buscam de alguma maneira apoiar-se na “benevolência” do superior diante das situações vividas.

A escrita do padre Richert aponta que o religioso procura por apoio na missão: “tenho tantas coisas para dizer à vossa paternidade sobre a nosso respeito e quanto à nossa situação acerca de nossas relações, que espero com impaciência o momento de beijar-vos a mão”. O Bispo, por seu turno, a utiliza como uma maneira amigável de romper o contrato com os Barnabitas sem perder a oportunidade de contar com os religiosos em possíveis projetos futuros: “pobre seminário do Pará! Encontrei-o com somente 19 jovens [...]. Visto que o parágrafo 3 do artigo 16 do contrato nos dá até direito de rescisão amigável, não nos será difícil entendermos sobre as mudanças”.

Ao que tudo aponta, o pedido do bispo para a revisão do contrato do seminário gerou nos religiosos vários incômodos. Como pude observar nas correspondências e nos relatórios, Dom Santino queria modificar o contrato que o seu antecessor havia feito. Os

⁶¹ Termo utilizado para se referir ao Bispo e ou Arcebispo de uma diocese.

religiosos se negavam, pois consideravam que as modificações os deixariam vulneráveis e seriam simplesmente “funcionários do bispo”.

Várias vezes, provavelmente com o intuito de não pagar as despesas e a viagem dos religiosos, ambas previstas caso ocorresse a rescisão, Dom Santino se valia do decreto do Concílio de Trento, que lhe dava toda autoridade sobre a direção do seminário, mesmo os religiosos tendo recebido no mandato de Rego Maia a dispensa pela comissão do concílio, exceto o direito previsto de que o ordinário pudesse visitar o local dando seu parecer.

A cada dia em que a situação se alastrava, os religiosos, temendo sua sobrevivência, procuravam alguma maneira de se manterem no Brasil. Na hipótese de que não se chegasse a um acordo em relação ao seminário, os religiosos tinham dúvida se o bispo lhes concederia a autorização para construção de uma capela, transformando-a em pública, como acontecia em Paris. E, caso não ocorresse, solicitava aos superiores a possibilidade de reivindicar os direitos da Igreja de Nazaré como previsto no contrato de Paris.

Depois de várias tratativas no contexto das negociações em Belém, o pe. Zoia, delegado do pe. Geral, chega com plenos poderes para fazer alterações no contrato entre os religiosos e o bispo. No entanto, o pe. Richert, que havia adquirido um prestígio quase de chefe eclesiástico durante a ausência de Dom Rego Maia na diocese, decide não assinar e rescindir o contrato devido às modificações propostas, discordando dele.

Diante da impossibilidade de se chegar a um acordo em relação ao seminário, o contrato foi rescindido em fevereiro de 1908, dando fim a atuação dos religiosos no seminário de Belém, que tempos mais tardes foi registrado no livro de Tombo da Arquidiocese de Belém como o período das “Vacas Gordas”, onde os padres recebiam um menino e entregava à diocese um padre formado em conhecimento e principalmente virtudes, pronto para enfrentar a realidade eclesial, social e política do país, dentro do modelo Tridentino, mas munidos da realidade brasileira.

CAPÍTULO 4: CONCLUSÃO

A vinda dos Barnabitas ao Brasil foi o objetivo central deste estudo. Aprofundou-se na temática das viagens, focalizando as missões dos grupos de viajantes representantes da ordem, que, por dificuldades políticas, precisaram sair às pressas de Paris, com acordo firmado para instalarem-se a princípio em Cabrobó, no agreste de Pernambucano, e em Belém, no Pará, a partir de 1903. A missão em terras brasileiras tem sido interpretada pelos historiadores da ordem com um novo tempo que representa a retomada das missões encerradas na Birmânia no Século XIX – inaugurando, assim, a atuação dos religiosos no Novo Mundo e, posteriormente, no continente africano, conforme orienta Mercês (2013) –, além de seu significado mais amplo dentro do próprio movimento de renovação pastoral da Igreja Católica, visto o fluxo migratório de outras ordens que vieram para América Latina no início do século XX, como elucidam Leonardi (2002, 2016, 2017) e Giuslane (2022).

A flagrar instantes e gerar registros, os viajantes deixaram documentado os percursos de cada viagem, o que exigiu examinar escritos anteriores à travessia, em busca de interpretar os motivos que levaram os Barnabitas a cruzarem o Atlântico rumo à antiga Terra de Vera Cruz, bem como cada grupo conseguiu se preparar para missão; quais foram os relatos sobre a travessia; as condições às quais estavam submetidos os religiosos; e dos sentimentos, medos, anseios e esperanças pelo porvir. Viam-se também as impressões de cada grupo acerca das terras que lhes foram designadas, no Nordeste e no Norte do país, como foram recebidos, bem como as dificuldades e imprevistos que se apresentaram, sobretudo aos missionários que se estabeleceram inicialmente em Pernambuco pelo curto tempo de um ano e meio até o término desta missão. Também examinei as dificuldades vividas em Belém, quanto às dificuldades em aceitar religiosos estrangeiros, assim como a formação do clero em Belém e a atuação no seminário e suas transformações.

Compreender a missão Barnabítica por meio das viagens só foi possível a partir do encontro com os documentos dispersos esquecidos principalmente nos arquivos das comunidades no Rio de Janeiro, Pará, Roma e Bélgica. O encontro com tais documentos, reveladores da história da própria ordem ao qual faço parte, representou emoção e um grande desafio, visto que no campo da história os vestígios do passado possuem limites

que esbarram em suas próprias produções, intencionalidades dos sujeitos, os silêncios e aquilo que se busca dar evidência, bem como o período em que foram produzidas (Bloch, 2001). No conjunto reunido, estão cartas, diários, atas, *chronicas*, livros de Tombo, fotografias e pequenos fragmentos de papéis.

Na tentativa de melhor conhecer a viagem empreendida pelos religiosos, a dissertação foi dividida em três capítulos. No primeiro capítulo, ao abordar as motivações que levaram aos Barnabitas a optarem pelo Brasil como lugar de missão. Destaquei logo ao início que, devido à ausência de produções historiográficas acerca da história da ordem e do fundador, recorri aos manuais de história da ordem e contei com apoio de historiadores da igreja a qual apresentei ao leitor, pequenos rudimentos que permitem entender quem são os Barnabitas, como nasceram, o contexto do surgimento da ordem no século XVI, o fundador.

Para iniciar a viagem, foi necessário retomar a presença dos religiosos na França no final do século XIX e início do século XX. Tal contextualização significou imprescindível, pois o contexto político, religioso e social permitiu decifrar a chegada em meio aos conflitos entre Igreja e Estado, especialmente na França que, agitada por uma violenta política verdadeiramente inimiga da Igreja Católica, influenciada pela Revolução Francesa, iniciava um processo de laicização, provocando um anticlericalismo social, que se espalhou posteriormente por toda América Latina. Essa situação, que gerou frustrações e medo por parte de muitos religiosos, permitiu interpretar a “expulsão” de diversas ordens religiosas e especialmente dos Barnabitas presentes no território francês como possibilidade de expansão das missões. Missões estas que estes religiosos já haviam iniciado anos anteriores na Birmânia, porém, encerrada por falta de pessoas. Ainda neste primeiro capítulo, analisei por meio das cartas, decretos e atas os conflitos, as frustrações e as tratativas feitas com vários bispos da América Latina e por fim a preparação e o deslocamento destes religiosos em direção a terras brasileiras. Isso implicou em enveredar pelo contexto brasileiro, num momento no qual várias congregações aqui chegaram, apesar da separação da Igreja e Estado definidos com a instauração da República.

No segundo capítulo, por meio dos estudos de viagens, apresentei o caminho percorrido pelos Barnabitas desde a saída do França até a chegada ao Brasil. Ao analisar os diários de bordo, as cartas e os livros de *chronicas*, foi possível entender que esses documentos, além de representar um precioso registro histórico, permitiu conhecer as experiências dos viajantes que corajosamente deixaram o Velho Mundo e desbravaram corajosamente terras desconhecidas. Ainda nesse capítulo, por meio dos dois diários de

bordo produzidos pelos viajantes, consegui capturar elementos importantes da travessia realizada, como: as experiências vividas no navio, as condições de navegação, as celebrações realizadas durante a travessia, além de flagrar o instante em que os religiosos, ao desembarcarem no Brasil, foram recepcionados pelo povo e pelas autoridades locais. Por fim, por meio dos registros, cartas, crônicas e relatórios, especialmente aqueles produzidos pelos religiosos que desembarcaram em Pernambuco, observei as impressões e denúncias feitas pelos religiosos, que, na condição de estrangeiros, tiveram da realidade vivenciada no sertão pernambucano, marcada pela ausência de poder civil e político, onde os coronéis se inseriam como a única autoridade diante do povo sofrido.

No terceiro capítulo, como desdobramento da missão no Norte do país, busquei discutir e entender a atuação dos Barnabitas na formação do clero do Pará e as disputas de poder na diocese de Belém por meio das cartas, livros de tomo, *chronicas* e contratos entre os religiosos e o bispo local. Abordei o trajeto da negociação para que os religiosos assumissem a missão de formar o clero nativo. Nesse capítulo, é importante ressaltar que, com a Proclamação da República, a Igreja do Brasil se “livrou” do sistema eclesiástico lusitano e passou à fiscalização central de Roma. Porém, devido à grande extensão do país, a formação secular, embora sem generalizarmos, apresentava aspectos nem sempre dignos e convenientes, e o bispo, como visto nos documentos, não sabia como resolver. Conhecendo a boa fama e formação intelectual dos Barnabitas, lhes propôs fazer dos rapazes/seminaristas não somente sacerdotes cheios de doutrinas, mas também e principalmente dotados de boas maneiras e de verdadeiro espírito missionário. Sendo assim, os Barnabitas constituíram com os primeiros missionários uma comunidade formadora, que buscou logo de início modificar as estruturas físicas do seminário criando um ambiente acolhedor e formador. Em seguida, propuseram regras, baseadas nas normativas do Concílio de Trento para a formação intelectual, social e moral dos novos sacerdotes. Porém, com a chegada do novo Arcebispo na diocese, no final de 1907, houve alguns contratempos ocorridos entre os Barnabitas e o bispo, que acabou abalando a relação entre a diocese e os religiosos, ocasionando a rescisão definitiva do contrato e pondo fim à atuação dos religiosos no seminário de Belém, mas não na diocese.

Para a construção dos capítulos, inseri-me nos mais diversos arquivos da ordem – que ainda precisam ser organizados, manuseados e traduzidos – com objetivo de interpretar a viagem empreendida pelos religiosos. Neles, encontrei-me com diversas histórias de homens, que se dispuseram a deixar sua pátria e empreenderam essa longa viagem ao Novo Mundo, com o propósito de levar a fé e missão a terras distantes. Por

meio dessas narrativas, pude compreender as motivações, desafios e conquistas dos Barnabitas durante essa jornada. E especialmente, ao inserir-me nos arquivos do Colégio Zaccaria, pude pensar: tendo colaborado para educação de tantos homens e mulheres no Brasil e tendo construído um legado de dedicação à educação, como nas escolas, e social, como nas obras posteriormente criadas pelos religiosos no Brasil, por que esses sujeitos foram tão pouco estudados no Brasil? Não pretendo responder a essa questão. Mas quero convidar você, leitor, que se interessou pela vida desta instituição e destes sujeitos, a entrarem comigo pelos arquivos e explorar a vida daqueles que ainda estão invisibilizados na historiografia da educação brasileira.

É importante destacar que, a construção desta narrativa é mais uma interpretação de um Barnabita, que diante de novas fontes, buscou decifrar e trazer ao mundo acadêmico a história de uma instituição e seus sujeitos que muito contribuíram para a educação brasileira e pouco foram estudados. Dada a limitação de tempo e a diversidade de fontes escritas em diversos idiomas (latim, francês e italiano), a contribuição de religiosos - especialmente os italianos mais antigos da província, que, possuem um extraordinário domínio de línguas antigas como o latim - foram fundamentais para a tradução das documentações.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, B. R. O. A migração no contexto da Belle Époque paraense: uma revisão da literatura recente. **Revista Cadernos de História**, v. 18, n. 29, p. 393-408, 2017. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/index.php/cadernoshistoria/article/view/P.2237-8871.2017v18n29p393>. Acesso em: 04 mai. 2024.

ALVES, Marcio Moreira. **A Igreja e a Política no Brasil**. [S. l.]: Editora Brasiliense, 1979. 270 p. Disponível em: https://www.dhnet.org.br/verdade/resistencia/marcio_alves_a_igreja_politica_no_brasil.pdf. Acesso em: 12 dez. 2023.

ANJOS, Juarez José Tuchinski dos. Representações em disputa sobre a educação da criança pela família (Província do Paraná, 1853-1889). **Educação e Pesquisa**. São Paulo, v.43, n. 1, p. 199-214, jan.-mar. 2017.

AZZI, Riolando. **O início da Restauração Católica no Brasil: 1920-1930**. Síntese, Belo Horizonte (MG), v. IV, n. 10, p. 61-89, 1977.
_____. **Os Salesianos no Rio de Janeiro**, vol.2. Texas. Editora Salesiana Dom Bosco, 1983.

BARBOSA, Ana Mae. **Arte/educação como mediação cultural e social**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

BATISTA, L.J.C. Fotografia: instrumento de pesquisa em educação. In: **I Jornada Latino-Americana e II Colóquio Brasileiro da AFIRSE – Association Francophone Internationale de Recherche Scientifique em Education**. Anais. Brasília: 4-7 set. 2003, p.1-15.

BASTOS, M. H. C; CUNHA, M. T. S.; MIGNOT, A. C. V. **Destinos das Letras: história, educação e escrita epistolar**. Passo Fundo: Ed. UPF, 2002.

BIBLIA. Português. **Bíblia de Jerusalém** p- Nova edição, revisada e ampliada 3. Imp. São Paulo: Paulus, 2004.

BITTENCOURT, A. B. A era das congregações - pensamento social, educação e catolicismo. **Pro-Posições**, Campinas, SP, v. 28, n. 3, p. 29-59, 2017. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/view/8651657>. Acesso em: 19 maio. 2023.

BLOCH, Marc. **Apologia da história, ou, O ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1987.

BRANDÃO, Silvia Sgnori. Perseguição e Martírio na História Eclesiástica: Análise dos Escritos de Eusébio de Cesareia. In: **Revista de História e Cultura**, Franca – SP, v 2, n.3 (especial), p. 268 -279, 2013.

BROTHMAN, Brien. **Ordens de valor: questionando os termos teóricos da prática arquivística**. In: HEYMANN, Luciana; NEDEL, Letícia (org.). *Pensar os arquivos: uma antologia*. Tradução: Luiz Alberto Monjardim de Calazans Barradas. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018.

CAMBI, F. (2012). **A viagem como experiência de formação**. Tra diacronia e sincronia. *Studi Sulla Formazione/Open Journal of Education*, 14 (2), 149–171. Disponível em: https://doi.org/10.13128/Studi_Formaz-11112 Acesso: 12 jan. 2024
_____, Franco. **História da Pedagogia**. São Paulo: UNESP, 1999.

CAGNI, Giuseppe, M. QUADERNI DI VITA BARNABITICA. Roma: Edizioni dei Padri Barnabiti, 1998.

CASTILLO GÓMEZ, Antônio (coord.). **La conquista del alfabeto. Escritura y clases populares**. Gijón: Trea, 2002.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da História. 2 ed.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

_____. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. **A escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHAMON, Carla Simone; ANDRADE, Maria Guilhermina Loureiro: **A trajetória profissional de uma educadora (1864 – 1916)**. 373f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.

_____.; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. A educação como problema, a América como destino: a experiência de Maria Guilhermina. In: MIGNOT, Ana Chrystina Venancio; GONDRA, José Gonçalves. **Viagens Pedagógicas**. São Paulo: Cortez, 2007, p. 39-64.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1988.

_____. A Operação de Seleção. In: ARÓSTEGUI, J.; REVEL, J. (orgs). **Os usos da história: novas perspectivas sobre o passado**. São Paulo: Editora da UNESP, 1996. p. 113-132.

CÓDIGO DE DIREITO CANONICO, promulgado por Joao Paulo II, Papa. Tradução Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. São Paulo: Loyola, 1987.

COLOMBO, Giancarlo. **Ao Encontro do Senhor 1903 – 1978**. Rio de Janeiro: Editora Fon-Fon, 1978.

COLOMBO, Maria Alzira da Cruz. As congregações religiosas femininas francesas frente às opções de Secularização ou Exílio na França da Terceira República. **Pro-Posições** (Unicamp), vol. 28, p. 374-390, 2017. Disponível em:

<http://www.scielo.br/pdf/pp/v28n3/0103-7307-pp-28-3-0374.pdf> Acesso em: 15 de fev. de 2023.

_____. **Do exílio à missão: Congregações religiosas francesas no Brasil, século XIX.** 2018, 110 fls. Dissertação (Mestrado em Ciência da Religião) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018.

COSTA, Wagner José Ferreira da. **Basílica Santuário de Nazaré: espaço sacro, valor simbólico e patrimonialidade.** 2019. 172 p. Dissertação (Mestre em Arquitetura e Urbanismo) - Programa de Pós-graduação da Universidade Federal do Pará, [S. l.], 2019. Disponível em: <https://ppgau.propesp.ufpa.br/ARQUIVOS/dissertacoes/2019/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20-%20Wagner%20Jos%C3%A9%20Ferreira%20da%20Costa.pdf>. Acesso em: 04 mai. 2024.

COSTA, Zouraide G. Antunes; ROMANO, Alessandro P. Martins; ELKHOURY, Ana N. Maia; FLANNERY, Brendan. Evolução histórica da vigilância epidemiológica e do controle da febre amarela no Brasil. **Rev Pan-Amaz Saude**, [s. l.], p. 11-26, 2011. Disponível em: <http://scielo.iec.gov.br/pdf/rpas/v2n1/v2n1a02.pdf>. Acesso em: 01 fev. 2024.

CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1902.

ERBA, Andrea; GENTILI, Antônio. **Zaccaria**. Roma: Edizioni Padri Barnabiti, 2009.

FARGE, Arlette. **La vie fragile. Violence, pouvoirs et solidarités à Paris au XVIIIe siècle**. Paris: Hachette, 1989.

FELIZARDO, Adair; SAMAIN, Etienne. **A fotografia como objeto e recurso de memória**. Revista Discursos Fotográficos, Londrina, V.3, n.3, p.205-220, 2007. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/discursosfotograficos/article/view/1500/1246>. Acesso em: 10 nov. 2022.

FERRAZ, Socorro; BARBOSA, Bartira Ferraz. Sertão: **fronteira do medo**. Recife: Editora UFPE, 2015.

FONSECA, Pe. Devair Araújo. **O surgimento do Celam na América Latina**. In: ENCONTRO NACIONAL DO GT HISTÓRIA DAS RELIGIÕES E RELIGIOSIDADES, REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA DAS RELIGIÕES, 2., *Anais...Á* Maringá, v. 1, n. 3, 2009. Disponível em <http://www.dhi.uem.br/gtreligiao/pub.html>. Acesso em 20 de julho de 2023.

FUGITA, Dennis; ANDRADE JÚNIOR, Heitor F. de. **Hospitalidade nos cruzeiros marítimos: conceitos e preconceitos para segurança e bem-estar do viajante**. Revista Acadêmica Observatório de Investigação. Vol. VIII, n. 2, 2014. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/oit/article/view/48216/46123> Acesso em: 12 mar. 2024.

GARCEZ, Priscila de Araujo. **A fé pelas palavras: trajetória de Judith Trajan na educação metodista**. Dissertação de Mestrado em História da Educação.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro, Faculdade de Educação, 2017.

GENTILI, Antônio M. **Los Barnabitas – Manual de História y espiritualidade de la Orden de Los Clérigos Regulares de San Pablo Degollado**. Nueva edición. Roma: Imprimatur, 2021.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2007

GINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício**. São Paulo: Cia das Letras, 2007.

GOMES, C. A. S. “O veneno da heresia deve ser queimado”: o antiprotestantismo católico na imprensa pernambucana (1895-1910). **Revista de Estudo da Religião PLURA**, v. 11, n. 2, p. 90-124, 2021. Disponível em: <https://revistaplura.emnuvens.com.br/plura/article/view/1702>. Acesso em: 04 jul. 2024.

GOMES, Eveline V. **Lições de democracia e fé: dimensões pedagógicas das correspondências de Sobral Pinto**. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2024.

GOUDINHO, Liliane do Socorro Cavalcante. “**A Palavra que vivifica e salva contra o mal da palavra que mata**”: imprensa católica - Belém (1910-1930)” 20/03/2015 249 f. Doutorado em HISTÓRIA Instituição de Ensino: PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO, São Paulo Biblioteca Depositária: PUC/SP.

GUEDES, Edson Claiton. A ROMANIZAÇÃO E OS SEMINÁRIOS SERÁFICOS DOS CAPUCHINHOS NA IGREJA DO PARANÁ (1930-1953). **XV Encontro Regional de História**, Curitiba, 2016. Disponível em: https://www.encontro2016.pr.anpuh.org/resources/anais/45/1466707209_ARQUIVO_artigoparaanpuhPR.pdf. Acesso em: 21 abr. 2024.

HERNANDEZ, Francisco Martin. EL DECRETO SOBRE LA FORMACIÓN SACERDOTAL: SU HISTORIA Y EXPOSICION DE SU DOCTRINA. **Fundación Dialnet**, [s. l.], 1966. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4607031>. Acesso em: 02 jan. 2024.

HERNÁNDEZ HUERTA, José Luis y SÁNCHEZ BLANCO, Laura, “**Hacia la racionalización de la formación sacerdotal: Orígenes, tentativas y el Concilio de Trento (1545-1563)**”, EDUCAB, 2, 2010, pp. 77-114.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução: Laís Teles Benoir, São Paulo: Centauro, 2006.

HAROCHE-BOUZINAC, G. **Escritas epistolares**. Tradução de Ligia Fonseca Pereira. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2016.

HOBSBAWN, Eric J. **A Era dos Impérios - 1875-1914**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

_____. **Era dos impérios: 1875-1914**. São Paulo: Editora Paz e Terra S/A, 2021

HUERTA, José Luis Hernández; BLANCO, Laura Sánchez. **Hacia la racionalización de la formación sacerdotal: orígenes, tentativas y el Concilio de Trento (1545- 1563)**. *Educab*, [s. l.], 2010. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/257577652_Hacia_la_racionalizacion_de_la_formacion_sacerdotal_Origenes_tentativas_y_el_Concilio_de_Trento_1545-1563
Acesso em: 01 jan. 2024.

IANNI, Octávio. “A metáfora da viagem”. In: **Enigmas da modernidade-mundo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 13.

IGREJA CATÓLICA. **Código de Direito Canônico**. Promulgado pelo Papa Joao Paulo II. E. ed. Lisboa: Conferência Episcopal Portuguesa, 1983. p.371.

KOSSOY, Boris. **Fotografia e História**. 5.ed. Ver. São Paulo: Ateliê Editorial, 2020.
LACOMBE, Américo Jacobina Et Alli. **Brasil, 1900 – 1910**. Rio de Janeiro: Gráfica Olímpica Editora, 1980.

LEITE, Miriam L Moreira. **Livros de viagem (1803 – 1900)**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 5.ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003.

_____. Documento/monumento. In: **História e memória**. Campinas: UNICAMP, 1996, p. 525-541.

LEONARDI, Paula. **Além dos Espelhos. Memórias, imagens e trabalhos de duas congregações francesas em São Paulo**. Tese (Doutoramento em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação na Universidade de São Paulo. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2008.

_____. Associações católicas como instâncias socializadoras e de controle do tempo: o caso do Liceu e do Santuário Sagrado Coração de Jesus. **Pro-Posições**, Campinas, SP, v. 28, n. 3, p. 83–111, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pp/a/dBmRgPgFfdMHFWGt3YFqh9C/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 19 maio. 2023.

_____. **Puríssimo Coração: um colégio de elite em Rio Claro**. Dissertação de mestrado, Faculdade de Educação, UNUCAMP, Campinas, SP, 2002.

LIBÂNEO; João B. **A volta à grande disciplina**. Editora Loyola. 2º edição. São Paulo, 1984.

LIMA, Alexandra. **ESCRITAS DE VIAGEM, ESCRITAS DA HISTÓRIA: estratégias de legitimação de Rocha Pombo campo intelectual**, Tese (Doutoramento em Educação). Programa de Pós- Graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2012.

LONGHINI, Daniel Vicenconi. **Espiritualidade e Educação nos Escritos de Santo Antônio Maria Zaccaria (1502- 1539)**, Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá, 2021.

MARTÍNEZ, Pedro L. Por las escuelas de Europa: Los viajes de Félix Martí Alpera (1900-1911). *In*: MIGNOT, Ana Chrystina; GONDRA, José (Orgs). **Viagens Pedagógicas**. São Paulo: Cortez, 2007.

MELOT, Michel. Livro. Tradução de Marisa Midori Deaecto, Valéria Guimarães. Cotia: Ateliê Editorial, 2012.

MERCES, José M. Ramos. **Barnabitas no Brasil 100 anos**. Belém: Sociedade Brasileira de Ação e Cultura (Província dos Barnabitas do Norte), 2003.

MICHELINI, Vittorio. **I Barnabiti: chierici regolari di S. Paolo**. Milano: NED, 1983.

MIGNOT, Ana Chrystina Venancio. Artesão da palavra: cartas a um prisioneiro político tecem redes de ideias e afetos. *In*: BASTOS, Maria Helena Camara; CUNHA, Maria Teresa Santos; MIGNOT, Ana Chrystina Venancio (org.) **Destinos das letras: história, educação e escrita epistolar**. Passo Fundo: UPF, 2002.

_____. (org.) **A Ilusão do Leitor- Cartas, imprensa e educação**. Curitiba: Editora CRV, 2018.

_____.; GONDRA, José (Orgs). **Viagens Pedagógicas**. São Paulo: Cortez, 2007.

_____.; CUNHA, M. T. S. (2006). Razões para guardar: a escrita ordinária em e arquivos de professores/as. **Revista Educação Em Questão**, 25(11), 40–61. Recuperado de <https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/8286> Acesso em: 12 jan. 2024.

_____, SILVA, Alexandra Lima da. “Tão Longe, tão perto: escrita de si em relatório de viagens”. **Educação em Revista**. Belo Horizonte, v. 27, n.01, p.435-458, abr. 2011.

_____. Artesão da palavra: cartas a um prisioneiro político tecem redes de ideias e afetos. *In*: BASTOS, Maria Helena Camara; CUNHA, Maria Teresa Santos; MIGNOT, Ana Chrystina Venancio (org.) **Destinos das letras: história, educação e escrita epistolar**. Passo Fundo: UPF, 2002.

MENDES, Fábio R. da Silva. Seminários Católicos no Brasil: uma breve síntese histórica (1747-1935). **Revista Fé e Razão, Pelotas**, 8(2); 109-114 jul-dez 2006. Recuperado de <https://revistas.ucpel.edu.br/rrf/article/view/2537> Acesso em: 01 fev. 2024.

MOREIRA LEITE, Miriam Lifchitz. **Livros de Viagem (1803-1900)**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

MOURA, C. A. S. A. Missões, territorialidade e disputadas religiosas: a construção de devoções católicas em Pernambuco (1920 – 1940). **31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro**, 2021. Disponível em: https://www.snh2021.anpuh.org/resources/anais/8/snh2021/1628516991_ARQUIVO_98564d9ddb2ff9ee5ce97fbf5c9d7831.pdf. Acesso em: 03 jul. 2024.

NASCIMENTO JÚNIOR, E. B. **PARDO? POR QUE NÃO, PRETO?! Uma análise historiográfica do termo pardo a partir do contexto dos fins dos oitocentos em**

Pernambuco. 2023. 153 f. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2023. Disponível em:

<https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/52436/1/DISSERTA%C3%87%C3%830%20Edmilson%20Bezerra%20do%20Nascimento%20J%C3%BAnior.pdf>. Acesso em: 03 mai. 2024.

NEVES, Fernando Arthur de Freitas. **Solidariedade e conflito: Estado liberal e nação católica no Pará sob o pastorado de Dom Macedo Costa (1862-1889)**. Tese (Doutorado em História Social), São Paulo, 2006, p.25.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Projeto História, São Paulo, n.10, dez. 1993, p.7-28.

OLIVEIRA, Liliane Costa de; PINTO, Marilina C. O. B. Serra. Os primeiros passos do protestantismo na Amazônia. **Fundación Dialnet**, [s. l.], p. 101-126, 2017. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6342673>. Acesso em: 02 mar. 2024.

ORLANDO, Evelyn; AMANCIO, Karolyne. “A CARTA DO MÊS”: a revista *Família Cristã* em diálogo com o leitor. In: MIGNOT, Ana Chrystina Venâncio (org.) **A ilusão do Leitor – Cartas, imprensa e educação**. Curitiba: Editora CRV, 2018.

PIMENTA, J. S. Vestígios autobiográficos na escrita de viagem: o “Diário de Bordo” (1934). **Revista Brasileira de Pesquisa (Auto)biográfica**, [S. l.], v. 2, n. 5, p. 343–358, 2017. DOI: 10.31892/rbpab2525-426X.2017.v2.n5.p343-358. Disponível em: <https://revistas.uneb.br/index.php/rbpab/article/view/3432>. Acesso em: 14 jan. 2024.

PINHEIRO, Áurea Paz. **As ciladas do inimigo: as tensões entre clericais e anticlericais no Piauí nas duas primeiras décadas do século XX**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2001.

POLLAK. Michael. Memória, esquecimento, silêncio. In: **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: vol. 2, n. 3, 1989.

RIBEIRO, Vinícius Ferreira. **A historiografia do cangaço revisitada: três matrizes interpretativas**. 2021. 257 f. Dissertação (Mestrado em História) - Câmpus sudeste - sede: Morrinhos, Universidade Estadual de Goiás, Morrinhos-GO.

RICCARDI, Andrea. **La Chiesa brucia: Crisi e futuro del cristianesimo**. Italia: Editori Laterza, 2021.

ROUX, Rodolfo. **La romanización de la Iglesia católica en América Latina: una estrategia de larga duración**. Pro-Posições, Campinas (SP), v. 25, n. 1, p. 31-54, jan./abr. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pp/v25n1/v25n1a03.pdf>. Acesso em 22 de agosto de 2023.

RUSSO, Maurizio. Migração, Transformações Sociais e Reforma Eclesial: Pastoral jesuítica e scalabriniana no Brasil da Primeira República. In: **Travessia – Revista do Imigrante**. N. 68. Janeiro – Junho, 2011

SANTOS, Heloísa H. Meirelles dos. **Esther Pedreira de Mello: múltiplas faces de uma mulher (in)visível (1880 - 1923)**. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2014.

SANTOS, Israel Silva dos. Catolicismo: identidade e significado no Brasil do século XIX. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História**, São Paulo, p. 1-14, 2011. Disponível em: COLOCAR LINK. Acesso em: https://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300193778_ARQUIVO_artigoanpuh.pdf Acesso em: 03 mar. 2024.

SERBIM, Kenneth. **Padres, Celibato e conflito social: uma história da igreja católica no Brasil**. Trad. Laura Teixeira Motta. São Paulo. Companhia das letras, 2008.

SIERRA BLAS, Verónica. **Aprender a escribir cartas: los manuales epistolares en la España contemporânea (1927-1945)**. Gijón: TREA, 2003.

SILVA, A. A.G.; BORGES, J. **Arquivos Secretos eclesiásticos em Salvador**. Informação e Informação, Londrina, v. 14, n. 2, p.38-61, 2009.

SILVA, C. G. Repercussões do período da borracha na estruturação do turismo de Belém-PA. **Papers do NAEA**, v. 1, n. 3, p. 207-224, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/pnaea/article/view/8377>. Acesso em: 04 mai. 2024.

SILVA, A. G. F.; ARAÚJO, E. F.; SANTOS, J. C. Representando a moderna caridade: a instituição dos Salesianos no Recife (1892-1906). **Cadernos de História da Educação**, v.16, n.3, p.716-731, 2017. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/che/article/view/40900/21624>. Acesso em: 04 jul. 2024.

SILVA, Giuslane F. da. **Evangelizar, negociar e educar: estratégia de consagração de uma congregação católica francesa na educação**. Tese (Doutoramento em Educação). Programa de Pós- Graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2021.

SILVA, Jamerson Marques da. CONCÍLIO DE TRENTO: UMA TRAMA DE CRISES E DECRETOS NOS PASSOS DE UMA ECCLESIA SEMPER REFORMANDA. **Revista Eletrônica Espaço Teológico**, [s. l.], p. 130-150, 2015. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/reveleteo/article/view/26085>. Acesso em: 02 jan. 2024.

SILVA, R. N. O internato que se tece: dísticos de uma congregação católica belga em Pernambuco (1891-1945). **XXVII Simpósio Nacional de História: conhecimento histórico e diálogo social**, Natal -RN, 2013. Disponível em: http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364862776_ARQUIVO_ARTIGO_Ointernatoquesetece.pdf. Acesso em: 03 jul. 2024.

SISNANDO. Pe. J. M. **Os Barnabitas: quadros históricos**. Rio de Janeiro: Colégio Zaccaria, 1976.

SOUSA, Jessie Jane Vieira de. Acomodações recíprocas: a Igreja Católica e o poder temporal na Argentina e no Brasil. Passagens. **Revista Internacional de História**

Política e Cultura Jurídica, Rio de Janeiro: vol. 1 n° 2, julho/dezembro, p. 50-64, 2009. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/revistapassagens/artigos/v1n2a42009.pdf>
Acesso em: 12 abr. 2023.

TAVARES, Daiane. **Por uma Penitenciária de Portas Abertas: produção, circulação e recepção do discurso humanizado e de Victório Canepa na revista A Estrela (1951 - 1955)**. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2017.

TOIA, Dantes M. **I Barnabiti**. Roma: Nihil Obstat, 1983.

VERGARA, S. C. **Métodos de pesquisa em administração**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

LONGHINI, Daniel. **ESPIRITUALIDADE E EDUCAÇÃO NOS ESCRITOS DE SANTO ANTÔNIO MARIA ZACCARIA (1502-1539)**' 30/03/2021 126 f. Mestrado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ, Maringá Biblioteca Depositária: BCE - Biblioteca Centrada da UEM.

VIEIRA, Dilermando R. **HISTÓRIA DO CATOLICISMO NO BRASIL (1889 – 1945)**. V. 2. Aparecida, SP: Editora Santuário, 2016.

_____, Dilermando R. **O PROCESSO DE REFORMA E REORGANIZAÇÃO DA IGREJA NO BRASIL (1844 – 1926)**. Aparecida, SP: Editora Santuário, 2007.

VIÑAO, Antonio. **Las autobiografias, memorias y diarios como fuente histórico-educativa: tipología y usos**. Revista Teias, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 82-95, jun. 2000. *In*: CARDOSO, Silmara F. Diários de viagem de Anísio Teixeira: razões e sentidos de uma escrita de “si” e do “outro”. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. 94 (236) Abr 2013.

ZACCARIA. Antônio. Maria. **Escritos**. Rio de Janeiro [S.l.], 1992.

Fontes impressas/periódicos

Jornal do Brasil

Revista da Semana.

Acerco Documental

Livros de Chronicas

Livro de Tombo da Arquidiocese de Belém

Cartas pessoas e institucionais

Diários de Bordo

ANEXO

Quadro 1: Levantamento de dissertações e teses na área da presente pesquisa

AUTOR	TÍTULO	ANO	TIPO DE PESQUISA	INSTITUIÇÃO
FILHO, LUIS CARLOS DA SILVA ARAUJO	A vivência religiosa sob uma perspectiva pós-moderna: um estudo acerca da Paróquia Santo Antônio Maria Zaccaria, no município de Capitão Poço – PA	2016	Mestrado em CIÊNCIAS DA RELIGIÃO	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARÁ
GOUDINHO, LILIANE DO SOCORRO CAVALCANTE.	“A Palavra que vivifica e salva contra o mal da palavra que mata”: imprensa católica - Belém (1910-1930)'	2015	Doutorado em HISTÓRIA	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
MACIEL, ROGERIO ANDRADE	Sistema Educativo Radiofônico de Bragança: Saberes da Prática Educativa na Educação de Jovens e Adultos (1960-1970).	2014	Mestrado em EDUCAÇÃO	UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ
COSTA, ANDREIA DO SOCORRO CRUZ	O Sistema Educativo Radiofônico de Bragança e suas Implicações na Educação de Jovens e Adultos do Campo.	2015	Mestrado em LINGUAGENS E SABERES NA AMAZÔNIA	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
MACIEL, ROGERIO ANDRADE	Cultura Material Escolar e as Representações de Educação no Sistema Radiofônico para Caboclos “Ingênuos” na prelazia do Guamá (1957-1980)	2019	Doutorado em EDUCAÇÃO	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
VICENCONI, DANIEL LONGHINI	Espiritualidade e Educação nos Escritos de Santo Antônio Maria Zaccaria (1502-1539)	2021	Mestrado em EDUCAÇÃO	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ

Fonte: Banco de teses e dissertações da Capes